



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Tânia Sofia da Silva Pardilhó

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

“Remar contra a maré”

O Desemprego: Impactos na vida quotidiana e no funcionamento
institucional

2013

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

Resumo

O presente relatório resulta da realização de um estágio profissional no Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, constituindo uma peça basilar para a obtenção do grau de mestre em Sociologia.

O desemprego é um dos principais problemas que afeta a sociedade atual. Este é o tema que incentivou o nosso trabalho, nomeadamente as questões dos impactos do desemprego na vida quotidiana dos indivíduos e no funcionamento institucional.

O nosso trabalho teve como objetivos: Conhecer as estratégias implementadas pelo GIP no combate ao desemprego; Compreender a eficácia das ações do GIP e do Centro de Emprego na sua redução; Compreender as consequências psicossociais do desemprego nos indivíduos, os seus impactos no seio familiar e ao nível das sociabilidades. Estes são alguns dos objetivos que procurámos dar resposta através de uma estratégia metodológica qualitativa, recorrendo à aplicação de três técnicas de recolha de informação a análise documental, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas.

Os utentes do GIP constituíram a nossa população alvo, os quais comportam um conjunto de *handicaps* que dificultam a sua reinserção profissional, como são a baixa escolaridade, a idade, a falta de experiência e o desconhecimento sobre a construção de técnicas de procura de emprego.

Com a realização do estágio pretende-se a apresentação de recomendações para melhorar a atuação do GIP no combate ativo ao desemprego. Estas propostas passam pelo reforço dos recursos das equipas de atuação e a adoção de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados.

Palavras- chave: **Desemprego, impactos, estratégias de combate, práticas.**

Abstract

This report is a result of the completion of an internship in the Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, constituting a basilar part to obtain a master's degree in Sociology.

Unemployment is a major problem that affects society. This is the theme that encouraged our work, including issues of unemployment impacts in the daily lives of individuals and institutional functioning.

Our study aimed to: Become familiar with the strategies implemented by GIP in combating unemployment; Understanding the effectiveness of the actions of GIP and Centro de Emprego in its reduction; Understanding the psychosocial consequences of unemployment on individuals, its impacts within the family and the level of sociability. These are some of the goals that we seek to fulfill through a qualitative methodological strategy, by applying three techniques for gathering information: analysing documents, participant observation and semi-structured interviews.

Users of GIP constituted our target population, who possess a number of *handicaps* that hinder their reintegration, such as the low educational level, age, lack of experience and lack of knowledge about developing techniques in order to improve the results of their quest for a job.

The completion of the internship aims to make recommendations to improve the performance of GIP in active fighting against unemployment. These proposals include strengthening the resources of the performing team and the adoption of a multidisciplinary strategy in the treatment of unemployment and the approach to the unemployed.

Keywords: unemployment, impacts, strategies to combat, practices.

Résumé

Ce rapport est le résultat de la réalisation d'un stage professionnel dans le *Gabinete de Inserção Profissional* de Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. Il constitue une partie basilaire pour l'obtention du degré du master en Sociologie.

Le chômage est un des principaux problèmes qui touche la société actuelle. Celui-ci est le sujet qui a encouragé notre travail, notamment les questions des impacts du chômage dans la vie quotidienne des personnes et le fonctionnement institutionnel. Ce travail a comme des objectifs : Connaître les stratégies mises en oeuvre par GIP dans le combat au chômage ; Comprendre l'efficacité des actions de GIP et du *Centro de Emprego* dans la réduction de celui-ci; Comprendre les conséquences psychosociales du chômage dans les gens, leurs impacts dans le sein familial et au niveau de la sociabilité. Ceux-ci sont des objectifs qu'on veut répondre grâce à une stratégie méthodologique qualitative, en faisant un appel à l'application de trois techniques de collecte d'informations et d'analyse de documents, l'observation participante et des entretiens semi-structurés.

Les utilisateurs de GIP constituent la population visée, auxquels comportent un ensemble *d'handicaps* qui se rendent difficile pour sa réinsertion professionnelle, comme la basse scolarité, l'âge, le manque d'expérience et l'incapacité pour la construction de techniques de recherche d'emploi.

Avec la réalisation de ce stage professionnel, ont ambitionne la présentation de recommandations pour améliorer la performance de GIP au niveau du combat actif au chômage. Ces propositions passent par le renforcement des ressources des équipes de performance et l'adoption d'une stratégie multidisciplinaire dans le traitement du chômage et aussi dans l'abordage aux chômeurs.

Mots-Clés : Chômage, impacts, stratégies de combat, pratiques

Agradecimentos

Em primeiro lugar deixo uma palavra de apreço e reconhecimento ao meu Orientador Professor Doutor Eduardo Vítor Rodrigues pela disponibilidade que sempre demonstrou para o esclarecimento de questões relacionadas com a investigação, pelos pensamentos críticos e pelas palavras de coragem em momentos difíceis. Obrigado!

Obrigado à Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, nomeadamente ao GIP, nas pessoas da Dr. Susana Gaudêncio, Dr. Sónia Loureiro e Dr. Edite Fernandes pelo carinhoso acolhimento e profissionalismo que demonstraram no decorrer do estágio. Obrigado pelo apoio constante e incentivo para a concretização da presente investigação.

Agradeço também a todos os utentes que contribuíram para a concretização deste trabalho, cujas suas experiências de vida enriqueceram a investigação.

Às pessoas mais importantes na minha vida, os meus PAIS e IRMÃ sempre dispostos a escutar os desabafos em momentos de desânimo, incentivaram-me a enfrentar cada desafio. Obrigado por acreditarem em mim e me ajudarem a realizar este sonho. E não podia deixar de agradecer também ao resto da família (Tios, Avó, Primos, Madrinha) que sempre me encorajaram a continuar por mais difícil que o caminho pudesse parecer. Obrigado pelas gargalhadas e momentos de distração!

Por fim, agradeço à Praxe de Sociologia que me permitiu conhecer pessoas inesquecíveis que levo comigo para a vida, com destaque para as meninas mais incríveis, com quem partilhei tristezas, sorrisos, vitórias e muitas noites mal dormidas durante estes 5 anos. Obrigado Cris, Vera e Sara. É um orgulho pertencer ao Fantastic 4, caminhar ao vosso lado e saber que todas juntas concluímos mais uma etapa. Parabéns meninas! Espero continuar a fazer parte das vossas vidas e que partilhemos o melhor que o futuro nos reserva.

E apesar de estarmos separadas por um oceano não posso deixar de agradecer à Madrinha Carolina que mesmo longe não esquece a afilhadinha!

E porque todos temos uma Estrelinha que nos acompanha, este trabalho é dedicado à “nossa” Estrelinha P. por nunca parar de brilhar nos nossos corações!

Obrigado a todos os que atravessaram o meu caminho e me ajudaram a concretizar este sonho!

Índice

Resumo	I
Abstract	III
Résumé	V
Agradecimentos	VII
Introdução	1
Capítulo I – Revisão teórica	5
1. O Estado e a proteção dos indivíduos.....	5
1.1 Modelos sociais: Portugal e a Europa do Sul.....	6
1.2 Crises atuais e os seus impactos.....	8
1.3 “Sociedade sem emprego” e o papel do Estado.....	10
2. Apoios e incentivos institucionais no combate ao desemprego.....	12
2.1 Subsídio de Desemprego.....	13
2.2 Subsídio Social de Desemprego.....	14
2.3 Estímulo 2013.....	15
2.4 Impulso Jovem.....	16
2.5 Programa Estágios Profissionais.....	17
2.6 Reintegração socioprofissional.....	19
2.6.1 Contrato Emprego Inserção.....	19
2.6.2 Contrato Emprego Inserção (+).....	20
2.7 Formação.....	20
2.7.1 Cursos de Aprendizagem.....	20
2.7.2 Cursos de Educação e Formação para Jovens.....	21
2.7.3 Cursos de Educação e Formação de Adultos.....	22
2.7.4 Formação Modular Certificada.....	23
2.8 “SOU MAIS”.....	23
2.9 “COOPJOVEM”.....	24
3. Viver o desemprego.....	25
3.1 O desemprego e as dinâmicas psicossociais.....	25
3.2 Impactos do desemprego na família e nas sociabilidades.....	32
4. Evoluções do desemprego em Portugal.....	35

Capítulo II – Enquadramento da investigação	49
1. Organização acolhedora da investigação: Gabinete de Inserção Profissional.....	49
2. Atividades profissionais desenvolvidas no estágio.....	52
Capítulo III – Caminhos teórico-metodológicos	57
1. Delimitação e formulação do problema em análise.....	57
2. Proposições teóricas.....	58
3. Aproximação ao objeto: Componentes técnicas e metodológicas.....	59
Capítulo IV – Apresentação e análise dos resultados	65
1. Um olhar sobre o funcionamento institucional.....	65
2. O desemprego e as suas vivências.....	75
2.1 O caminho para a (re) inserção.....	75
2.2 O desemprego e os impactos psicossociais.....	87
2.3 Retrato dos impactos do desemprego na família e nas sociabilidades.....	90
Capítulo V – Reflexões sobre o estágio	99
1. Recomendações e propostas de intervenção.....	99
2. Avaliação da prática profissional.....	100
Considerações finais	101
Referências bibliográficas	107
Anexos	115
I. Dados de caracterização do desemprego.....	116
II. Dados de caracterização dos utentes e das atividades do GIP.....	124
III. Guião de entrevista aplicado aos utentes do GIP.....	128
IV. Guião de entrevista aplicado aos técnicos do GIP.....	130
V. Tabela de caracterização dos entrevistados.....	131
VI. Grelha de registo das observações.....	131
VII. Categorias de análise das entrevistas aos utentes.....	132
VIII. Categorias de análise das entrevistas aos técnicos.....	132
IX. Análise dos registos de observação.....	133

Índice de Figuras e Tabelas

Figuras

Figura 1- Atividades económicas segundo as regiões	45
--	----

Tabelas

Tabela 1- Número de desempregados, total e por tipo de desemprego (em milhares).....	40
Tabela 2- População desempregada: total e por sexo (milhares).....	41
Tabela 3- População desempregada: total e por grupo etário (milhares)	41
Tabela 4- População desempregada: total e por nível de escolaridade completo	42
Tabela 5- População desempregada: total e por duração de desemprego (milhares).....	43
Tabela 6- Evolução do Desemprego registado por região- (2009-2011).....	44

Introdução

O relatório que se apresenta resulta da realização de um estágio profissional levado a cabo no Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, constituindo uma peça fundamental para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

O Gabinete de Inserção Profissional foi fundado em 1998, ainda na designação de UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa), sendo um serviço que visa acolher, informar, orientar, apoiar e acompanhar indivíduos jovens e adultos, que vivenciam uma situação de desemprego, com o objetivo de definir ou desenvolver um processo de inserção ou reinserção profissional e ainda, apoiar as empresas na satisfação das suas necessidades, desenvolvendo o seu trabalho em parceria com o Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia.

Em termos de atividades, o GIP é um serviço que presta informações profissionais a jovens e adultos que estão desempregados; apoia a procura ativa de emprego; acompanha personalizadamente os indivíduos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; recebe e regista ofertas de emprego das entidades empregadoras; divulga ofertas de emprego; encaminha desempregados para ofertas de emprego e de qualificação disponíveis; divulga e conduz desempregados para medidas de apoio ao emprego; motiva e apoia a participação dos desempregados em ocupações temporárias ou atividades voluntárias, de forma a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho; apoia a elaboração/ preparação de técnicas de procura de emprego como *curriculum vitae*, entrevistas de emprego, candidaturas espontâneas, e por fim, controla a apresentação quinzenal dos beneficiários das prestações de desemprego.

O GIP tem como público-alvo os indivíduos desempregados, que em Oliveira do Douro constituem uma população com fortes traços de vulnerabilidade, impulsionados pela predominância de precárias condições de trabalho em termos contratuais; é uma população marcada pela forte desqualificação, imperando os baixos níveis de escolaridade, protagonizados por casos de insucesso e abandono escolar, e uma elevada e preocupante taxa de desemprego, motivada pelas fortes dificuldades de inserção profissional.

Com a presente investigação pretende-se tomar um contacto mais próximo com a realidade do desemprego, este é o objeto de estudo da nossa investigação. Este fenómeno merece a nossa atenção pelo facto de assumir uma relevância extrema na sociedade contemporânea, principalmente em Portugal, um país, onde a cada dia que passa é noticiada a subida da taxa de desemprego, sendo forte o fluxo de entrada de indivíduos na situação de desemprego e a sua saída cada vez mais demorada.

Como tal, definimos como objeto de estudo da presente investigação o desemprego, mais concretamente os impactos que este fenómeno despoleta na vida dos indivíduos, nomeadamente ao nível das consequências psicossociais e dos impactos na família e nas sociabilidades e ainda, o impacto nas dinâmicas institucionais, refletindo sobre as estratégias acionadas pelo GIP, em parceria com o IEFP, para o combate a este fenómeno.

A presente investigação encontra-se ancorada na resposta à seguinte questão de pesquisa: *Quais os impactos do desemprego na vida quotidiana dos indivíduos e nas dinâmicas institucionais?*

Para responder a esta questão o nosso relatório de estágio foi guiado pelos seguintes objetivos: Caracterizar a população acompanhada pelo GIP; Discutir as especificidades de atuação do GIP face às anteriores UNIVA no combate ao desemprego; Conhecer as estratégias implementadas pelo GIP no combate ao desemprego; Compreender a eficácia das ações do GIP e do Centro de Emprego na redução do fenómeno do desemprego; Compreender a auto perceção dos desempregados relativamente aos impactos das estratégias institucionais na melhoria da sua (re) inserção no mercado de trabalho; Aferir a influência dos impactos psicossociais do desemprego ao nível das dinâmicas institucionais; Conhecer as representações sociais e expectativas dos indivíduos face ao futuro; Compreender as consequências psicossociais do desemprego nos indivíduos; Compreender quais os impactos do desemprego no seio familiar; Apreender qual o papel da família no apoio aos membros desempregados; e retratar os impactos do desemprego ao nível nas sociabilidades.

A concretização deste conjunto de objetivos tornou-se possível através da aplicação de um conjunto de técnicas de investigação sociológica, entre as quais destacámos a análise documental (para recolher informação estatística sobre a evolução do desemprego e legislativa em termos de políticas de combate), observação participante e entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos utentes e às técnicas do serviço. A aplicação destes instrumentos de recolha de informação teve como público-alvo os utentes do Gabinete de Inserção Profissional no ano 2012. Devido à impossibilidade de trabalhar com a totalidade da população, por se tratar de um processo moroso, construámos uma amostra de carácter intencional composta por 9 utentes, contemplando-se neste universo a heterogeneidade de características que definem os utentes do GIP.

No que diz respeito à estrutura do presente relatório, este encontra-se subdividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo reúne a sustentação teórica da nossa investigação. É um capítulo subdividido em quatro pontos onde são abordadas as seguintes questões.

Num primeiro ponto aborda-se o papel do Estado como ator importante na redução dos riscos sociais, entre os quais o desemprego, para tal, o Estado recorre a um conjunto de medidas de apoio aos territórios e populações em situação de vulnerabilidade; é apresentado ainda, neste ponto, a caracterização do Modelo Social de Portugal e da Europa do Sul, sendo este um modelo de proteção social dualista, baseado em transferências monetárias de baixo valor e direcionadas para amplos setores da população, onde o Estado assume um papel compensatório em situações de risco; o capítulo progride com a apresentação das atuais crise e os seus impactos nos Modelos Sociais de Estados Providência; terminando com a explanação do papel do Estado numa “Sociedade sem emprego”.

O segundo ponto do enquadramento teórico destina-se à apresentação dos apoios e incentivos institucionais para o combate ao desemprego, reunindo-se neste ponto algumas das medidas ativas e passivas acionadas em Portugal.

O terceiro ponto da revisão teórica reúne informações sobre a forma como os indivíduos vivenciam a situação de desemprego, abordando-se as questões dos impactos psicossociais (desmotivação, autoestima, desestruturação temporal, crise identitária, etc), e as consequências do desemprego ao nível familiar e das sociabilidades.

O último ponto estabelece uma visão sobre a evolução do desemprego em Portugal, desde o ano 2000 até à atualidade, partindo-se de uma perspetiva macro (Europa) para uma abordagem micro (Vila Nova de Gaia).

O segundo capítulo do relatório reúne informações acerca da instituição acolhedora da investigação, o Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, em termos de domínios de atuação, assim como os aspetos consistentes das atividades realizadas em contexto de estágio profissional.

No terceiro capítulo apresentámos considerações sobre as opções teórico-metodológicas por nós selecionadas, sendo que no capítulo seguinte são apresentados e discutidos os principais resultados a que chegamos com a aplicação das técnicas de recolha de informação.

Por fim, o relatório de estágio conclui-se com um capítulo destinado à reflexão sobre a componente de estágio e à apresentação de algumas propostas de intervenção, seguindo-se com a apresentação das considerações finais a que chegamos no término da investigação.

Posto isto, podemos referir que a realização da presente investigação através do estágio profissional levado a cabo no GIP permitiu-nos uma maior compreensão sobre o fenómeno em estudo e um contacto próximo com os seus intervenientes.

A realização desta investigação proporcionou a criação de um contato direto com a atividade profissional de um sociólogo, permitindo o enriquecimento não só do estudo mas do percurso académico que agora termina.

Capítulo I – Revisão teórica

1. O Estado e a proteção dos indivíduos

Nas sociedades contemporâneas, o Estado assume um papel de extrema importância na redução dos riscos sociais, recorrendo a um conjunto de medidas diversificadas de apoio a grupos e a territórios que se encontram em situação de vulnerabilidade. Para tal, o Estado disponibiliza um leque de direitos sociais, através de um sistema de proteção social, criado para combater os principais riscos que afetam a vida dos indivíduos, entre os quais destacamos a doença, invalidez, velhice, deficiência e o desemprego.

Depois da Segunda Guerra Mundial foi criada a sociedade salarial na Europa Ocidental onde “... todos os indivíduos são cobertos por sistemas de protecção social, construídos a partir da ligação ao trabalho” (Castel,2003:31). É uma sociedade em que grande parte da população é portadora do estatuto de cidadania social ancorado no trabalho e onde o Estado tem como principal função “intervir na diminuição da insegurança social, ou seja, agir eficazmente enquanto redutor dos riscos sociais” (Castel cit. por Rodrigues,2010:33), garantindo um conjunto de proteções, que são consideradas um direito social universal e visam a redução da insegurança social e a cobertura dos riscos.

O período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo crescimento económico, que se afirma como condição fundamental para o desenvolvimento do Estado Social e para a redução da insegurança assim, “...este período de crescimento económico é também o momento forte do crescimento do Estado que garante uma protecção social generalizada...” (Castel,2003:37).

Nas sociedades pré-modernas, os sistemas de proteção funcionavam numa lógica de proximidade, onde a família, a linhagem e os grupos de proximidade assumem o papel central na proteção dos indivíduos. Neste tipo de sociedades, “... o indivíduo é definido pelo lugar que ocupa dentro de uma ordem hierárquica, a segurança é assegurada segundo uma base de pertença directa a uma comunidade e depende da força das ligações comunitárias” (Castel, 2003:11), sendo que, a segurança e a proteção são asseguradas pelos grupos de pertença.

Com o surgimento da modernidade, o estatuto do indivíduo sofre um conjunto de transformações radicais, este é encarado como um ser independente, não sendo definido pela sua inscrição nos grupos. No entanto, este não é capaz de assegurar, por si só, a sua segurança e independência.

Thomas Hobbes apresenta-nos o conceito de «société d’individus» (Castel,2003:12) para caracterizar a sociedade moderna, definindo-a como uma sociedade sem lei, sem direitos,

onde se assiste a uma concorrência exacerbada entre os indivíduos, o que resulta na criação de uma sociedade de insegurança total, na qual os indivíduos não têm poder para se auto proteger.

Posto isto, é fulcral a existência de uma sociedade segura que transmita segurança e proteção para todos os cidadãos, principalmente em momentos de vulnerabilidade, papel que, segundo o autor, deve ser assegurado pelo Estado.

No seio das democracias modernas, a segurança tornou-se um direito fundamental na vida dos sujeitos. Por sua vez, a insegurança encontra-se presente na consciência de qualquer indivíduo, perante a sua exposição aos riscos sociais que provocam um corte salarial e a necessidade de recorrer a assistência para sobreviver, como é o caso das situações de doença, acidente, velhice e desemprego.

A solução para o combate à insegurança social passa pela criação de um sistema de proteções, que proteja os indivíduos que se encontram em risco, independentemente da posse ou não de propriedade. Desta forma, o ideal será a indexação das proteções e dos direitos à condição de trabalhador, transformando o trabalho numa relação mercadorizada entre o trabalhador e o empregador, através de uma base salarial, e capacitador de um conjunto de garantias não mercadorizadas, como é o caso da cobertura em caso de acidente, doença, invalidez, direito à reforma e ao salário mínimo.

Durante o século XX assistimos á criação da Segurança Social generalizada por toda a Europa, associada ao desenvolvimento de um Estado Social que opera na redução dos riscos, através da expansão das proteções, mais precisamente através de “ um plano completo de segurança social que visa assegurar todos os cidadãos de meios de existência, mesmo àqueles que são incapazes de obtê-los através do trabalho...” (Castel,2003:32).

Apesar de ser fortemente protetora, a sociedade salarial continua a ter um cariz diferenciador e desigualitário, uma vez que existe uma hierarquia salarial que a sustenta. No entanto, todos beneficiam do mesmo tipo de direitos de proteção.

Posto isto, como afirma Castel, podemos referir a existência de uma «sociedade de semelhantes» isto é, “...uma sociedade diferenciada, hierarquizada, na qual todos os membros podem estabelecer relações de interdependência, porque dispõem de uma fonte de recursos comuns e de direitos comuns” (Castel,2003:34).

1.1 Modelos sociais: Portugal e a Europa do Sul

Do conjunto de modelos sociais de Estado Providência existentes na Europa, apresentados por Esping Andersen (1999), o modelo escandinavo ou social-democrata, o

modelo anglo-saxónico ou liberal e o modelo continental ou corporativo, os países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) constituem um conjunto de países menos desenvolvidos no interior do modelo continental, caracterizando-se como países cujo modelo de proteção social é dualista, baseado em transferências monetárias de baixo valor e direcionadas para amplos setores da população.

O Estado, neste grupo de países, deve assumir um papel compensatório em situações de risco associadas à velhice, doença, invalidez e ao desemprego de curta duração, uma vez que o mercado deveria garantir o emprego estável e duradouro permitindo, desta forma, assegurar a proteção do indivíduo.

No entanto, esta situação tem vindo a alterar-se ao longo das últimas décadas, o emprego “...passou a caracterizar-se por uma grande instabilidade, precariedade, situações duradouras de afastamento do mercado de trabalho (desemprego) e trabalho informal” (Rodrigues,2010a:48), o que coloca os indivíduos numa situação de risco acrescido e despoleta no Estado a necessidade de criação de soluções para resolver estas situações.

O modelo da Europa do Sul recebe influências de Bismarck, nomeadamente ao nível da desigualdade do sistema de proteção social, que beneficia os indivíduos com montantes salariais elevados e prejudica os que auferem um salário baixo, e de Beveridge, mais precisamente no que se refere à universalidade que caracteriza os sistemas de saúde.

O desenvolvimento das políticas sociais, nestes países, encontra-se associado ao período em que dominavam os regimes autoritários, onde instituições como a família e a Igreja tinham um papel relevante ao nível da proteção, o que provocou um “...impedimento na consolidação de políticas públicas e de Estados Providência...” (Rodrigues,2010a:49).

No que diz respeito às questões da saúde, se num primeiro momento o sistema apenas protegia os trabalhadores, posteriormente foi criado um sistema de saúde pública e universal, que protege todos os indivíduos independentemente da sua situação profissional, tendo como principal meio de financiamento os impostos. No entanto, é de referir que a qualidade dos serviços fica aquém e a insatisfação dos utentes é enorme, o que provoca o recurso ao sistema de saúde privado.

O desenvolvimento tardio destes Estados Providência, após a consolidação dos restantes Estados na Europa, demonstra o carácter efémero da sua prosperidade. Estes Estados desenvolveram-se em períodos, onde dominavam altas taxas desemprego de longa duração, elevadas taxas de analfabetismo, baixas qualificações escolares e um envelhecimento da população.

No que diz respeito às políticas direcionadas para as famílias, Portugal e a Grécia contribuíram para a inserção mais participativa da mulher no mercado de trabalho. Ao passo que, em Itália, as políticas sociais para as famílias visam combater os salários baixos, funcionando como uma compensação e permitindo aos indivíduos continuar a trabalhar.

Devemos ainda mencionar, de forma conclusiva, que os países do modelo do sul são os que apresentam as maiores taxas de desemprego da Europa. No entanto, “...a persistência do tipo de família alargada (formas tradicionais de solidariedade) e os reduzidos valores das prestações permitem que um ou mais elementos do agregado familiar entrem no desemprego sem imediatamente pôr em risco a sua sobrevivência” (Rodrigues,2010a:50), uma vez que a família assume um papel relevante no sentido de auxiliar os indivíduos quando estes se encontram em situações de risco.

Podemos ainda referir que a Itália, Portugal, Espanha e Grécia apresentam um regime de ajuda social relativo à situação de desempregado caracterizado pela sob proteção, sendo um sistema que disponibiliza aos desempregados menos que o mínimo necessário à sua sobrevivência, provocando situações de graves dificuldades financeiras. É ainda nestes países que, “...as políticas de emprego são quase inexistentes...” (Loisin,2006:66) e a probabilidade de o indivíduo se tornar um desempregado de longa duração é acrescida.

1.2 Crises atuais e os seus impactos

Os Estados Providência têm sido afetados por um conjunto de pressões e constrangimentos que colocam em causa a sobrevivência dos modelos sociais.

A diminuição do crescimento económico é o primeiro constrangimento que abala todos os países europeus e consequentemente os modelos de Estados Providência, dado que a força do Estado Social depende em grande medida do crescimento económico. O cenário de recessão económica não afetou de igual forma os modelos de Estados Providência, sendo os mais afetados o Modelo do Sul, do qual faz parte Portugal, e o Modelo Anglo-saxónico, devido ao desenho do modelo de Estado estar assente na relação políticas económicas e políticas sociais.

As transformações do mercado de trabalho são outro dos desafios colocados.

Nas últimas décadas do século XX, o crescimento das taxas de desemprego são uma realidade na maior parte dos países da U.E, fruto da reorganização dos sistemas produtivos, da reorganização dos postos de trabalho, da crescente flexibilidade das relações laborais, que originaram uma forte instabilidade nos mercados de trabalho. Neste domínio assiste-se ainda, a uma passagem do contrato coletivo de trabalho para um contrato de trabalho de cariz

individual, o que originou a diminuição do poder sindical que perdeu a sua principal função de negociador entre trabalhador e patrão, uma vez que esta passa a ser feita diretamente entre os atores envolvidos.

As transformações produtivas abriram caminho para um novo regime do capitalismo o “Pós-Industrial” caracterizado por uma destabilização do estatuto do trabalho, que despoletou uma descontinuidade nas trajetórias profissionais, que são agora marcadas por lógicas de flexibilidade e precariedade (formas atípicas de emprego), assumindo-se uma alternância entre o tempo de atividade e inatividade (desemprego).

A sociedade atual é denominada como uma “Sociedade de Risco” (Beck,1998), caracterizada pela incerteza e pela generalização dos riscos, estes encontram-se onnipresentes na vida de todos os sujeitos.

Os sistemas de cobertura dos riscos são hoje confrontados por dois grandes défices: o desemprego de massa e a precarização das relações laborais. O aparecimento dos novos riscos como, a proliferação de contratos de trabalho atípicos, o risco de desemprego e o risco de precariedade, provocaram uma profunda desestabilização do sistema de proteção social, isto porque os sistemas de cobertura dos riscos são financiados pelas cotizações salariais. A supressão massiva de emprego e a proliferação das relações precárias de trabalho representam um problema financeiro para a sobrevivência dos modelos sociais, dado que se assiste à diminuição do número de indivíduos que estão inscritos nas estruturas estáveis de emprego.

A sociedade atual é cada vez mais heterogênea, atravessada por dinâmicas de descoletivização, aumentando progressivamente o número de assistidos, devido ao crescimento continuado das taxas de desemprego.

Segundo Beck (1998), o risco do desemprego é um dos principais aspetos que caracterizam a sociedade moderna, sendo que este é um fenómeno que afeta de igual modo todos os grupos sociais, na medida em que “nenhum grupo de qualificação ou de profissão oferece a protecção face ao desemprego, o fantasma do desemprego instalou-se na sociedade” (Beck, 1998:119), constituindo este um dos novos desafios aos modelos sociais de Estados Providência que veem o número de assistidos pelas políticas sociais a aumentar continuamente.

A globalização é outro dos desafios que coloca pressões ao Estado social. As transformações tecnológicas tornaram o desemprego, uma realidade de todas as economias contemporâneas, uma vez que se assistiu ao despedimento dos trabalhadores menos qualificados e ainda, a uma redistribuição espacial da produção, que se desloca para países

onde a mão-de-obra é mais barata, provocando o aumento da precarização dos vínculos laborais e o aumento da pobreza das classes trabalhadoras.

No difícil momento económico que afeta grande parte dos países, o Estado já não consegue, sozinho, cobrir todos os riscos sociais a que os indivíduos estão sujeitos. Neste sentido, é visível o estabelecimento de parcerias entre o Estado e instituições privadas que assumem uma importância decisiva para a cobertura dos riscos sociais e a consolidação do bem-estar social, dando origem ao designado Welfare mix onde “... não há mais políticas de protecção social direccionadas para as comunidades, mas políticas de protecção social preconizadas pelas próprias comunidades” (Rodrigues,2010a:85), assistindo-se ao surgimento de um novo papel do Estado, que atua de forma descentralizada através do estabelecimento de parcerias com os agentes locais.

1.3 “Sociedade sem emprego” e o papel do Estado

A partir de 1970 vivenciamos uma mudança no sistema produtivo e, consequentemente, uma mudança na sociedade.

Neste período, desenvolve-se o denominado paradigma da flexibilização, em termos de tempo de trabalho e da sua localização. Os empregos para toda a vida e a tempo inteiro “...convertem-se em empregos a tempo parcial do tipo mais variado” (Beck,1998:117), generalizam-se, assim, as formas plurais e flexíveis de emprego, onde as fronteiras entre o trabalho e a desocupação são mais fluídas.

O mercado de trabalho é, a partir deste momento, caracterizado por sistemas de subemprego, flexível e plural alargando a exposição dos indivíduos aos riscos sociais, entre os quais, o desemprego.

A crise do mercado de trabalho levou à perda de segurança, característica da sociedade industrial, desenvolvendo-se a proliferação da insegurança, da incerteza e dos riscos sociais, como a precariedade das condições de trabalho e o desemprego massivo.

Numa sociedade de pleno emprego, as proteções sociais são fortes devido à existência de uma base de emprego estável. A hegemonia do emprego degrada-se a partir de 1970 devido à afirmação de duas grandes transformações no mundo do trabalho: a instalação do desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho, verificando-se uma “multiplicação das situações caracterizadas pela alternância entre dois emprego, sucessão de períodos de actividade e inactividade...” (Castel,2009:163).

O défice entre a oferta e a procura de emprego, o desemprego, é uma realidade que afeta a sociedade contemporânea, esta é incapaz de assegurar o pleno emprego. O

prolongamento do desemprego revela a existência de uma crise no mercado de trabalho, que se repercute num grave desajustamento estrutural entre a oferta e a procura de emprego. A precariedade é vivida como uma condição normal e permanente nas relações laborais.

A insegurança e a instabilidade são condições permanentes no mundo do trabalho e o desemprego é um fenómeno estrutural, crescente e duradouro, que se agrava dia após dia no nosso país.

O desemprego de massa e de longa duração é uma realidade que afeta o nosso país. Assistimos, diariamente, ao crescimento do número de indivíduos que não estão inscritos nas estruturas estáveis de emprego, vivemos numa sociedade de desemprego, uma “Sociedade sem emprego” que não tem capacidade de integrar no sistema produtivo o enorme número de desempregados, aumentando assim o número de assistidos.

Segundo Beck (2000), “uma sociedade sem emprego parece uma sociedade sem referente, uma sociedade que perdeu a bússola e as coordenadas” (Beck,2000:18). É uma sociedade que não cria postos de trabalho para absorver a larga franja dos desempregados, o desemprego de longa duração cresce continuamente e todos os grupos sociais são afetados por este fenómeno, sendo que “nenhum grupo de qualificação ou de profissão oferece a protecção frente ao desemprego, o fantasma do desemprego instalou-se na sociedade; o desemprego concentra-se em grupos já desfavorecidos pela sua posição profissional. O risco de ficar sem emprego é maior para as pessoas com formação profissional escassa ou inexistente, para as mulheres, para os trabalhadores mais velhos, assim como (...) para os jovens” (Beck,1998:118). A cada dia que passa, as hipóteses de reinserção profissional são mais escassas numa sociedade “sem emprego”, que não cria postos de trabalho para absorver esta população.

O desemprego, a proliferação da precariedade e da flexibilidade nas relações laborais colocam desafios ao papel do Estado, como instituição de cobertura dos indivíduos face aos riscos sociais.

Numa sociedade flexível caracterizada por processos de individualização e pela heterogeneidade de situações face ao trabalho, a descentralização dos serviços do Estado são uma necessidade. Isto é, o Estado deverá funcionar apenas como incitador e financiador das operações mobilizadas pelos atores locais. Nesta ótica, “dentro de uma sociedade de indivíduos, um Estado Social activo ou flexível, passará por actuar em proximidade do direito social para identificar as situações locais” (Castel,2009:42), assistindo-se a uma descentralização administrativa transferida para os poderes locais.

A lógica de territorialização da ação política desenvolve-se em 1980, com o surgimento das políticas de inserção, nas quais se desenvolvem políticas públicas onde os projetos de ação envolvem a participação dos diferentes parceiros locais. O Estado assume o papel de animador, onde o papel estratégico de atuação é direcionado para o território local e para os indivíduos beneficiários das prestações públicas. Estes devem participar nos procedimentos que os envolvem, sendo a gestão dos problemas desenvolvida a nível local, a partir da articulação entre os diferentes parceiros sociais.

As políticas sociais devem, neste sentido, permitir o envolvimento dos indivíduos na gestão dos seus problemas e devem ser adaptadas às questões territoriais. Assim, as intervenções sociais e a conceção dos programas sociais devem ser desenvolvidas através de políticas territorializadas, que respondam aos problemas locais, e não políticas gerais aplicáveis a todo o território nacional.

O envolvimento dos parceiros locais é fundamental para o sucesso das políticas na resolução dos problemas.

2. Apoios e incentivos institucionais no combate ao desemprego

A partir dos anos 70, o mercado de trabalho é invadido por um conjunto de transformações, como é o caso da introdução das novas tecnologias, que provocaram fortes mudanças na ótica de conceber o trabalho. Este é dominado pela flexibilidade crescente, assistindo-se a uma passagem da produção em cadeia, para a responsabilização do indivíduo por uma parte da unidade produtiva. A concorrência exacerbada e a mobilidade de trajetórias profissionais fazem parte deste nova fase de organização do trabalho.

Como nem todos são capazes de responder às exigências do mercado de trabalho, a ameaça do desemprego torna-se onipresente, instalando-se uma nova problemática de insegurança.

A flexibilização do trabalho deu origem à proliferação de formas atípicas de emprego (emprego a tempo parcial, trabalho ao domicílio, o teletrabalho, os empregos com contratos a termo certo), que constituem hoje a ilustração da precarização das relações laborais.

A temática do desemprego tem sido alvo de debate ao longo destes últimos anos, uma vez que é um dos maiores problemas que afeta o nosso país, sendo que, têm sido elaboradas algumas propostas que visam combater a exclusão profissional dos desempregados e a sua consequente exclusão social, incentivando lógicas de inserção através da criação de um conjunto de medidas ativas de emprego.

A evolução progressiva do desemprego, depois dos anos 70, despoletou o surgimento de medidas de combate ao fenómeno do desemprego.

Segundo Demazière (2006) existem dois tipos de medidas, as de cariz passivo que englobam as “...despesas indemnização e outros dispositivos que visam limitar o número de candidatos ao emprego” (Demazière,2006:68) como são o exemplo do Subsídio de Desemprego e do Subsídio Social de Desemprego; e as medidas ativas que visam a diminuição no número de indivíduos desempregados, tais como os programas de formação, os estágios profissionais e as medidas de incentivo à contratação (Estímulo 2013, Impulso Jovem, etc).

Neste seguimento, passaremos à elencação das medidas passivas e ativas de combate ao desemprego existente no nosso país.

2.1 Subsídio de Desemprego

O Subsídio de Desemprego “é um valor em dinheiro que é pago em cada mês a quem perdeu o emprego de forma involuntária, e que se encontra inscrito para emprego no centro de emprego (...) destina-se a compensar a perda das remunerações de trabalho” (I.S.S.,2012:4). Beneficiam deste subsídio todos os indivíduos que já tenham tido um emprego e que tenham contribuído para o sistema contributivo, como é o caso dos trabalhadores, pensionistas de invalidez desempregados, trabalhadores de serviços domésticos, trabalhadores agrícolas e do setor aduaneiro, desde que inscritos na Segurança Social. No entanto, nem todos podem usufruir do Subsídio de Desemprego, este encontra-se restrito a trabalhadores independentes empresários ou a recibos verdes, a administradores, diretores e gerentes de empresas, trabalhadores no domicílio, pensionistas de invalidez ou velhice ou quem, no momento de desemprego já reúna as condições para pedir a pensão de velhice.

Para ter acesso ao Subsídio de Desemprego é necessário cumprir um leque de condições: residir em Portugal; ter tido um emprego contratualizado; ter ficado desempregado involuntariamente; não exercer no momento qualquer atividade profissional; encontrar-se inscrito no Centro de Emprego da área de residência; ter trabalhado como contratado e descontado para a Segurança Social ou outro regime de proteção durante pelo menos “...360 dias nos 24 meses imediatamente anteriores à data em que ficou desempregado...” (I.S.S,2012:6) e por fim, ter solicitado o Subsídio de Desemprego até 90 dias a contar com a data de desemprego.

O montante da prestação ronda os 65% da remuneração de referência, nunca podendo ser superior ao seu valor líquido. No entanto, o montante do subsídio pode aumentar, em

cerca de 10%, se ambos os cônjuges estiverem desempregados e com crianças a cargo e ainda, no caso das famílias monoparentais com filhos, se o titular do subsídio for o único responsável pelas crianças, ou diminuir caso tenham requerido a prestação a partir de abril de 2012, veem o seu subsídio diminuído ao fim de 180 dias seguidos de concessão, em 10%.

O tempo de usufruto do subsídio depende da idade do indivíduo e do número de meses que efetuou descontos para a Segurança Social, podendo ser recebido por transferência bancária ou cheque.

O usufruto do Subsídio de Desemprego envolve o cumprimento de um conjunto de obrigações, caso contrário o desempregado pode ver o seu pagamento suspenso ou ser-lhe vedado o acesso à prestação social.

No que diz respeito às obrigações, o indivíduo desempregado deve: aceitar cumprir o Plano Pessoal de Emprego (plano definido pelo beneficiário e o Centro de Emprego, onde estão reunidas as ações para a procura de emprego, as exigências mínimas na procura ativa de emprego e ainda, ações de acompanhamento e avaliação); aceitar um emprego, trabalho socialmente necessário e formação profissional; procurar ativamente emprego (apresentando-se quinzenalmente no Centro de Emprego ou noutro local solicitado); comparecer sempre que solicitado pelo Centro de Emprego; avisar o Centro de Emprego em caso de viagem, doença, mudança de morada, etc. Se o indivíduo não cumprir estas obrigações encontra-se sujeito à suspensão do subsídio.

O esclarecimento mais aprofundado sobre estas questões pode ser conseguido através de uma leitura mais exaustiva do Guia Prático do Subsídio de Desemprego, elaborado pelo Instituto da Segurança Social.

2.2 Subsídio Social de Desemprego

Esta medida consiste no pagamento mensal de um montante aos indivíduos que perderam o emprego de forma involuntária, de forma a compensar a perda de salário, sendo que estes devem estar inscritos no Centro de Emprego. O benefício do Subsídio Social de Desemprego é acionado quando os desempregados não reúnem as condições necessárias para usufruir do Subsídio de Desemprego inicial, quando já terminou o prazo de benefício do subsídio ou ainda, quando o rendimento do agregado familiar não atinge os 335,38€ por pessoa.

As regras acerca de quem pode ou não usufruir do Subsídio Social de Desemprego são iguais às apresentadas anteriormente para o Subsídio de Desemprego no entanto, existe uma condição específica para o acesso a esta medida. Para usufruir do Subsídio Social de

Desemprego, os indivíduos e o seu agregado familiar não devem ser possuidores de um património mobiliário superior a 100 612,80€. Para ter acesso ao subsídio, o sujeito tem de ter trabalhado por conta de outrem e ter efetuado descontos para o regime da Segurança Social ou para qualquer outro, por uma duração mínima de 180 dias, nos últimos 12 meses anteriores ao pedido de apoio; e ter um rendimento mensal por pessoa do agregado, não superior a 335,38€.

O Subsídio Social de Desemprego pode ser solicitado num serviço de Segurança Social, sendo acompanhado por uma declaração de rendimentos do agregado familiar.

O valor da prestação encontra-se associado ao tipo de agregado familiar, se o indivíduo residir sozinho receberá 335,38 €, caso viva com outros indivíduos recebe 419,22€ ou o valor da sua remuneração líquida de referência, sendo o valor da prestação, neste caso, sempre o valor mais baixo.

A duração do usufruto do subsídio está dependente da idade e do tempo de descontos para a Segurança Social, sendo atribuído por metade do tempo de usufruto do subsídio inicial.

Para usufruir do Subsídio Social de Desemprego o indivíduo tem que cumprir um conjunto de obrigações (semelhante às apresentadas para o Subsídio de Desemprego), caso contrário pode ser-lhe suspenso o subsídio ou ser-lhe vedado o acesso à prestação.

2.3 Estímulo 2013

A presente medida ativa de combate ao desemprego, em particular ao desemprego de longa duração, deriva da medida “Estímulo 2012” criada no ano transato. Esta é uma medida ativa de emprego criada pela Portaria nº 45/2012, de 13 de fevereiro, direcionada para desempregados inscritos no Centro de Emprego há pelo menos meio ano, que tem como objetivo promover a contratação de desempregados, promovendo a sua empregabilidade, recorrendo à formação profissional.

Para usufruir do “Estímulo 2012”, as empresas devem contratar desempregados, a regime de tempo inteiro, por um período nunca inferior a 6 meses e ainda dar formação que estimule a sua reinserção no mercado de trabalho. Ao aderirem a esta medida, as empresas beneficiam de apoios financeiros, que passam pela comparticipação de 50% do valor mensal do salário que a empresa paga ao desempregado, durante um período máximo de 6 meses, com um limite de 419,22€. Esta medida tem como objetivo incentivar a criação de emprego e a contratação de desempregados, permitindo o seu retorno ao mercado de trabalho.

O apoio financeiro pode subir para os 60% caso sejam contratados pelas entidades empregadoras indivíduos desempregados há mais de 12 meses, desempregados beneficiários do R.S.I., pessoas portadoras de deficiência ou alguma incapacidade física, desempregados

com idade igual ou inferior a 25 anos ou indivíduos desempregados com qualificações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico.

A entidade empregadora dever ter a sua situação regularizada na Segurança Social, na Administração Fiscal e no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Nas questões relacionadas com a formação profissional, podemos mencionar a necessidade de formação, em contexto de trabalho, por um período mínimo de 6 meses, ou formação proporcionada por uma entidade certificada com uma carga horária mínima de 50 horas, sendo realizada no período normal de trabalho.

Cada entidade empregadora não pode contratar mais de 20 trabalhadores ao abrigo desta medida.

A medida “Estímulo 2012” visa a criação de emprego, de forma a proporcionar o retorno ao mercado de trabalho de indivíduos desempregados com fortes dificuldades de inserção profissional, sendo financiada até 100 milhões de euros, oriundos do Fundo Social Europeu e do Orçamento do Estado.

A Portaria nº 106/2013, de 14 de março, estabeleceu uma reformulação na medida “Estímulo 2012” criando uma medida de âmbito mais alargado, a medida “Estímulo 2013”.

As alterações feitas à medida anterior permitiram a possibilidade de concessão de um prémio de conversão aos empregadores que converterem ou celebrarem contratos de trabalho em regime sem termo e ainda, o alargamento do período de apoio, de 6 para 18 meses, no caso dos contratos celebrados sem termo, cujos veem o montante do apoio aumentado para 1,3 vezes o valor dos IAS. Uma outra alteração proposta na medida prende-se com a possibilidade de contratação de desempregados inscritos no Centro de Emprego há 3 meses, desde que não tenham concluído o ensino básico ou que tenham 45 anos ou mais, que constituam um agregado monoparental ou, ainda, tenham o cônjuge em situação de desemprego. Por fim, foi alterado o limite de contratações, agora cerca de 25, ao abrigo desta medida.

2.4 Impulso Jovem

A Portaria nº 229/2012, de 3 de agosto, apresenta-nos a medida “Impulso Jovem” que tem como objetivo apoiar a contratação a termo ou sem termo, através do reembolso total ou parcial da taxa social única das contribuições para a Segurança Social, com o intuito de promover a diminuição dos encargos financeiros associados às novas contratações, o aumento do emprego nos jovens, incentivar a contratação de jovens desempregados de longa duração, inscritos no Centro de Emprego, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Podem candidatar-se a esta medida pessoas singulares ou coletivas, de natureza jurídica privada com ou sem fins lucrativos, desde que regularmente constituída e com uma situação contributiva regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

A adesão a esta medida por parte das entidades empregadoras tem subjacente um conjunto de apoios financeiros, como é o caso das reduções dos encargos financeiros. As empresas podem, assim, usufruir do reembolso total ou parcial da Taxa Social Única paga mensalmente, esta é devolvida na totalidade caso o trabalhador seja contratado a tempo indeterminado, ou reembolsada apenas em 75% se o contrato de trabalho for a termo certo. No entanto, convém referir que, este apoio tem uma duração máxima de 18 meses e o reembolso não pode ser superior a 175€ por mês.

Ao abrigo desta medida, a entidade empregadora não pode contratar mais de 20 trabalhadores.

A Portaria nº 65-A/ 2013, de 13 de fevereiro veio implementar novas alterações à medida alargando a sua aplicabilidade a jovens inscritos como desempregados há pelo menos 6 meses ou àqueles que terminaram a sua formação escolar há pelo menos 1 ano e ainda se encontram numa situação de inatividade.

2.5 Programa Estágios Profissionais

O Programa de Estágios Profissionais, criado pela Portaria nº 268/97, de 18 de abril, é uma medida ativa de emprego com um papel relevante na inserção dos jovens na vida ativa. O seu objetivo prende-se com o desenvolvimento ou enriquecimento das competências profissionais dos indivíduos desempregados, de forma a aumentar o perfil de empregabilidade e facilitar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho.

Segundo a Portaria nº 129/2009, de 30 de janeiro, os Estágios Profissionais visam a inserção ou reconversão de desempregados para a vida ativa, complementando uma qualificação preexistente através da formação prática em contexto laboral. Destinam-se aos jovens até aos 35 anos, à procura do 1º ou de um novo emprego, com o ensino secundário completo ou o nível 3 de qualificação, estabelecendo-se um contrato com a entidade promotora com uma duração máxima de 12 meses, não prorrogáveis, não estando o estagiário durante este período abrangido por qualquer regime obrigatório da Segurança Social.

Em 2011 foi introduzida uma alteração ao Programa Estágios Profissionais pela Portaria nº 92/2011, de 28 de fevereiro, a qual alterou as condições de acesso ao programa e a sua duração. Estes destinam-se a indivíduos com idades até ao limite de 30 anos, mesmo que possuam uma qualificação de nível 4, 5, 6, 7 ou 8; a indivíduos desempregados à procura de

uma nova atividade profissional e com idade superior a 30 anos; também são destinados a pessoas com deficiência ou incapacidade, não se colocando, neste caso, limite de idade.

Relativamente à duração dos estágios, estes têm agora uma duração contratualizada de 9 meses, não prorrogáveis. Associados a estes estágios estão apoios financeiros direcionados aos estagiários, que abarcam a atribuição de uma bolsa mensal, cujo valor varia consoante o seu nível de qualificação, o subsídio de alimentação e o seguro de acidentes de trabalho, os estagiários estão agora sujeitos a tributação fiscal; e às entidades empregadoras a comparticipação na bolsa de estágio varia entre os 40%, 65% ou 75%, dependendo se os empregadores são entidades coletivas ou singulares de direito privado com ou sem fins lucrativos e do número de trabalhadores empregados pela empresa, a comparticipação no subsídio de alimentação e do prémio do seguro de acidentes de trabalho.

Para candidatar-se ao programa de estágios profissionais, as entidades empregadoras têm de estar regularmente constituídas e registadas, com a contabilidade organizada, possuir a situação contributiva para com a Segurança Social e a Administração Tributária regularizada e não ter sido condenada por crime de fraude na obtenção de subsídios de natureza pública.

A Portaria nº 309/2012, de 9 de outubro, veio alargar a medida a empresas que pretendam introduzir projetos de interesse estratégico para a economia regional ou nacional, sendo que nestes casos o estágio apresenta uma duração de 18 meses, não prorrogáveis e a comparticipação da bolsa de estágio pode atingir os 90% do seu valor.

Em janeiro de 2013 foi implementada mais uma alteração à medida, através da Portaria nº 3-B/2013, com o intuito de alargar o acesso ao Programa de Estágios Profissionais a casais desempregados, a famílias monoparentais cujo responsável pelo agregado se encontra numa situação de desemprego, independentemente da sua idade.

A última alteração realizada foi implementada pela Portaria nº 120/2013, de 26 de março, a qual alargou o acesso ao programa a jovens dos 25 aos 30 anos e o período de duração do estágio passa para os 12 meses.

Neste sentido, a realização de estágios profissionais, de acordo com o IEFP, caracterizam uma etapa de transição para a vida ativa que visa complementar uma qualificação preexistente através de formação e experiência prática em contexto laboral e promover a inserção de jovens ou a reconversão profissional de desempregados.

2.6 Reintegração socioprofissional

2.6.1 Contrato Emprego-Inserção

O regime de ocupação de trabalhadores beneficiários de prestações de desemprego desenvolveu a criação de um programa ocupacional (Programa de Colocação Temporária de Trabalhadores Subsidiados) onde se valoriza o envolvimento dos indivíduos beneficiários do Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego em trabalho socialmente necessário.

Segundo o Decreto Regulamentar Regional nº 9/2008/A, os Programas Ocupacionais (existentes desde 1985) têm como objetivo a contribuição para a produtividade social, a atenuação dos efeitos sociais do desemprego e o aumento da reinserção no mercado de trabalho, sendo promovido por Organizações, IPSS, Associações e Cooperativas sem fins lucrativos. Os trabalhadores ao abrigo deste programa são integrados em projetos de trabalho temporário com uma duração não inferior a 1 mês e não ultrapassando o limite de 2 anos; são designados por trabalhadores ocupados mantendo a qualidade de beneficiários e têm direito ao seu usufruto da prestação de desemprego. A recusa de participação nestes programas tem como consequência a cessação da prestação de desemprego.

No que respeita à entidade empregadora, esta deve complementar as prestações de desemprego dos trabalhadores de forma, a perfazer o montante salarial para a função exercida; pagar subsídio de transporte e alimentação; efetuar seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais e ainda, pagar as contribuições devidas sobre as remunerações.

Através da Portaria nº 128/2009, de 30 de janeiro, foi revogada uma alteração aos Programas Ocupacionais, agora com a designação de Contratos de Emprego-Inserção, de forma a aumentar o nível de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho de indivíduos em situação de desemprego através do desenvolvimento de trabalho socialmente necessário por parte dos desempregados, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou formação profissional. Os Contratos de Emprego-Inserção (CEI), anteriormente denominados de Programas Ocupacionais, visam promover a empregabilidade dos indivíduos em situação de desemprego, desenvolvendo as suas competências socioprofissionais através do contacto com o trabalho e os trabalhadores, de forma a evitar situações de isolamento, desmotivação e marginalização e ainda, apoiar o desenvolvimento de atividades úteis que respondam às necessidades locais ou regionais. O desenvolvimento destas ações é da responsabilidade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, como são o caso das autarquias locais e entidades de solidariedade social, com as quais são celebrados

contratos com uma duração máxima de 12 meses com ou sem renovação, não existindo qualquer indexação ao regime contributivo.

Relativamente aos apoios financeiros, as entidades privadas beneficiarão de uma comparticipação de 50% na bolsa mensal complementar e os desempregados terão direito a uma bolsa complementar de 20% do valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais-419,22€) a juntar ao valor da prestação social de desemprego, despesas de transporte, subsídio de alimentação e seguro contra acidentes pessoais.

As candidaturas devem ser apresentadas por entidade regularmente constituídas e registadas e com situação regularizada em termos de Segurança Social e Administração Fiscal.

Foram feitas algumas alterações à Portaria nº 128/2009, de 30 de janeiro, nomeadamente a Portaria nº 294/2010, de 31 de maio, que alerta para a prioridade de introduzir no programa indivíduos desempregados subsidiados com prestações iguais ou inferiores à remuneração mínima mensal garantida (valor do IAS).

2.6.2 Contrato Emprego-Inserção (+)

O Contrato Emprego Inserção (+) obedece a todas as questões apresentadas anteriormente, no entanto destina-se a desempregados que beneficiem do Rendimento Social de Inserção. Quanto aos apoios financeiros, estes sofrem uma pequena alteração, os beneficiários recebem uma bolsa de ocupação mensal no valor do IAS (419,22€), em detrimento da prestação de RSI. A comparticipação no valor da bolsa mensal passa a ser de 90% se a entidade for de cariz privado e sem fins lucrativos, no caso de se tratar de uma entidade pública a comparticipação na bolsa de ocupação mensal passa a ser de 80%.

2.7 Formação

2.7.1 Cursos de Aprendizagem

Em 2006, o Sistema Nacional de Qualificações implementou a generalização do nível secundário como qualificação mínima à população portuguesa.

Com a Portaria nº 1497/2008, de 19 de dezembro, foram criados os Cursos de Aprendizagem que se apresentam como uma modalidade de dupla certificação, direcionada para os jovens, com idade inferior aos 25 anos, com o 3º ciclo de escolaridade e o ensino secundário incompleto, com vista a dar equivalência ao 12º ano e a melhorar os seus níveis de empregabilidade e a sua inserção no mercado de trabalho. São cursos que se organizam tendo

por base quatro componentes de formação (sociocultural, científica, tecnológica e prática), complementando a aprendizagem em contexto de sala de aula com uma dimensão prática, em alternância, em contexto laboral, de forma a proporcionar uma maior aquisição de competências.

Os Cursos de Aprendizagem fazem parte do quadro das políticas ativas de educação, formação e emprego contribuindo para o aumento das qualificações profissionais e escolares dos jovens. Este tipo de formação é desenvolvido diretamente pela rede de Centros de Formação Profissional do IEFP,IP, de forma a responder às necessidades do mercado de trabalho. No entanto, devemos referir que, têm sido celebrados protocolos de colaboração em áreas de formação estratégicas para a economia portuguesa, nomeadamente os setores de bens e serviços transacionáveis.

2.7.2 Cursos de Educação e Formação para Jovens

Os Cursos de Educação e Formação para Jovens foram criados através do Despacho Conjunto nº 279/2002, de 12 de abril, e destinam-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes de concluíram os 12 anos de escolaridade, bem como àqueles que, após a conclusão dos 12 anos de escolaridade não possuam uma qualificação que lhes permita o acesso ao mercado de trabalho.

Os CEF's permitem a obtenção de uma qualificação de nível I (6º ano), II (9º ano) ou IV (12º ano) e ainda, o prosseguimento de estudos, sendo desenvolvidos pela rede das escolas públicas, particulares, cooperativas e escolas profissionais. Estes cursos têm como finalidade a aquisição de qualificação escolar e profissional e de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, para os indivíduos, com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 anos, que vivenciaram situações de abandono escolar ou que se encontrem em transição para a vida ativa, de forma a permitirem uma integração no mercado de trabalho que é cada vez mais exigente e competitivo.

No que diz respeito à estrutura curricular deste tipo de cursos, esta integra quatro componentes de formação, nomeadamente uma componente sociocultural, uma científica, uma tecnológica e por fim, uma componente prática realizada em contexto de trabalho.

A presente formação enquadra-se no conjunto de medidas estratégicas que visam fomentar a empregabilidade e transição para a vida ativa, sendo uma resposta prioritária para os jovens, uma vez que promove a obtenção de diferentes graus de escolaridade e de qualificação profissional.

2.7.3 Cursos de Educação e Formação de Adultos

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos, criados em 2000, têm como principal prioridade elevar os níveis de qualificação escolar e profissional da população adulta portuguesa, através de uma oferta integrada de educação e formação que possibilite o melhoramento das condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.

Segundo o Despacho Conjunto nº 1083/2000, os cursos EFA destinam-se a cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, com baixos níveis de qualificação escolar, isto é que não tenham concluído a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos, com vista a diminuir os défices de qualificação da população adulta. Desta forma, foram constituídos os cursos que pretendem dar uma certificação escolar e profissional, sendo eles os cursos EFA (B1) que equivalem ao 1º ciclo do ensino básico e nível 1 de qualificação profissional, os EFA (B2) que certificam o 2º ciclo do ensino básico e nível 2 de qualificação profissional e os EFA (B3) que correspondem ao 3º ciclo do ensino básico e nível 3 de qualificação profissional, podendo as turmas ser constituídas por 10 a 15 alunos.

Através da Portaria nº 817/2007, de 27 de julho, foram estendidos os Cursos EFA ao nível secundário, uma vez que a partir de 2006 foi estabelecida a qualificação mínima da população ao nível secundário. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não possuam uma qualificação adequada no mercado de trabalho, ou que não tenham concluído o ensino básico ou secundário, conferindo uma dupla certificação de nível III (3º ciclo do ensino básico) ou nível IV (ensino secundário).

No que respeita à constituição das turmas, estas podem ser compostas por um grupo de 10 a 20 alunos, sendo este número alterado pela Portaria nº 711/2010, de 17 de agosto, que confere como número mínimo de 20 formandos, posteriormente revogado pela Portaria nº 283/2011, de 24 de outubro, para grupos de formação de 15 a 30 alunos.

Podemos assim referir, os cursos EFA revelam-se uma importante medida nas políticas de educação e formação ao longo da vida, uma vez que permitem aumentar a qualificação da população adulta, no sentido de aumentar a competitividade do tecido empresarial, face aos desafios provocados pela globalização da economia e pela inovação tecnológica.

2.7.4 Formação Modular Certificada

A Formação Modular Certificada foi criada pela Portaria nº 230/2008, de 7 de março, e refere-se a um conjunto de unidades de formação de curta duração (25 ou 50 horas), com vista a dotar o indivíduo de uma oferta de formação flexível e diversificada e a aperfeiçoar os conhecimentos e competências dos indivíduos, impulsionando a aprendizagem contínua ou processos de reciclagem e reconversão profissional, encontrando-se integrada no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Este tipo de ações de formação conferem a atribuição de um certificado de qualificações e têm como público-alvo os indivíduos com idade superior aos 18 anos ou inferiores aos 18 anos inseridos no mercado de trabalho, ou seja indivíduos ativos empregados ou desempregados, que pretendam adquirir conhecimentos ou desenvolver as suas competências em alguns domínios de âmbito geral ou específico, necessários à integração num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

As turmas de Formação Modular devem ter uma constituição que não ultrapasse os 25 formandos. Este número foi alterado para o mínimo de 10 formandos, pela Portaria nº 711/2010, de 17 de agosto, sendo posteriormente revogado pela Portaria nº 283/2011, de 24 de outubro, para grupos de formação de 15 a 30 alunos.

2.8 “SOU MAIS”

No âmbito das Cooperativas existem também alguns programas que funcionam como políticas ativas de emprego, em parceria com o IEFP que visam a criação de emprego, constituindo uma estratégia de combate ao desemprego.

Criado pela Portaria nº 985/2009, de 4 de setembro, surge o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, com o intuito de apoiar a criação de novas empresas por parte dos desempregados, sejam eles subsidiados ou não, jovens à procura do 1º emprego e ainda, públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho. O seu objetivo passa por criar condições de acesso ao crédito por parte dos promotores das novas empresas, de forma a impulsionar o surgimento de empresas de pequena dimensão, criar emprego e dinamizar a economia local, onde estas se inserem. E ainda, permitir aos beneficiários das prestações de desemprego criar o seu próprio emprego, através do pagamento, de uma só vez, do montante global da prestação de desemprego, montante esse que na sua totalidade deverá ser investido na empresa a constituir.

A entidade promotora irá beneficiar de crédito, que pode obedecer a duas tipologias MICROINVEST (financiamento até 15 000€) ou INVEST+ (financiamento de 15 000 a 100 000€), com garantia e bonificação da taxa de juro, apoio técnico para a criação e consolidação

do projeto. Para tal, deve estar regularmente constituída e registada, possuir licença para o exercício da atividade, ter a situação regularizada na Segurança Social e Administração Fiscal e não registar nenhum incidente bancário. É estabelecido um protocolo entre as entidades bancárias, que avaliam a viabilidade do projeto, e o IEFP, I.P.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2010, de 4 de março, criou o Programa Nacional de Microcrédito coordenado, agora, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), que é a responsável pela validação dos projetos e encaminhamento destes para as instituições bancárias. Nesta resolução faz-se, ainda, uma alteração ao montante da linha de crédito MICROINVEST que vê o seu financiamento aumentado para 20 000€.

Em abril de 2012, a Portaria nº 95/2012 procede a um alargamento do Programa Nacional de Microcrédito às microentidades e cooperativas (até 10 trabalhadores) de todos os setores da atividade económica.

Posto isto, o “SOU MAIS” é o Programa Nacional de Microcrédito que visa proporcionar aos indivíduos o acesso ao crédito, através de um financiamento no valor máximo de 20.000 euros, destinado a apoiar a concretização de projetos. Destina-se a todos os indivíduos, com pelo menos 18 anos, que tenham dificuldades de acesso ao mercado de trabalho ou que se encontrem em risco de exclusão social, que possuam capacidades para apresentarem projetos viáveis para a criação de um negócio e, consecutivamente, postos de trabalho. É ainda destinado, a microentidades e cooperativas que possuam até 10 trabalhadores, que tenham em mente a criação de projetos, na área da economia social, com o objetivo de criar postos de trabalho.

2.9 “COOPJOVEM”

Ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, foi criado o COOPJOVEM, inserido na medida Impulso Jovem, um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas, com o intuito de desenvolver uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a definição de trajetórias de vida. O programa destina-se aos jovens que possuam, pelo menos, o 9.º ano de escolaridade, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que pretendam constituir uma nova cooperativa que integre de 5 a 9 trabalhadores e ainda, para jovens dos 18 aos 40 anos que pretendem criar uma cooperativa agrícola (máximo

de 9 trabalhadores) ou uma nova secção em cooperativas agrícolas já existentes que tenham até 10 trabalhadores.

No que diz respeito aos apoios, os jovens têm direito a uma bolsa, atribuída por um período mínimo de 2 meses até ao máximo de 6, de acordo com o seu nível de qualificações, (no valor de 691,70 € para jovens com ensino superior, 544,99 € para jovens com ensino secundário e 419,22 € para jovens com 9.º ano) para o desenvolvimento do projeto, apoio técnico para o alargamento de competências na área do empreendedorismo cooperativo e acesso ao crédito bonificado, segundo a tipologia MICROINVEST.

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) encontra-se responsável pela gestão do presente programa.

3. Viver o desemprego

3.1 O desemprego e as dinâmicas psicossociais

O desemprego é um fenómeno social que marca a realidade das sociedades contemporâneas. A origem da sua definição remonta o século XIX e encontra-se associado a uma interrupção da atividade profissional e da sua remuneração.

Nas sociedades tradicionais, o trabalho ocupava um lugar central na vida dos indivíduos, este era considerado um dever e não implicava um estatuto social, todos trabalhavam e não havia lugar para o desempregado.

Os anos 30 foram marcados por uma enorme crise económica que, despoletou um conjunto de consequências sociais desastrosas e a supressão massiva de postos de trabalho. É neste cenário que a Sociologia e a Psicologia elaboram os primeiros estudos acerca dos efeitos psicológicos e sociais do desemprego. No entanto, o ressurgimento da expansão destes estudos ocorre a partir de 1970, momento em que as taxas de desemprego conhecem um novo crescimento, fruto da recessão económica que caracteriza este período, levando as ciências sociais a encarar o fenómeno do desemprego como uma nova questão social que se instala nas sociedades contemporâneas.

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho é encarado como uma peça basilar que desempenha um conjunto de funções importantes para a estruturação da vida dos indivíduos. De acordo com José Estramiana (1992), o trabalho enquanto instituição de socialização apresenta as seguintes funções: económica, proporcionando ao indivíduo a criação de relações com a sociedade, através da aquisição de bens e serviços que permitem a manutenção da

mesma; construção de identidade, através da posse de um posto de trabalho “...o emprego serve para dar uma imagem de nós mesmos, ao mesmo tempo que fornece uma posição e um estatuto reconhecido socialmente” (Estramiana,1992:35); realização de uma atividade que permite a criação de rotinas, o indivíduo ocupado mantém-se ativo e motivado, ao contrário do que acontece com a situação de desemprego, onde se assiste à quebra das rotinas que provocam um agravamento das condições psicológicas do indivíduos, despertando situações de desmotivação e o sentimento de inutilidade; estruturação do tempo; criação de relações interpessoais, o indivíduo desempregado vivencia uma privação das relações desenvolvidas em contexto de trabalho, o que poderá originar uma quebra dos contactos sociais desenvolvendo-se um processo de isolamento social; e por fim, desempenha uma função psicossocial, isto porque permite a aquisição de “... estatuto, identidade, impõem a realização de uma actividade, estrutura o tempo e promove relações” (Estramiana,1992:40).

A perda de emprego gera um conjunto de consequências psicossociais, provocando a deterioração do bem-estar psicológico dos indivíduos. Vários são os autores que se dedicaram ao estudo do impacto do desemprego ao nível do bem-estar psicológico dos sujeitos e das suas consequências psicossociais, entre os quais destacamos, M.Jahoda (1987), David Fryer (1986), Kaufman (1982), Alvaro (1992), José Estramiana (1992), Ana Duarte (1998), João Argolo e Maria Araújo (2004), Letícia Pinheiro e Janine Monteiro (2007) e Marla Cruz (2009).

Nos estudos sobre os impactos psicossociais do desemprego surgem três teorias que acreditamos serem importantes na explicação deste fenómeno, sendo elas a Teoria da Privação de Jahoda, a Teoria da Agência de David Fryer e por fim, a Teoria do Desânimo Aprendido apresentada por Seligman.

Jahoda (1987) desenvolveu nos seus estudos, a designada Teoria da Privação. Para esta autora, o trabalho desempenha um conjunto de funções psicossociais que ultrapassam a mera obtenção de recursos económicos (salário). O emprego constitui uma instituição social que cumpre um conjunto de funções, sendo estas de cariz manifesto “...fornecer ao trabalhador ingressos económicos...” (Estramiana,1992:7) ou funções latentes, isto é “ 1. O emprego impõe uma estrutura à nossa vida diária; 2. Implica experiências e contactos regulares com pessoas; 3. Coloca ao indivíduo metas e propósitos (...); 4. Define importantes aspectos do estatuto pessoal e da identidade; 5. Força o desenvolvimento de uma actividade” (Estramiana,1992:7).

Podemos assim referir que, as pessoas que se encontram desempregadas sofrem uma privação das funções desempenhadas pelo emprego, sofrendo uma diminuição do seu estatuto

social e da sua identidade, uma diminuição dos rendimentos, uma retração das rotinas e dos contactos sociais e ainda, uma afetação do seu projeto de vida e das expectativas futuras que são assoladas por sentimentos de incerteza.

Segundo Jahoda (1987), a perda de emprego abarca um vasto leque de consequências psicossociais em vários domínios da vida do indivíduo. No domínio da personalidade, os efeitos do desemprego comportam a ameaça à segurança económica, a perda de prestígio social e de sentido para a ação, o crescimento da instabilidade, a diminuição da confiança, a desmoralização, o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade, a vergonha social, a redução da capacidade de estruturação do tempo e ainda, o isolamento social.

As atitudes dos indivíduos são outra das dimensões que sofrem alterações quando o indivíduo vivência uma situação de desemprego, este pode adotar uma das seguintes atitudes: “the unbroken” (Estramiana,1992:48), onde as pessoas face a uma situação de desemprego não adotam uma atitude de resignação, pelo contrário levam a cabo um conjunto de ações de forma a mudar a situação existente; “the resigned” (Estramiana,1992:48) que define uma situação de apatia e resignação face à sua condição de desempregado; e por fim, uma atitude denominada “the distressed” caracterizada pelo retraimento e desespero, devido à perda de perspetivas face ao futuro.

Posto isto, podemos referir que o desemprego provoca um conjunto de mudanças, que envolvem a diminuição do estatuto e do prestígio social do indivíduo, a diminuição da autoestima, o surgimento de um sentimento de incapacidade pessoal e de auto culpabilização pela situação em que se encontram, aspetos que variam de acordo com o tipo de desemprego, isto é se foi provocado por uma situação voluntária ou involuntária, se era esperado ou inesperado e ainda, se é uma situação de desemprego recente ou de longa duração.

Uma outra teoria que aborda as questões psicossociais do desemprego é da autoria de David Fryer (Cruz,2009), que elabora uma análise crítica ao modelo funcional da privação de Jahoda, desenvolvendo como alternativa a Teoria da Agência. Segundo Fryer (Jahoda,1987), os indivíduos são encarados como agentes livres e apresentam diferentes maneiras de viver e fazer frente à experiência do desemprego, sendo esta influenciada pelas variáveis individuais que caracterizam cada sujeito, como é o caso da idade, género e tempo de permanência na situação de desemprego.

De acordo com a literatura, as questões de género são importantes na vivência do desemprego. Para os homens, o desemprego é encarado como um risco para a sua identidade, uma vez que este não consegue cumprir o seu papel instrumental de sustento da família. A impossibilidade de cumprir esta tarefa coloca-se como um abalo à identidade dos indivíduos,

provocando consequências ao nível da sua autoestima, despertando sentimentos de inutilidade que se veem agravados com o aumento da permanência na situação de desemprego, culminando na ocorrência de situações de desmotivação. Já no caso das mulheres, estas questões apresentam uma maior resistência de afirmação, devido à duplicidade de papéis sociais (profissionais e domésticos) que não permitem uma quebra tão drástica nas rotinas quotidianas e funcionam como uma camuflagem às questões psicossociais do desemprego, como é o caso do sentimento de inutilidade.

A idade, também se apresenta como uma característica importante na afirmação das consequências psicossociais do desemprego, uma vez que são os indivíduos em plena idade ativa ou com idade mais avançada, aqueles para os quais as consequências do desemprego são mais gravosas isto porque, veem as suas oportunidades de reinserção diminuídas pelo avançar da idade.

A experiência do desemprego é, desta forma, equiparada a uma montanha russa emocional que abarca um conjunto de efeitos negativos que se intensificam em função da duração do desemprego, sendo eles a desmoralização, a ansiedade, a depressão, a resignação, a inatividade e o isolamento social, que em conjunto provocam uma diminuição progressiva do otimismo face à possibilidade de encontrar um novo emprego.

A última teoria que iremos apresentar é da autoria de Seligman (Cruz,2009) e denomina-se de Teoria do Desânimo Aprendido. Segundo esta teoria, os desempregados que veem fracassadas as ações desenvolvidas para contornar a situação de desemprego experienciam situações de desânimo. Estas surgem no momento em que os indivíduos se confrontam com situações que não controlam ou que não conseguem ultrapassar, como é o caso do desemprego.

De acordo com a Teoria do Desânimo Aprendido, o indivíduo atravessa um conjunto de três estádios para vivenciar uma situação de desânimo, sendo eles: a perceção que não existe uma ligação entre as ações desenvolvidas e os resultados obtidos, isto é o indivíduo desempregado desenvolve uma procura ativa de emprego e não consegue o tão desejado posto de trabalho; desenvolvimento de expectativas futuras fracassadas, acreditando que a situação em que se encontra não se irá resolver; e por fim, o surgimento de consequências psicossociais, como é o caso da queda de autoestima, desmotivação, sentimento de inutilidade e inferioridade, insegurança e apatia.

Posto isto, podemos referir que perante a constante procura de emprego, que se revela sem sucesso, o indivíduo sente-se incapaz, impotente e desmotivado. Ao acreditar que não é capaz de mudar a sua situação, o indivíduo desempregado desenvolve uma atitude de apatia

suspendendo a procura ativa de emprego, verificando-se desta forma uma interiorização do desânimo.

Para Marshall (Jahoda, 1987), o trabalho é definido como “... um esforço da mente e do corpo, realizado parcial ou totalmente com o propósito de obter algum benefício diferente da satisfação que deriva directamente do trabalho” (Marshall, Cit por. Jahoda, 1987). Neste sentido, a falta de emprego comporta um conjunto de consequências sociais e psicológicas que afetam o nível de vida dos indivíduos.

Álvaro (Argolo; Araújo, 2004) defende que a situação de desemprego resulta no surgimento de transtornos mentais leves, depressão, diminuição da autoestima, sentimento de insatisfação com a vida e dificuldades de relacionamento familiar, sendo estas questões mais graves nos casos em que o indivíduo se encontra numa faixa etária de plena vida ativa e assume responsabilidades de garantir o sustento dos seus descendentes. É nesta situação, que assistimos a um maior grau de deterioração do bem-estar psicológico do indivíduo, quando este se encontra numa situação de desemprego.

Kaufman (Cruz, 2009) analisa os estádios de comportamento que definem a experiência do desemprego, estes estádios evoluem de acordo com a duração do tempo de desemprego. Num primeiro momento, o indivíduo desempregado desenvolve o chamado estágio do choque, alívio e relaxamento, desenvolvendo, posteriormente, um esforço concentrado para sair da situação em que se encontra. De seguida, face à não concretização dos objetivos que traçou no estágio do esforço (concretização de um emprego) adota uma atitude de vacilação, dúvida e raiva, culminando esta evolução na adoção de atitudes de afastamento e resignação. No decurso destas etapas, o indivíduo desempregado vivência um conjunto de sentimentos marcados pela agressividade, desânimo, desespero, ansiedade, inibição, apatia, culpabilidade, perda de identidade, diminuição de autoestima e desorientação, uma vez que deixa de ver algumas das suas necessidades satisfeitas, como é o caso da reputação e estatuto, o sentir-se necessário na sociedade, a liberdade, a independência e a auto realização, necessidades que só podem ser satisfeitas através da obtenção de um emprego.

Neste processo de degradação psicológica e social do indivíduo, provocado pela situação de desemprego, o apoio social ao nível da família, amigos, comunidade, instituições (Centro de Emprego), grupos de ajuda e ex-colegas de trabalho, funciona como um fator mediador dos efeitos negativos provocados pelo desemprego, uma vez que se definem como uma fonte de apoio ao bem-estar do indivíduo desempregado.

Como temos visto, ao longo das páginas anteriores, o desemprego é muitas vezes vivido como um drama, no qual o sujeito entra num processo de decadência, sendo assolado

por um conjunto de sentimentos relacionados com a humilhação, inferioridade, quebra de autoestima, desvalorização da identidade, que provocam graves consequências no bem-estar psicológico dos indivíduos.

Segundo Loisin (2006), o indivíduo desempregado “... tende a se considerar como «anormal», diferente e inferior; [...] a perda de emprego é sinónimo de identidade desvalorizada, de status inferior, originando a humilhação, a perda de dignidade e os problemas de identidade” (Loisin,2006:17). O trabalho oferece ao indivíduo um sentimento de pertença “... aos ritmos espaço-temporais que é importante para o bem-estar dos indivíduos” (Loisin,2006:101). Face a uma situação de desemprego o indivíduo vivencia uma desestruturação do tempo, marcada pela quebra das rotinas, que podem ter consequências catastróficas para o sujeito levando a que este se sinta à parte do movimento global da sociedade.

As sociedades ocidentais, enquanto sociedades produtivistas, atribuem ao trabalho um lugar importante, este é visto como uma obrigação social, uma necessidade económica, uma “... base da integração social, a referência da organização do quotidiano tanto para os homens como para as mulheres...” (Loisin, 2006:21), sendo que o desemprego é vivenciado como uma experiência humilhante criando problemas ao nível da identidade dos sujeitos.

Neste sentido, Demazière (2006) afirma-nos que “dentro de uma sociedade o exercício de uma actividade profissional e a ocupação do emprego são as normas de referência, o desemprego aparece como uma condição anormal, desvalorizada e desvalorizante” (Demazière,2006:86).

Podemos assim referir que, o emprego é um elemento estruturador na vida quotidiana dos indivíduos assumindo um importante papel nas sociedades contemporâneas, que o veem como uma fonte de identidade, reconhecimento, valor e dignidade. Ao passo que, a rutura com a atividade profissional é encarada como uma situação penosa, que provoca no sujeito o surgimento de sentimentos como a humilhação, a crise de identidade, insegurança, instabilidade, desmotivação, desânimo, desencorajamento e até mesmo vergonha social, uma vez que o indivíduo sente-se inferiorizado perante a sociedade. Estes sentimentos atingem uma dimensão maior, com graves consequências quanto maior a duração do desemprego.

Segundo Demazière (2006), o desemprego pode ser vivenciado segundo três formas, sendo elas: “chômage total” onde o desemprego “...significa perda de estatuto social (...), e ruptura das solidariedades anteriores” (Demazière,2006:90), neste caso o desemprego é vivenciado com um sentimento de humilhação, degradação e perda; “chômage inversé” que se refere ao tipo de desemprego no qual, o indivíduo aproveita o tempo para desenvolver um

conjunto de atividades que lhes dê prazer; e por fim, o “*chômage différé*” onde “a procura de emprego constitui ocupação a tempo inteiro, uma substituição à actividade exercida...” (Demazière,2006:90), este tipo de vivência visa combater a desvalorização social de que são alvo os desempregados.

A experiência de viver o desemprego é variável de acordo com as características do indivíduo desempregado.

As questões da estigmatização, relacionadas com um processo de rotulagem acionado pela sociedade, que atribui aos indivíduos desempregados um estatuto social degradado, são vividas de forma mais intensa pelos homens, uma vez que o trabalho faz parte do modelo identitário masculino (função de ganha-pão na família), do que pelas mulheres que encontram no trabalho uma forma de garantir a sua independência social e financeira. De acordo com Loisin (2006), “...em Portugal, raras são as mulheres para quem o desemprego é estigmatizante (...) os indivíduos para quem o desemprego é estigmatizante são maioritariamente os homens.” (Loisin,2006:159).

Os sentimentos de humilhação e estigmatização, segundo o autor, também são experienciados de maneira diferente pelos indivíduos desempregados, estes variam segundo o género e a idade. Neste seguimento, são os homens que se encontram no auge da sua vida profissional os que encaram de forma mais estigmatizante a perda de emprego, simbolizando uma falha e uma incapacidade de assegurar a sua segurança económica.

A ausência prolongada de emprego provoca o agravamento das perturbações psicológicas “...resultantes da diminuição das competências sociais, da progressiva diluição de hábitos e laços sociais e, ainda, da degradação da autoestima e do prestígio que sofre o indivíduo desempregado.” (Capucha,1998:61). Assim sendo, o desemprego de longa duração origina nos indivíduos, que procuram emprego durante um longo período de tempo, atitudes de desânimo e desmotivação, podendo progressivamente instalar-se uma situação de conformismo, dando origem aos designados “desempregados desencorajados” indivíduos, que por vários motivos “desistiram de encontrar uma ocupação profissional” (Capucha,1998:162).

Os desempregados de longa duração vivenciam um conjunto de aspetos que dificultam as hipóteses de reinserção laboral, nomeadamente a desvalorização do estatuto, a estigmatização, a ausência de perspetivas face ao futuro, a progressiva diluição dos laços sociais, as perturbações psicológicas, a desmotivação e ainda, a desorganização familiar.

Loisin (2006) afirma que “estar desempregado é também perder a consideração social, a identidade e a segurança psicológica que o trabalho comporta” (Loisin,2006:109).

Posto isto, podemos concluir afirmando que, as questões psicossociais são cada vez mais importantes na vivência do desemprego e devem ser enquadradas quando se concebem soluções para a resolução deste problema social, uma vez que grande parte dos indivíduos inseridos nos programas de (re) inserção profissional sofrem com estes aspetos, devendo ser acompanhados por profissionais, para que a (re) inserção profissional se realize com sucesso. Assim, a criação de programas de ajuda aos desempregados devem ter como finalidade o melhoramento da estabilidade, da autoestima, das competências, a construção de condutas autodirigidas para a motivação e as aspirações, durante o período de desemprego e após, devendo estes programas fazer parte das políticas de emprego mas, sem nunca menosprezar o valor que desempenha o posto de trabalho.

3.2 Impactos do desemprego na família e nas sociabilidades

O desemprego é um fenómeno social que despoleta um conjunto de impactos ao nível individual, grupal e social.

O isolamento social dos desempregados é um assunto que desperta curiosidade nas investigações sociológicas, nomeadamente as questões relacionadas com a participação na vida social e as sociabilidades.

Segundo Castel (2009), a degradação da situação económica e social que caracteriza a sociedade moderna, despoletou o crescimento do desemprego, do desemprego de longa duração e dos indivíduos que não estão integrados nos circuitos produtivos. A degradação das situações de emprego, nomeadamente o aumento da precariedade, flexibilidade e do desemprego instituem na sociedade os princípios da fragilização e da vulnerabilidade social. Esta última, criada pela degradação das relações de trabalho provoca o surgimento de processos de destabilização, caracterizados pela degradação das condições de trabalho e pela fragilização dos suportes da sociabilidade, conduzindo ao isolamento social.

Os indivíduos que estão à margem da sociedade, isto é que se encontram fora dos circuitos produtivos são designados, por Castel, de excluídos os quais, atravessam processos de desestruturação das relações laborais, “caracterizam-se por uma perda de emprego e por um isolamento social” (Castel, 2009:342). Neste sentido, podemos referir que os indivíduos desempregados vivenciam uma situação caracterizada pela rutura com a atividade produtiva, que proporciona uma fragilização dos laços sociais e das redes de sociabilidade, culminando estes aspetos num processo de isolamento social.

Para Castel (1995), a expulsão do mercado de trabalho impulsiona o desenvolvimento do isolamento social, isto porque a degradação das condições de trabalho proporciona a

fragilização dos suportes relacionais. A relação estável com o trabalho é o pilar basilar para a integração do indivíduo na sociedade. Os indivíduos que vivenciam a expulsão dos circuitos produtivos deparam-se com as questões do isolamento social, impulsionado pela vulnerabilização dos laços relacionais e das sociabilidades que poderão despoletar o aparecimento de processos de exclusão.

O trabalho é uma instituição importante na socialização dos indivíduos, tem um papel tão ou mais importante que a escola e a família, dado que permite aos indivíduos assegurar um conjunto de trocas sociais. Assim, o trabalho é considerado um local de reencontros e cooperação, “...uma actividade onde se criam laços e marcado por uma forte convivialidade” (Loisin,2006:100). Um indivíduo que não tem emprego tende a isolar-se das redes sociais e os seus níveis de participação social e política tendem a reduzir-se, uma vez que “os indivíduos sentem-se humilhados pela perda do seu status social e tendem a mudar as suas relações com os outros, provocando o seu isolamento” (Loisin,2006:21). Deste modo, a perda de emprego origina o aparecimento de sentimentos de desânimo, isolamento, desvalorização, insegurança, falta de pertença em relação à sociedade, sentimento de culpa e de vitimização pela situação em que se encontram, angústia, inutilidade, desorganização da vida, solidão e o surgimento de brigas familiares, constituindo o ambiente familiar, o primeiro local onde o desempregado vivenciará este conjunto de consequências psicossociais, provocadas pela perda de emprego.

Segundo Paugam (Loisin,2006), os desempregados retraem os seus contactos com os seus familiares e só reforçam as suas sociabilidades no momento em que retornam ao mercado de trabalho. No entanto, existem situações em que o contrário também se verifica, isto é, o desempregado aproveita a sua situação para intensificar os laços familiares, uma vez que dispõem de tempo que lhes permite visitar familiares e cuidar das responsabilidades domésticas, como é o caso do cuidar dos filhos. No primeiro caso, a perda de emprego é acompanhada por uma desqualificação social que se repercute numa diminuição da sociabilidade, assistindo-se a uma mudança nas relações sociais com os amigos, assim como uma redução da participação em diversas esferas da vida quotidiana.

A sociabilidade é uma das formas de combater o isolamento social, uma vez que reforça a integração social dos indivíduos desempregados. Uma outra forma de fazer face ao isolamento é a coabitação, assim como a manutenção das relações com os amigos e vizinhos, isto porque “...o indivíduo (...) com uma certa sociabilidade quotidiana equilibra-se de um ponto de vista afetivo e emocional” (Loisin,2006:125). A sociabilidade de cariz informal, nomeadamente ao nível da comunidade local (relações de vizinhança, contactos com amigos e família alargada) constitui um aspeto importante da participação na vida social.

As relações familiares apresentam uma enorme carga emocional, para bem ou para o mal a família enriquece ou destrói a vida emocional dos indivíduos. Na situação de desemprego as relações familiares e comunitárias (amigos, vizinho, centro de ajuda, instituições) constituem uma base de apoio, que funciona como uma almofada perante as consequências negativas provocadas pela experiência do desemprego (desmotivação, a crise de estatuto, a humilhação, a perda de confiança face ao futuro, a diminuição de autoestima).

No entanto, o desemprego pode provocar a ocorrência de situações negativas no seio familiar. Desde logo, destacamos a degradação do nível de vida, fruto da perda de remuneração, os desempregados sofrem com as dificuldades económicas, tendem a reduzir as despesas, dando prioridade aos produtos de primeira necessidade, podendo sofrer privações extremas que resultarão em situações de pobreza.

No que respeita às consequências proporcionadas pela ocorrência do desemprego ao nível da família, podemos ainda acrescentar a desorganização dos laços familiares, a quebra dos laços afetivos e o surgimento de relações conflituosas. Segundo Capucha (1998) o desemprego origina diversos problemas, entre os quais encontramos a rutura de laços familiares e a acentuação das tensões familiares. Para Paugam, “o desemprego dificulta a formação de um casal e provoca o enfraquecimento ou mesmo a rutura dos laços familiares” (Paugam Cit. por Loisin, 2006:22). O enfraquecimento da organização familiar é outra das consequências provocadas pelo desemprego, podendo culminar na rutura conjugal.

As questões relacionadas com a mudança ou (re) estruturação dos papéis sociais no casamento também são frequentes, o desemprego pode modificar as regras de organização entre o casal, “...pode acompanhar-se de uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico, mas esta depende da situação profissional dos outros membros do casamento” (Loisin, 2006:22). Se para as mulheres o desemprego é encarado como um momento de reforço dos laços familiares, para os homens essa situação é uma fonte de tensão para o casal.

Relativamente, às ajudas financeiras, a família assume um papel relevante no apoio aos membros desempregados. Para Paugam (Loisin, 2006), a sociedade portuguesa é composta por um modelo familiarista de regulação social do desemprego, esta tem o dever de ajudar os seus membros em situações de risco, como é o caso do desemprego, permitindo-lhes a manutenção de uma forte integração social assente nas dinâmicas de solidariedade familiar.

Por fim, podemos concluir afirmando que “... a integração familiar constitui um soutien à crise de estatuto...” (Demazière, 2006:92), uma vez que a família representa uma base importante de apoio aos indivíduos desempregados, possibilitando-lhe uma estabilidade emocional e fazer face às fortes dificuldades financeiras, que podem originar a detioração das

relações familiares. E ainda que, as sociabilidades constituem uma base de apoio indispensável para a manutenção da integração social dos indivíduos no seio sociedade, permitindo fazer face às consequências psicossociais desencadeadas pela vivência de uma situação de desemprego.

4. Evoluções do desemprego em Portugal

As últimas décadas foram marcadas por enormes transformações no mercado de trabalho caracterizadas pelo surgimento de novas formas de trabalho, nomeadamente o trabalho temporário, o auto emprego, o trabalho a tempo parcial, ao domicílio, etc, que constituem um conjunto de formas atípicas face ao padrão de trabalho característico dos 30 anos gloriosos do pós-guerra.

As transformações ocorridas, tais como a deslocalização da produção, a flexibilização, a introdução de novas tecnologias na produção, individualização das responsabilidades sobre as funções, colocaram em causa o modelo socioeconómico prevalecente no pós-guerra, o fordismo, que compreendia a existência de contratos com uma duração indeterminada, horário laboral a tempo inteiro e regularizado através da existência de um contrato coletivo, localização do trabalho num determinado local, possibilidade de progressão na carreira, expansão da produção e do consumo em massa, melhoria nas condições de vida, setor público forte, sendo um período caracterizado pela expansão económica, taxas de desemprego baixas (pleno emprego), elevada produtividade e um forte consumo de massas.

A crise do modelo fordista foi impulsionada pelo choque petrolífero de 1973, que provocou na Europa o aumento da instabilidade, na qual os ciclos de crescimento económico deram lugar ao crescimento da recessão e à expansão das desigualdades. É neste cenário que o modelo socioeconómico do pós-guerra deixa de fazer sentido, afirmando-se nos anos 80 um modelo económico caracterizado pela globalização, flexibilização do emprego e forte inovação tecnológica e organizacional.

Nos anos 80, assistimos na Europa à afirmação do paradigma da flexibilidade impulsionado pela afirmação das teses neoliberais que defendem valores como a globalização, a concorrência, a individualização e a desregulação da economia, que passa pela retirada dos poderes do Estado sobre a atividade económica, cabendo essa função ao setor privado. É neste cenário que presenciámos o incremento de um novo processo de organização do trabalho, que se define pela introdução de tecnologias altamente desenvolvidas, pela denominada economia do trabalho vivo (trabalhadores são substituídos por máquinas), pela produção flexibilizada

assente em lógicas de deslocalização, procura de mão-de-obra barata e estratégias de contratação flexível, em termos de tempo de trabalho (contrato a termo certo, contrato a tempo parcial, etc).

O desenvolvimento da flexibilização e da globalização, fruto deste novo paradigma de organização económica, provocou uma mudança nas atividades produtivas. A Europa altera o seu setor de atuação (indústria) e desenvolve-se no sentido da crescente terciarização da economia despoletando-se lógicas de deslocalização e uma forte concorrência internacional. Neste sentido, o trabalho sofreu uma reorganização profunda incentivada pela forte concorrência e pela introdução das novas tecnologias que despoletaram o aumento da insegurança, a perda de postos de trabalho e uma necessidade contínua de atualização das qualificações do trabalhador. “...em toda a Europa a tendência é agora para a produção em função das necessidades imediatas do cliente, utilizando de forma flexível os recursos humanos, e recorrendo à externalização crescente de importantes segmentos da produção” (Rebelo, 2004:14).

Em 1980, a flexibilidade e a inovação afirmam-se no seio do mercado de trabalho, estas têm como objetivo a otimização da eficácia produtiva, assegurar a competitividade e diminuir os custos com o pessoal. É também a partir desta data, que se tornam visíveis os sintomas da crise de emprego, esta assume um caráter duradouro e estrutural e a flexibilidade assume-se como novo paradigma produtivo no “...que se refere aos produtos, mercados, tecnologias e trabalho” (Kovács Cit. por Rebelo, 2004:23). A questão da flexibilidade impõem-se no domínio dos contratos e do tempo de trabalho, dando origem a uma multiplicidade de formas de trabalho, nomeadamente o trabalho a tempo parcial, o trabalho ao domicílio, o trabalho independente, temporário e ainda, o teletrabalho. Nesta ótica de flexibilidade, as empresas ajustam a contratação de mão-de-obra em função das suas necessidades e da situação do mercado.

A reestruturação produtiva e a crescente flexibilização do mercado despoletaram o crescimento das formas flexíveis e instáveis de emprego e consequentemente o agravamento de fenómenos como o desemprego e o aumento do emprego instável e precário.

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho remunerado, com um contrato de duração indeterminada, desempenha um papel central e estruturante na vida dos indivíduos, sendo um meio de integração social e uma fonte de estatuto para os sujeitos. No entanto, esta situação tem vindo a modificar-se.

Nas últimas décadas, o emprego assiste a uma situação de crise, onde o aumento do desemprego e a diminuição do emprego seguro e regular são fruto desta nova realidade. O

mercado de trabalho atual é caracterizado por um conjunto de formas flexíveis de emprego que “...tendem a ser precárias, na medida em que são inseguras, não resultam da opção dos indivíduos (...) têm uma cobertura deficiente das condições de risco e protecção social...” (Kovács,2005:18).

O fenómeno da flexibilidade despoletou o aparecimento de um novo conceito, o de precarização. As questões da precariedade são um fenómeno recente nas dinâmicas do mercado de trabalho, esta surgiu nos anos 70, mas a sua expansão vigorou nos anos 90, através do surgimento de novas formas de contrato que deixaram de lado a contratação a tempo indeterminado.

Deste modo, a precariedade pode ser definida como “...a redução de custos pelo recurso a vínculos contratuais instáveis...” (Kovács Cit por. Rebelo,2004:37) englobando ainda, uma quebra das relações estáveis de trabalho, um desprezo pelos trabalhadores mais velhos e pelos indivíduos menos qualificados, originando um crescimento do desemprego. A precariedade laboral envolve uma relação contratual de carácter provisório e não duradoura existindo diversas formas de contrato que definem situações de precariedade, como é o caso do trabalho a tempo parcial, a subcontratação, o trabalho temporário e ainda, o trabalho com contrato a termo. A incerteza e a imprevisibilidade são questões associadas ao trabalho precário. Neste tipo de trabalho, as proteções sociais são reduzidas, devido ao carácter reduzido dos salários, sendo que a imprevisibilidade se encontra associada à falta de um contrato permanente, provocando uma situação maior de risco ao trabalhador, uma vez que este pode caminhar facilmente para situações de inatividade.

A flexibilidade e a precarização do emprego são fenómenos “...complexos, com contornos económicos, sociais e jurídicos, que surgem como resposta a uma crise de emprego generalizada aos países desenvolvidos, e que sugere a ideia de emprego transitório, instável, inseguro, ou seja, a ideia de alto risco ou de elevada probabilidade de o trabalhador vir a engrossar, a curto prazo, a fileira dos desempregados...” (Rebelo,2004:35).

A globalização, a concorrência das empresas, a flexibilidade e a precariedade do mercado de trabalho incrementou o crescimento do desemprego e da sua duração. É a partir de 1980, que se assiste em Portugal ao crescimento do emprego flexível despoletando-se a contratação e o despedimento de mão-de-obra, em função das necessidades das empresas e dos ciclos do mercado, alimentando-se desta forma o crescimento do trabalho precário e o fenómeno do desemprego.

Desde 2001, Portugal atravessa uma crise económica e financeira que provocou uma quebra quantitativa em termos de emprego, acentuando-se no país o volume de

desempregados. No entanto, convém evidenciar que a acentuação do número de desempregados remonta para a década de 90, momento em que o desemprego inicia o seu crescimento e assume uma tendência de carácter estrutural.

Segundo o IEFP, o desemprego define uma situação na qual, um indivíduo se encontra, no momento, sem exercer uma atividade profissional, estando disponível para procurar emprego e tem capacidade para trabalhar; já segundo o INE um desempregado é “o indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não”¹. Demazière (2006), por sua vez, define o desemprego como uma situação involuntária, onde se verifica uma quebra definitiva dos laços entre a empresa e o trabalhador, sendo que essa quebra é resultante de um conjunto de causas económicas independentes do indivíduo. Podemos ainda referir que, o desemprego é um fenómeno amplamente ligado à conjuntura económica do país. A quebra da dinâmica de crescimento nos últimos anos originou a explosão do desemprego, contrariamente ao que se verificava em 1970, década em que Portugal era uma sociedade de pleno emprego.

Vários fatores podem ser apontados para o aumento do volume do desemprego em Portugal entre os quais, podemos evidenciar a “...perda de competitividade do mercado nacional (...), esgotamento do modelo industrial, (...) fraca inovação organizacional e técnica, (...), baixa produtividade, a reestruturação produtiva das empresas (...), fechamento de empresas (...) configuraram processos de deslocalização...” (Gonçalves,2005:127) e ainda, “...conjunturas económicas favoráveis e/ou desfavoráveis condicionam o funcionamento do mercado de trabalho, (...), baixos níveis de qualificação e formação, (...) emprego sem vínculo permanente, vulnerabilidade de alguns sectores económicos e novos contextos técnicos e organizacionais” (Dias,2010a:23).

Após a apresentação dos fatores que despoletaram o crescimento do desemprego em Portugal, é chegado o momento de debruçarmos um olhar mais atento sobre este fenómeno. Para tal, iremos recorrer a um conjunto dados estatísticos retirados das bases do Eurostat, do

¹ Disponível em: WWW<URL: <http://observatorio-das-esigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&lang=pt&id=100>

INE, do IEFP, do Pordata, entre outras, de forma a caracterizar a evolução do desemprego a partir do ano 2000.

Num primeiro momento serão apresentados dados referentes à Europa, seguidos de uma apresentação do desemprego em Portugal, explicitando posteriormente a incidência do fenómeno na Região Norte e, mais precisamente, em Vila Nova de Gaia.

Segundo os dados recolhidos no Eurostat, podemos referir que na maioria dos países europeus assistiu-se, na última década, ao crescimento generalizado do fenómeno do desemprego, sendo que países como Espanha, Grécia e Portugal evidenciaram um maior destaque na subida do número de desempregados, apresentando para este último um valor de 17,3%, respetivo ao ano de 2012², comparativamente ao valor de 12,9%³ respeitante ao ano de 2011, verificando desta forma uma subida calamitosa do desemprego, aspeto que reflete a enorme crise económica que atravessa o nosso país. Devemos ainda referenciar que este é um fenómeno em constante crescimento, sendo que no mês de janeiro de 2013 o desemprego em Portugal atingiu o valor histórico de 17,6%⁴.

Debruçando um olhar sobre o nosso país, denota-se um aumento significativo do desemprego nos últimos anos. A tabela apresentada na página seguinte retrata a evolução do desemprego, ao longo da última década, o qual tem sofrido um aumento contínuo ao longo dos anos, assumindo para 2012 um valor de 860,1 milhares, valor três vezes superior ao registado no ano 2000.

No que respeita ao tipo de desemprego observado em Portugal, a situação à procura de um novo emprego é a situação predominante no nosso país, aumentando ao longo dos anos de forma exponencial. No entanto, não devemos deixar de observar que a situação à procura do 1º emprego também evidenciou um forte crescimento, afetando prioritariamente as faixas etárias mais jovens que são um dos grupos mais flagelados pelo fenómeno do desemprego.

² Anexo I: Tabela 2, p.117

³ Anexo I: Tabela 1, p.116

⁴ Anexo I: Gráfico 1, p.117

Tabela 1- Número de desempregados, total e por tipo de desemprego (em milhares)

Tempo	Tipo de desemprego		
	Total	À procura do 1º emprego	À procura de novo emprego
2000	205,5	27,3	178,2
2001	213,6	34,6	179,0
2002	270,5	41,1	229,4
2003	342,3	46,3	296,1
2004	365,0	49,2	315,9
2005	422,3	58,7	363,5
2006	427,8	58,8	369,0
2007	448,6	61,5	387,1
2008	427,1	58,4	368,7
2009	528,6	55,3	473,3
2010	602,6	63,5	539,0
2011	706,1	73,8	632,3
2012	860,1	91,4	768,7

Fonte: PORDATA, 2013

A nível sociológico o desemprego é caracterizado como um “...fenómeno fortemente discriminatório e selectivo socialmente, que incide desigualmente nas diferentes categorias populacionais...”(Gonçalves,2005:132), sendo mais representativo nas mulheres, nos indivíduos com qualificações menores e possuidores de contratos precários.

Retratando a realidade portuguesa do desemprego, relativamente às questões do género, é notória a inversão da tendência evidenciada anteriormente. Se durante a década anterior o desemprego se afirmava como um fenómeno com maior incidência nas mulheres, nos dois últimos anos a tendência inverte-se sendo, neste momento, os homens os protagonistas desta realidade.

Neste sentido, os homens veem-se privados do seu papel instrumental no seio familiar, sendo o desemprego encarado como um ataque ao seu estatuto social e à sua identidade. Privados de participar ativamente na esfera produtiva, os homens encaram o desemprego como um processo penoso e humilhante, desenvolvendo atitudes de desmotivação, quebra de autoestima e sentimentos de inutilidade.

Tabela 2- População desempregada: total e por sexo (milhares)

Tempo	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2000	205,5	89,3	116,2
2001	213,5	91,6	122,0
2002	270,5	121,4	149,1
2003	342,3	160,9	181,4
2004	365,0	172,9	192,2
2005	422,3	198,1	224,1
2006	427,8	194,8	233,1
2007	448,6	196,8	251,8
2008	427,1	194,3	232,7
2009	528,6	261,3	267,4
2010	602,6	287,3	315,3
2011	706,1	366,0	340,1
2012	860,1	453,9	406,2

Fonte: PORDATA, INE-Inquérito ao Emprego- 2013

No que diz respeito à distribuição etária do desemprego, este fenómeno verificou um aumento em todas as camadas etárias da população, mas é mais evidente na faixa etária dos 25-54 anos, população esta que se encontra no auge da sua vida ativa e para a qual as consequências psicossociais do desemprego, como as questões da vergonha, da humilhação, da desmotivação, da quebra de identidade e da autoestima assumem uma importância acrescida, podendo ser o desemprego vivenciado de forma mais penosa.

Tabela 3- População desempregada: total e por grupo etário (milhares)

Tempo	Grupos etários			
	Total	<25	25-54	55-64
2000	204,9	58,1	128,2	18,6
2001	212,8	63,6	131,0	18,2
2002	270,0	77,6	170,5	21,9
2003	341,4	89,4	225,7	26,3
2004	363,9	89,2	240,9	33,8
2005	421,5	90,6	291,6	39,3
2006	427,6	88,5	298,5	40,6
2007	447,9	85,9	318,3	43,7
2008	426,6	83,5	298,0	45,1
2009	527,5	93,4	381,2	52,8
2010	600,8	95,4	444,3	61,0
2011	703,2	133,5	494,7	75,0
2012	855,3	161,0	605,4	88,9

Fonte: PORDATA, INE-Inquérito ao Emprego- 2013

As questões das habilitações dos desempregados, também assumem uma natureza desigualitária. O seu crescimento assume maior evidência nos indivíduos com menores níveis de escolaridade, nomeadamente nos indivíduos com o Ensino Básico.

Pese embora a baixa escolaridade dos indivíduos desempregados, é notório o crescimento do desemprego nos indivíduos portadores de níveis de qualificação superiores, o que demonstra que, na atual crise de emprego que o país atravessa a posse de um título académico superior, apesar de facilitar a inserção profissional, não garante *a priori* um emprego.

O défice de qualificação é um dos *handicaps* que afeta a população desempregada e dificulta as suas hipóteses de reinserção profissional. De forma, a combater os baixos níveis de qualificação, o Instituto de Emprego e Formação Profissional disponibiliza um conjunto de medidas ativas, com vista a aumentar as qualificações escolares dos indivíduos desempregados, entre as quais destacamos os Cursos EFA, os Cursos de Aprendizagem e os Cursos de Formação para Jovens que visam proporcionar o desenvolvimento da qualificação escolar e profissional a todos os trabalhadores que não possuam a escolaridade obrigatória.

Tabela 4- População desempregada: total e por nível de escolaridade completo (milhares)

Tempo	Nível de escolaridade				
	Total	Nenhum	Básico	Secundário	Superior
2000	205,5	8,2	152,8	29,2	15,3
2001	213,5	10,4	155,3	30,0	17,8
2002	270,5	11,1	196,2	37,2	26,0
2003	342,3	13,4	242,0	49,9	37,0
2004	365,0	12,2	262,8	52,1	37,9
2005	422,3	14,5	296,6	64,8	46,2
2006	427,8	16,5	291,0	71,9	48,4
2007	448,6	14,6	305,7	69,1	59,3
2008	427,1	14,4	287,4	67,6	57,6
2009	528,6	15,8	367,2	90,6	55,0
2010	602,6	20,3	403,5	115,0	63,8
2011	706,1	24,6	440,2	149,4	91,9
2012	860,1	26,9	496,5	209,4	127,4

Fonte: PORDATA, INE-Inquérito ao Emprego- 2013

A duração do desemprego é uma das questões que merece destaque quando procedemos à caracterização do desemprego em Portugal. Analisando a tabela apresentada de seguida é visível o aumento significativo dos registos de desemprego com uma duração superior a um ano, neste caso estamos perante o crescimento do desemprego de longa

duração, isto é, “todas as pessoas (...) que já tenham tido uma actividade profissional e não a tenham há mais de um ano” (Capucha,1998:45).

Tabela 5- População desempregada: total e por duração de desemprego (milhares)

Tempo	Duração do desemprego			
	Total	Menos de 1 ano	1 ano ou mais	Outros
2000	205,5	115,6	89,9	//
2001	213,6	124,9	85,4	3,3
2002	270,5	167,1	100,7	2,7
2003	342,3	211,6	129,3	1,4
2004	365,0	194,8	168,9	1,3
2005	422,3	208,6	210,8	2,9
2006	427,8	205,0	221,1	1,7
2007	448,6	226,2	219,5	2,9
2008	427,1	211,8	212,7	2,6
2009	528,6	280,7	245,8	2,1
2010	602,6	273,1	327,1	2,4
2011	706,1	331,3	374,9	T //
2012	860,1	394,3	465,8	//

Fonte: PORDATA, INE-Inquérito ao Emprego- 2013.

O desemprego de longa duração é um fenómeno que emerge a partir de 1960, originado pelo agravamento do tempo passado na situação de desemprego.

Os desempregados de longa duração comportam um conjunto de características que colocam entraves à sua inserção profissional. Esta população é caracterizada por “qualificações académicas baixas e as profissionais desajustadas às necessidades dos postos de trabalho (...); a perda ou redução das qualificações profissionais decorrentes do seu não uso recorrente; o desencorajamento e afrouxamento da motivação para a procura activa de emprego; uma representação social negativa por parte dos empregadores...” (Gonçalves,2005:146).

Para além destas características, Demazière (2006) afirma que o desemprego e principalmente, o desemprego de longa duração despoleta problemas comportamentais e psicológicos nos indivíduos, assim como provoca desencorajamento e o abandono da procura ativa de emprego, originando situações de relegação, exclusão, que segundo Castel (Paugam,1996) se definem como uma “...não integração no trabalho, mas também uma não inserção na sociabilidade sociofamiliar, uma dissociação do laço social, isto é uma desafiliação” (Paugam,1996:113), representando esta última um processo no qual “o indivíduo deixa de se relacionar com a sociedade e passa a depender de todo o tipo de organizações de solidariedade social” (Dias,2010b:17).

Por fim, iremos refletir sobre a desigual distribuição do desemprego a nível territorial, focalizando posteriormente a nossa atenção na Região Norte do país.

No que diz respeito à distribuição do desemprego a nível territorial, esta não apresenta uma distribuição homogénea, sendo as zonas mais afetadas a do Norte e de Lisboa Vale do Tejo, contrariamente às regiões do Alentejo e Algarve. No entanto, convém referir que a Região Norte é a que apresenta um maior número de população desempregada, aspeto que reflete a fragilidade do mercado de trabalho nesta região.

Tabela 6– Evolução do Desemprego registado por região- (2009-2011)

							Var. %	
	2009	%	2010	%	2011	%	2010/2009	2011/2010
Continente	504 775	100,0	234 169	100,0	576 383	100,0	+3,0	+10,9
Norte	228 494	46,1	73 949	45,0	254 514	44,2	+2,5	+8,7
Centro	74 346	13,8	160 618	14,2	82 231	14,3	-0,5	+11,2
Lisboa V. Tejo	154 627	31,6	22 854	30,9	182 151	31,6	+3,9	+13,4
Alentejo	21 706	5,0	22 854	4,4	25 829	4,5	+5,3	+13,0
Algarve	25 602	3,4	28 298	5,4	31 658	5,5	+10,5	+11,9

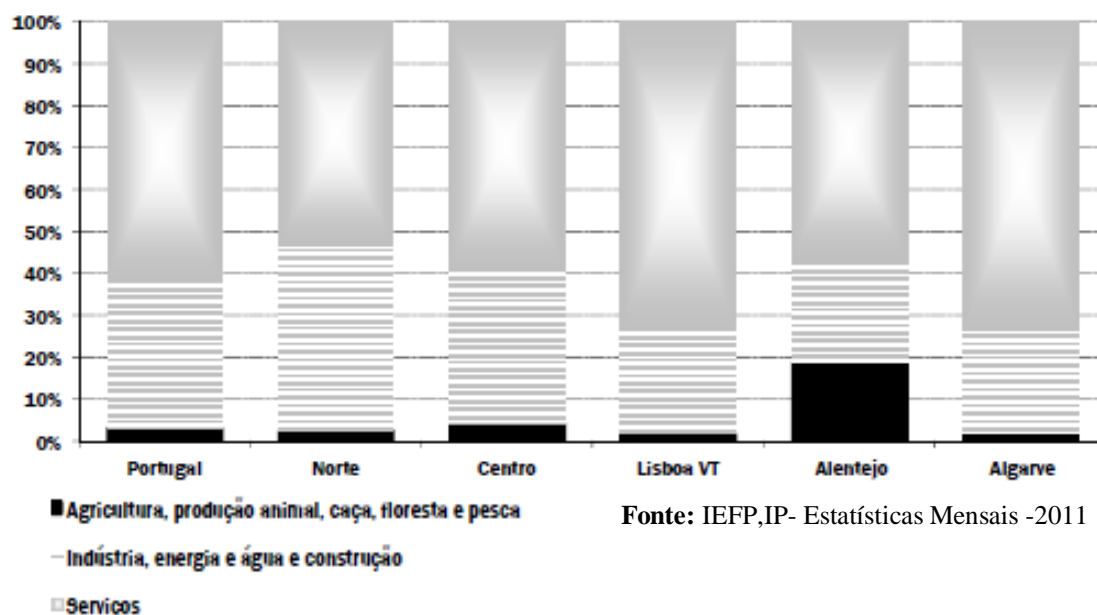
Fonte: IEFP, Situação do Mercado de Emprego – Relatório Anual 2011

A região Norte é caracterizada por um mercado de trabalho fortemente industrial, pouco modernizado e com uma mão-de-obra com baixa escolaridade. A crise de emprego vivida em Portugal tem afetado particularmente esta região, dado que se tem assistido ao fechamento de empresas de enormes dimensões direcionadas para o setor industrial, tradicional, que prevalece nesta região, nomeadamente indústrias têxteis, de vestuário, calçado, cortiça e construção civil.

A nível económico a Região Norte é caracterizada por um “...tecido produtivo frágil, baseado em micro, pequenas e algumas médias empresas, muitas delas (...) de gestão familiar (...) vulnerável a conjunturas de recessão de competitividade internacional” (Rodrigues, 2008:171), no entanto é uma região onde prevalece uma economia industrial e empresarial aberta com uma longa tradição no comércio internacional. O forte pendor industrial caracteriza a Região Norte, nomeadamente a indústria transformadora (têxtil, vestuário, madeira, cortiça e calçado, etc) e construção mas, nos últimos anos esta tendência tem sido atravessada pelo aumento do emprego do setor terciário.

A figura apresentada de seguida ilustra a incidência das atividades económicas por região, evidenciando-se o peso residual da agricultura em todas as regiões, exceto no Alentejo, e o maior pendor industrial na Região Norte. No entanto, é visível o domínio do setor terciário em todas as regiões.

Figura 1 - Atividades económicas segundo as regiões



A partir de 2002, intensifica-se o processo de desindustrialização da Região Norte devido à quebra do dinamismo do setor secundário. Este processo despoletou o agravamento do desemprego nesta região, que se apresenta como a zona mais afetada a nível nacional. O setor secundário deixou de ser o principal empregador na região em análise, aumentando o desemprego regional, principalmente em indústrias direcionadas para o setor têxtil, calçado, cortiça e vestuário, assumindo um caráter de desemprego de longa duração.

O fraco crescimento ou a queda do setor secundário ao nível da Região Norte provocou o desenvolvimento do setor dos serviços, tradicionalmente sub-representado na região, e agora seguindo a tendência da economia portuguesa para a terciarização, sendo atualmente o maior empregador na Região Norte.

A elevada taxa de desemprego da Região Norte encontra-se associada ao processo de desindustrialização presente na região, assistindo-se ao encerramento das empresas de maior dimensão, à fragilização de algumas áreas económicas da região, à presença de mão-de-obra com qualificações escolares baixas e à existência de empregos precários, constituindo estes dois últimos pontos obstáculos ao desenvolvimento social do norte do país.

Podemos assim concluir que, a Região Norte “...diverge dos outros contextos geográficos nacionais, pelo facto de apresentar uma menor capacidade de criação de empregos em períodos de expansão económica e uma maior destruição dos mesmos em momentos de recessão económica, acabando por ser uma das regiões mais afetadas pela crise económica e social atual” (Dias,2010a:33).

No seio da Região Norte assistimos a uma desigual distribuição do desemprego a nível concelhio. Os concelhos mais afetados pelo fenómeno do desemprego são o Porto, com cerca de 19 523 indivíduos desempregados, Gondomar (16 474), Guimarães (14 055), Braga (14 693) e o caso mais alarmante remete para o concelho de Vila Nova de Gaia que conta com um número de desempregados que ronda os 33 349 indivíduos, dados retirados do IIEFP, relativamente ao mês de dezembro de 2012⁵.

Posto isto, iremos cingir a nossa análise ao concelho de Vila Nova de Gaia, apresentando alguns dados de caracterização do desemprego neste concelho.

No que diz respeito ao desemprego no concelho de Vila Nova de Gaia, podemos referir que este território é o mais afetado pelo fenómeno do desemprego, no seio da Região Norte, contando no final do ano de 2012, com cerca de 33 349 indivíduos desempregados.

Segundo dados do IIEFP, o desemprego no concelho de Vila Nova de Gaia não apresenta uma forte disparidade em termos de género, uma vez que é visível a existência de um equilíbrio entre os géneros. Apesar das mulheres apresentarem valores mais elevados de desemprego, cerca de 17 350 indivíduos⁶, não podemos afirmar que o desemprego neste concelho é um desemprego de género, uma vez que os homens contam com um total de 15 999 desempregados, valor próximo do apresentado para o género feminino.

No que diz respeito, ao enfoque do desemprego em termos de grupos etários é notória a prevalência do desemprego na população entre os 35 e os 64 anos, que apontam para um total de 16 796⁷ desempregados, sendo esta uma população que se encontra no auge da sua vida ativa e para a qual o desemprego pode ser encarado como uma situação extremamente negativa, acarretando consequências psicossociais fortes, como é o caso da desmotivação, humilhação, quebra de autoestima e da identidade, provocando um acréscimo nas dificuldades de reinserção profissional desta população.

Relativamente ao nível de escolaridade da população desempregada, esta é detentora de níveis de escolaridade baixos, situando-se a maioria dos desempregados no 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. No entanto, devemos referir que, a maior incidência do desemprego reflete-se sobre os indivíduos detentores do 1º ciclo do Ensino Básico, cerca de 8 270⁸, o que demonstra ser um forte *handicap* num mercado, cada vez mais, competitivo e exigente ao nível das qualificações, diminuindo a hipótese desta população voltar ao mercado de trabalho, engrossando a franja dos desempregados de longa duração.

⁵ Anexo I: Tabela 3, p.118

⁶ Anexo I: Tabela 3, p.118

⁷ Anexo I: Tabela 4, p.120

⁸ Anexo I: Tabela 5, p.122

A situação face à procura de emprego é um outro aspeto relevante quando analisamos o fenómeno do desemprego. No concelho de Vila Nova de Gaia destaca-se a situação à procura de um novo emprego (30 628 indivíduos), situação que se agravou com o processo de desindustrialização verificado na Região Norte, que se repercutiu no fecho de inúmeras fábricas ligadas ao setor tradicional da indústria.

Um último aspeto relativo ao desemprego nesta região prende-se com a análise do tempo de inscrição. Vila Nova de Gaia conta com um maior peso do desemprego de longa duração, cerca de 18 421 indivíduos, isto é dos desempregados inscritos há mais de um ano, mas é de referir que o tempo de inscrição inferior a um ano também apresenta um valor elevado (14 928).

Posto isto, podemos mencionar que o desemprego, proporcionado pela quebra da atividade económica, é um fenómeno em crescimento no seio do nosso país, transportando consigo um conjunto de consequências de cariz económico, social e pessoal.

O agravamento do desemprego associa-se não só há falta de dinamismo da atividade económica, mas também aos baixos níveis de escolarização da população ativa, à estrutura empresarial pouco modernizada, ao fraco investimento na formação e ao crescimento das formas precárias de emprego. Como tal, é um fenómeno que despoleta nos cientistas e nas entidades políticas inúmeros estudos, com o objetivo de encontrar soluções e elaborar propostas para a atenuação desta calamidade social.

Capítulo II – Enquadramento da investigação

1. Organização acolhedora da investigação: Gabinete de Inserção Profissional

O presente relatório de estágio desenvolveu-se no Gabinete de Inserção Profissional, situado no edifício da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, no concelho de Vila Nova de Gaia, gabinete que faz parte de um leque de serviços a cargo da Junta de Freguesia.

Aquando o início deste estudo, a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro tinha sobre a sua alçada um conjunto de serviços, com vista a dar resposta aos problemas que afetam a população desta freguesia. No âmbito da ação social existe um Gabinete de Apoio Social (GAS); um serviço de apoio jurídico; um serviço de apoio domiciliário, destinado à população idosa com dificuldades de mobilidade; um Centro de Dia/Centro de Convívio; um serviço de Apoio Psicossocial, direcionado para crianças com dificuldades; um Centro de Inclusão Digital e um Serviço de ATL, conhecido como Centro de Atividades de Tempos Livres, em funcionamento durante o ano escolar e nas interrupções letivas. Por seu turno, na vertente do emprego a Junta de Freguesia, conta ainda, com um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), que funciona em articulação com o Centro de Emprego e promove a realização de cursos modulares gratuitos e cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), tendo em vista a formação e inserção de indivíduos desempregados no mercado de trabalho.

Com a elencação dos serviços a cargo da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro podemos denotar a multiplicidade de serviços e públicos-alvo a quem estes se destinam, com o objetivo de dar resposta aos problemas da população da freguesia, desde as crianças, à população idosa, culminando num conjunto de serviços destinados aos indivíduos desempregados que são uma população significativa na freguesia de Oliveira do Douro, caracterizada por uma forte vulnerabilidade, impulsionada pela predominância de condições precárias de trabalho, em termos de contrato de trabalho ou até mesmo a sua ausência e a não realização de contribuições para a Segurança Social, sendo uma população marcada pela forte desqualificação, dominada por níveis baixos de escolaridade, protagonizados por casos de insucesso e abandono escolar, e uma elevada e preocupante taxa de desemprego, motivada pelas fortes dificuldades de inserção profissional desta população.

De acordo com os dados recolhidos no IEF⁹, a Delegação Regional do Norte conta com um total de 175 Gabinetes de Inserção Profissional, 14 dos quais situados no concelho de Vila Nova de Gaia, onde está incluído o GIP de Oliveira do Douro.

Fundado em 1998, ainda na designação de UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa), o Gabinete de Inserção Profissional de Oliveira do Douro é um serviço que visa acolher, informar, orientar, apoiar e acompanhar indivíduos jovens e adultos, que vivenciam uma situação de desemprego, com o objetivo de definir ou desenvolver um processo de inserção ou reinserção profissional e ainda, apoiar as empresas na satisfação das suas necessidades, em estreita parceria com o Centro de Emprego de Vila Nova de Gaia. O seu funcionamento encontra-se a cargo de uma técnica com uma formação académica na área da Psicologia, que desempenha a função de animadora do GIP.

De acordo com o regulamento do GIP (IEFP,2010), o presente serviço desenvolve as seguintes atividades: prestar informações profissionais a jovens e adultos que estão desempregados; apoio à procura ativa de emprego; acompanhamento personalizado aos indivíduos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; receber e registar ofertas de emprego das entidades empregadoras; divulgar ofertas de emprego; encaminhar desempregados para ofertas de emprego e de qualificação disponíveis; divulgação e condução de desempregados para medidas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo; divulgar os programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional a nível europeu; motivar e apoiar a participação dos desempregados em ocupações temporárias ou atividades voluntárias, de forma a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho; apoio à elaboração/ preparação de técnicas de procura de emprego como *curriculum vitae*, entrevistas de emprego, candidaturas espontâneas, e por fim, controlar a apresentação quinzenal dos beneficiários das prestações de desemprego.

O funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional está dependente de uma autorização de funcionamento, com a duração de uma ano, concedida pelo IEF em função do cumprimento dos objetivos contratualizados, nomeadamente a execução da totalidade das atividades acordadas, do cumprimento dos procedimentos administrativos e técnicos instituídos pelo Centro de Emprego, de assegurar a confidencialidade dos dados pessoais dos desempregados, assegurar o rigor técnico no desenvolvimento das atividades, o envio ao

⁹

Disponível

em:

WWW<URL:

<http://www.iefp.pt/emprego/Documents/Gabinetes%20de%20Inser%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20-%20GIP/GIP%20Lista%20Site%20DR%20Norte.pdf>.

Centro de Emprego de um mapa de atividades no fim de cada trimestre e prestar todas as informações solicitadas pelo Centro de Emprego.

Nos dados cedidos pela instituição¹⁰ encontramos um conjunto de informações acerca do tipo de atividades desenvolvidas pelo GIP, dos objetivos acordados com o IEFP e a concretização efetiva dos mesmos, para o período respeitante ao 2º, 3º e 4º trimestre de 2012, não contemplando informações relativas ao 1º trimestre, dado que durante este período o funcionamento do GIP se encontrava em fase de aprovação não existindo um registo das atividades desenvolvidas.

No que diz respeito aos objetivos acordados com o IEFP, durante o ano de 2012, o GIP desenvolveu as seguintes atividades: sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo, as quais ultrapassaram o número acordado, o qual abrangia 240 desempregados, número claramente ultrapassado, uma vez que ao longo dos três trimestres em análise o total de sessões realizadas neste âmbito envolveu cerca de 414 indivíduos em situação de desemprego; sessões de apoio à procura de emprego, mais uma vez ultrapassando os objetivos (240 sessões), desenvolvendo-se cerca de 247; receção e registo de ofertas de emprego, com um objetivo contratualizado de cerca de 45, sendo que nos três últimos trimestres de 2012 verificaram-se 17 receções e registo de ofertas de emprego; apresentação e encaminhamento de desempregados a ofertas de emprego, realizaram-se cerca de 192, tendo sido acordado o objetivo de 250 apresentações; colocação de desempregados em ofertas de emprego, contratualizado o objetivo de 22 colocações, sendo que para o período de três trimestres foram colocados cerca de 10 desempregados em ofertas de emprego; integração de desempregados em ações de formação, nas quais foram integrados cerca de 228, face ao valor acordado de 500; e como última atividade acordada para ser desenvolvida encontramos as sessões de Animação do Livre Serviço de Emprego, que visam a divulgação do GIP e do seu trabalho, através da realização de sessões de atendimento individual ou coletivo, desenvolvido nas instalações do Centro de Emprego, as quais contaram com a presença de 1242 indivíduos desempregados, ultrapassando o número contratualizado 1100.

Posto isto, podemos referir que apesar de não existirem dados relativos às atividades desenvolvidas no 1º trimestre do ano de 2012 verificou-se a concretização da totalidade dos objetivos acordados com o IEFP, o que se repercutiu na conceção de uma licença de funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional para o presente ano 2013.

¹⁰ Anexo II: Tabela 7, p.124

À data do estágio, o Gabinete de Inserção profissional, para o período do 2º, 3º e 4º trimestre do ano de 2012, concretizou cerca de 199 novas inscrições¹¹, acompanhando uma população predominantemente feminina, 126 mulheres face a 73 homens, detentora de baixos níveis de escolaridade, predominado os indivíduos cujo nível de formação se encontra no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico (cerca de 109 indivíduos). O conjunto de indivíduos acompanhados pelo GIP é, ainda, uma população onde predomina a faixa etária dos 31 aos 54 anos, indivíduos estes que se apresentam em plena idade ativa e para os quais as consequências psicossociais do desemprego são mais marcantes; é uma população que na sua maioria, apresenta uma situação face ao emprego denominada de à procura de novo emprego, com a exceção do grupo etário dos jovens até aos 23 anos, onde predomina uma situação à procura do primeiro emprego.

No capítulo seguinte, será desenvolvida uma caracterização mais pormenorizada da população acompanhada por este serviço, uma vez que foi uma das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio.

2. Atividades profissionais desenvolvidas no estágio

Numa primeira fase do estágio realizado no GIP de Oliveira do Douro surgiu a necessidade de elaborar uma caracterização da população que utiliza este serviço.

Dado o caráter dinâmico e volátil que define a população acompanhada pelo GIP, não nos foi possível fazer uma caracterização rigorosa dos utentes deste serviço, uma vez que todos os dias se realizavam novas inscrições. Neste sentido, de forma a proceder a uma caracterização o mais aproximada possível dos utentes acompanhados pelo Gabinete de Inserção Profissional, utilizamos as inscrições concretizadas no 2º, 3º e 4º trimestre do ano 2012, não existindo dados para o 1º trimestre, uma vez que durante este período o funcionamento do GIP se encontrava em fase de aprovação. Assim sendo, após uma análise documental realizada às 200 fichas de inscrição existentes, utilizamos o programa SPSS para proceder uma análise descritiva da população, tendo em conta um conjunto variáveis, com o intuito de definir as principais tendências que caracterizam os utentes do GIP.

No que diz respeito à questão do género¹², constatamos que os utentes do GIP são predominantemente mulheres (63,5%) face a uma população masculina que ronda os 36,5%.

¹¹ Anexo II: Tabela 6, p.124

¹² Anexo II: Tabela 8, p.125

A esmagadora maioria destes utentes residem na freguesia de Oliveira do Douro (94,5%)¹³ e têm como estado civil solteiro (49,5%) ou casado (41,5%)¹⁴. O estado de união de facto, viúvo ou separado/divorciado são pouco representativos nesta população.

Se tivermos em linha de conta a variável faixa etária¹⁵ é de salientar que a maioria dos utentes do Gabinete de Inserção Profissional se situa na faixa etária dos 25-34 anos (32,5%), seguindo-se a faixa etária dos 35-44 anos (23%) e dos 18-24 anos de idade (22,5%), sendo de ressaltar a forte presença de indivíduos em plena idade ativa. No entanto, não devemos esquecer que os indivíduos que se encontram nas faixas etárias dos 45 aos 64 anos de idade (21,5%), também constituem uma parte importante dos utentes acompanhados pelo GIP.

Os dados relativos aos níveis de escolaridade¹⁶ da população demonstram a existência de uma população detentora de níveis de qualificações básicos, na medida em que 28% da população possui o 3º ciclo do Ensino Básico (9º ano), seguida de um total de 25,5% de indivíduos titulares do 4º ano de escolaridade (12,5%) e 6º ano (13%). No entanto, devemos referir que o segundo nível de escolaridade com maior incidência situa-se no ensino secundário que abarca 24% da nossa população.

Os baixos níveis de escolaridade podem ser entendidos como um dos *handicaps* que afetam a população desempregada acompanhada pelo GIP, sendo um dos principais entraves à sua inserção no mercado de trabalho.

Podemos ainda alertar, para a presença de uma percentagem significativa de indivíduos titulares de níveis de escolaridade superior (21%), que se encontram desempregados, e para os quais a posse de um título académico não constitui à partida uma facilidade na entrada para o mercado de trabalho, o que demonstra que a crise de emprego que vigora no nosso país envolve indivíduos de todas as idades e detentores de diversos graus de qualificações. A presença de um número tão significativo de indivíduos detentores de um nível de qualificação superior justifica-se pela necessidade da técnica em convocar este tipo de utentes para uma sessão de apresentação do serviço, o que no final se repercutiu na execução de uma inscrição do GIP. Pese embora o fato, esta população frequentar o GIP esporadicamente.

¹³ Anexo II: Tabela 9, p.125

¹⁴ Anexo II: Tabela 10, p.125

¹⁵ Anexo II: Tabela 11, p.125

¹⁶ Anexo II: Tabela 12, p.125

No que respeita à situação face ao emprego¹⁷ dos utentes do GIP, podemos verificar que a esmagadora maioria dos utentes encontra-se numa situação à procura de um novo emprego (82,5%), sendo que apenas 17,5% encontra-se à procura do 1º emprego.

Quando analisamos o tipo de desemprego¹⁸ predominante nesta população, observamos um importante destaque, cerca de 61% para as situações de desemprego inferiores a um ano, pese embora o facto de que cerca de 39% dos utentes deste serviço vivenciam uma situação de desemprego de longa duração.

Uma outra variável que nos parece importante analisar diz respeito ao tipo de prestação social auferida pela população acompanhada pelo GIP. Observando a tabela apresentada em anexo¹⁹ é notório que 64% dos indivíduos não auferem nenhum tipo de prestação social, embora cerca de 23% dos utentes recebem Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego e 13% são detentores de RSI.

Um das explicações apontadas para a maioria dos utentes não usufruírem qualquer tipo de prestação social encontra-se subjacente ao facto de alguns dos indivíduos só realizarem a inscrição no GIP após o fim do período de usufruto do Subsídio de Desemprego, ou encontrarem-se há bastante tempo na situação de desemprego.

No que se refere à última profissão²⁰ dos utentes, estes apresentam um leque variado de profissões. No entanto, destacam-se as profissões de administrativo, ajudante de cozinha, empregado de mesa/balcão, auxiliar de ação educativa, auxiliar de limpezas e de serviços gerais, carpinteiro/marceneiro, formador, motorista, operador de caixa e operário fabril.

Posto isto, podemos referir que os utentes acompanhados pelo GIP são na sua maioria do género feminino, residentes em Oliveira do Douro, possuem défices de escolaridade relevantes, predominando o nível de qualificação básico (1º, 2º e 3º ciclo), são ainda indivíduos com faixas etárias em plena idade ativa, à procura de um novo emprego, encontrando-se desempregados há menos de um ano, não recebendo qualquer tipo de prestação social.

Importa salientar que toda a informação recolhida para esta caracterização provém de uma ficha de inscrição no GIP que contém, ainda, indicadores relativos à formação profissional, ao conhecimento de línguas e de informática, e um parâmetro sobre a profissão pretendida.

¹⁷ Anexo II: Tabela 13, p.126

¹⁸ Anexo II: Tabela 14, p.126

¹⁹ Anexo II: Tabela 15, p.126

²⁰ Anexo II: Tabela 16, p.126

No decorrer do estágio foram ainda realizadas atividades que vão de encontro às funções desempenhadas pela técnica do GIP, nomeadamente prestar informações profissionais a jovens e adultos que se encontrem desempregados; apoio à procura ativa de emprego; acompanhamento personalizado aos indivíduos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; receber e registar ofertas das entidades empregadoras; divulgar e encaminhar desempregados para ofertas de emprego; divulgação e condução de desempregados para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo; motivar e apoiar a participação dos desempregados em ocupações temporárias ou atividades voluntárias; apoio à elaboração/ preparação de técnicas de procura de emprego (*curriculum vitae*; simulação de entrevistas de emprego, cartas de apresentação, candidaturas espontâneas, etc); apoiar psicologicamente os utentes, e ainda colaborar na elaboração do Relatório Trimestral²¹ respeitante ao 1º Trimestre de 2013, registando-se um total de 48 novas inscrições no serviço, na sua maioria utentes do género feminino, na faixa etária dos 31 aos 54 anos, com escolaridade compreendida no 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Uma última atividade realizada prende-se com a realização de uma Feira de Emprego intitulada “Apostar no Futuro”, realizada no dia 22 de maio, nas instalações da Escola Secundária de Oliveira do Douro. Esta feira reuniu entidades promotoras de formação como Qualiforma, Isla, Ismai, Psiporto, Ispgaya, ACE- Escola Profissional de Artes, entre outras, e empresas de trabalho temporário Idealis Portugal, Anbelca, Consignus, Geserfor, Adecco, Soldometal, Interim, Talenter, Kelly Service, Randstad, etc.

A opção pelos dois tipos de entidades na feira de emprego prende-se com a heterogeneidade de públicos aos quais a feira se destinava, não se cingindo estes apenas aos alunos da escola, uma vez que a feira foi aberta a toda a população de Oliveira do Douro.

²¹ Anexo II: Tabela 17, p.127

Capítulo III - Caminhos teórico-metodológicos

1. Delimitação e formulação do problema em análise

O fenómeno do desemprego revela-se o principal enfoque no presente estudo, pelo facto de este fenómeno assumir uma relevância extrema na sociedade contemporânea, principalmente em Portugal, um país, onde a cada dia que passa é noticiada a subida da taxa de desemprego, sendo forte o fluxo de entrada de indivíduos na situação de desemprego e a sua saída cada vez mais demorada.

Como tal, definimos como objeto de estudo da presente investigação o desemprego, mais concretamente os impactos que este fenómeno despoleta na vida dos indivíduos, nomeadamente ao nível das consequências psicossociais e dos impactos na família e nas sociabilidades e ainda, o impacto nas dinâmicas institucionais, refletindo sobre as estratégias acionadas pelo GIP, em parceria com o IIEFP, para o combate a este fenómeno.

Apresentado o nosso objeto de estudo passaremos de seguida à apresentação da pergunta de partida que guiou a nossa investigação, assim como os objetivos a que nos propusemos responder.

O estabelecimento de um fio condutor ao longo de todo o processo de pesquisa é concretizado através da elaboração de uma pergunta de partida, que servirá como uma bússola orientadora no decorrer de todo o processo de investigação, isto porque é através desta pergunta que o investigador pretende “...enunciar o projeto de investigação, [...], exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy; Campenhoudt, 2005:32). Posto isto, a nossa investigação foi conduzida através da seguinte pergunta de partida: “*Quais os impactos do desemprego na vida quotidiana dos indivíduos e nas dinâmicas institucionais?*”.

A pergunta de partida é respondida através da concretização de um conjunto de objetivos que serão apresentados de seguida:

- Caracterizar a população acompanhada pelo GIP;
- Discutir as especificidades de atuação do GIP face às anteriores UNIVA no combate ao desemprego;
- Conhecer as estratégias implementadas pelo GIP no combate ao desemprego;
- Compreender a eficácia das ações do GIP e do Centro de Emprego na redução do fenómeno do desemprego;

- Compreender a auto percepção dos desempregados relativamente aos impactos das estratégias institucionais na melhoria da sua (re) inserção no mercado de trabalho;
- Aferir a influência dos impactos psicossociais do desemprego ao nível das dinâmicas institucionais;
- Conhecer as representações sociais e expectativas dos indivíduos face ao futuro;
- Compreender as consequências psicossociais do desemprego nos indivíduos;
- Compreender quais os impactos do desemprego no seio familiar;
- Aprender qual o papel da família no apoio aos membros desempregados;
- Retratar os impactos do desemprego ao nível das sociabilidades.

É através deste conjunto de objetivos que o nosso estudo encontra os alicerces necessários para responder à pergunta de partida enunciada anteriormente.

2. Proposições teóricas

A nossa investigação apresenta um conjunto de hipóteses teóricas, apresentadas de seguida, que se definem como uma resposta provisória à pergunta de partida, sendo que foram testadas através das técnicas de recolha de informação acionadas no decorrer da pesquisa:

H1: Os indivíduos ao se encontrarem numa situação de desemprego investem na sua formação e procuram ativamente emprego, com vista a terem uma ocupação e a retornarem rapidamente ao mercado de trabalho;

H2: Os utentes do GIP deparam-se com um conjunto de dificuldades que complicam a sua reinserção profissional como é o caso da baixa escolaridade, a idade, a falta de experiência profissional, a escassez de ofertas de emprego e o envio de candidaturas espontâneas sem feedback;

H3: O GIP desempenha um importante papel no apoio às práticas desenvolvidas pelos utentes para retornarem ao mercado de trabalho;

H4: O funcionamento institucional caracteriza-se pela existência de um bloqueio nas estratégias de combate ao desemprego, aspeto impulsionado pelo excesso de burocratização,

pelo número crescente de desempregados, por exigências administrativas aos técnicos e pela falta de articulação das instituições locais;

H5: As consequências psicossociais do desemprego intensificam-se com o aumento da permanência do indivíduo na situação de desemprego, devido ao fracasso dos esforços acionados para o retorno ao mercado de trabalho;

H6: A situação de desemprego impõe um conjunto de consequências ao nível da família como é o caso da acentuação das tensões familiares, a diminuição do rendimento, a redução das práticas quotidianas e o recurso a apoios sociais;

H7: A perda de emprego repercute-se numa vulnerabilização dos laços relacionais e das sociabilidades, impulsionando situações de isolamento social;

H8: A manutenção das redes de sociabilidades (família, amigos e vizinhos) atenuam os impactos negativos provenientes da situação de desemprego, isto porque constituem uma fonte importante de apoio financeiro, material e emocional para os indivíduos desempregados.

3. Aproximação ao objeto: Componentes técnicas e metodológicas

O presente ponto reúne informações relativas aos procedimentos técnicos e metodológicos acionados no decorrer da investigação, assim como, às dificuldades encontradas ao longo da pesquisa empírica e as suas estratégias de resolução, e ainda, a apresentação da população alvo deste estudo.

Quando iniciámos um projeto de investigação é necessário definir os procedimentos metodológicos mais adequados para apreendermos a realidade que nos propomos estudar.

A presente investigação foi ancorada numa estratégia de investigação que reúne uma articulação metodológica de carácter quantitativo e qualitativo. No entanto, a metodologia por excelência foi a qualitativa, onde o privilégio não é atribuído aos dados numéricos, mas sim ao discurso e à sua interpretação. Neste tipo de pesquisa, o principal objetivo da investigação é ter acesso aos significados e às experiências dos sujeitos, isto é à forma como o indivíduo constrói a realidade, permitindo assim aceder à dimensão subjetiva das vivências, onde o importante é dar voz aos atores que são os protagonistas das suas histórias.

No quadro das pesquisas qualitativas os objetos de estudo são analisados no seu contexto. Já os resultados obtidos, nomeadamente a sua interpretação e fundamentação deriva do material recolhido, este irá sustentar todas as conclusões do investigador.

Tendo em conta os objetivos da nossa investigação, apresentados no ponto anterior, concordámos que a adoção de uma metodologia qualitativa revela-se mais pertinente, dado que permite captar a subjetividade dos sujeitos, assim como os significados e as suas opiniões, permitindo dar a conhecer as suas experiências de vida através de um contacto direto com os sujeitos. No entanto, não devemos descorar a importância da metodologia quantitativa, que em articulação com o método qualitativo oferece contributos valiosos para a apreensão desta realidade social.

A população alvo do nosso estudo são os desempregados inscritos no GIP da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro. Esta é uma população de carácter dinâmico e volátil, uma vez que todos os dias se realizam novas inscrições no serviço, para tal delimitamos a nossa população aos utentes acompanhados pelo GIP durante o ano 2012.

A nossa população alvo é bastante heterogénea, predominando os indivíduos do sexo feminino; os utentes à procura de um novo emprego; indivíduos de todas as faixas etárias, o que demonstra a transversalidade do fenómeno do desemprego, pese embora o facto de grande maioria dos utentes se situarem em faixas etárias superiores aos 25 anos de idade; é ainda uma população caracterizada por défices de escolaridade, predominando os indivíduos detentores do ensino básico de escolaridade; quanto ao tempo de permanência na situação de desemprego os utentes do GIP, quando realizam a sua inscrição no serviço, apresentam um tempo de desemprego inferior a um ano, no entanto existem casos de desemprego de longa duração; são ainda indivíduos que na sua maioria não auferem nenhuma prestação social. Fazem ainda parte da população alvo do nosso estudo as técnicas responsáveis pelo GIP.

Dada a impossibilidade de trabalhar com a totalidade de população, visto se tornar um processo demasiado moroso e complexo, torna-se necessário a construção de uma amostra que englobe a heterogeneidade de características do universo populacional em estudo. Assim, a nossa amostra será uma amostra de carácter intencional, onde o objetivo não é representatividade estatística, mas a representatividade teórica do nosso universo populacional.

Para alcançar a realidade que pretendemos analisar, o investigador necessita de acionar um conjunto de instrumentos que se definem como técnicas de recolha da informação, estas são um conjunto de “instrumentos operatórios precisos e transmissíveis...” (Almeida,1995:210) utilizados para a apreensão de uma realidade social. A recolha de dados

num processo de investigação assenta num leque variado de técnicas que são definidas a partir do método de pesquisa selecionado. Assim sendo, no decorrer do presente estudo foram mobilizadas um conjunto de três técnicas de recolha de informação, as entrevistas individuais, a análise documental e a observação participante.

No que diz respeito às entrevistas individuais (semiestruturadas), esta técnica assume-se como a técnica privilegiada, uma vez que a sua aplicação possibilita ao investigador a recolha de informação acerca de um objeto de estudo, permitindo recolher o ponto de vista do sujeito acerca de um determinado fenómeno, nomeadamente as suas experiências, os significados e os seus pontos de vista. É uma técnica que envolve o contacto direto com o entrevistado, permitindo a explicitação das perguntas e das respostas.

A entrevista pode ser definida como um processo de comunicação e interação entre um entrevistador e um entrevistado, no qual o entrevistador pretende retirar do sujeito um conjunto de reflexões acerca de um determinado fenómeno. Para Bingham e Moore “a entrevista é uma conversa com um objetivo” (Bingham; Moore Cit. por Ghiglione; Matalon, 2005:64), ao passo que para Valles (2002) a entrevista é encarada como um “...processo de comunicação interpessoal, social e cultural.” (Valles,2002:46).

A entrevista individual semiestruturada é o tipo de entrevista mais utilizada em investigação social, onde o investigador possui um guião estruturado de questões, no entanto a ordem da sua colocação não é fixa. Neste tipo de entrevistas, o entrevistado é convidado a responder de forma exaustiva às questões, mas o investigador deve ter uma atitude vigilante, para que, quando a entrevista está a fugir aos seus objetivos “...o investigador esforça-se (...) por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar...” (Quivy; Campenhoudt,2005:193).

Recordando o objeto de estudo da nossa investigação, o desemprego e os impactos que este fenómeno despoleta na vida dos indivíduos, nomeadamente, as suas consequências psicossociais, assim como o impacto do desemprego ao nível das suas sociabilidades e da organização familiar, e ainda, os impactos nas dinâmicas institucionais concordámos que a entrevista semiestruturada se revela a técnica mais indicada, dado que permitiu tomar um conhecimento próximo desta realidade social.

No que diz respeito à aplicação da entrevista, esta teve como público-alvo²² os utentes do GIP e as respetivas técnicas que acompanham esses utentes. Foram realizadas um total de 11 entrevistas, duas das quais aplicadas às técnicas.

²² Anexo V, p.131

Os 9 utentes entrevistados foram selecionados de forma intencional com o intuito de contemplar a heterogeneidade das características que envolvem os utentes acompanhados pelo GIP. Em termos de género foram entrevistados 6 utentes pertencentes ao género feminino e 3 do género masculino; quanto às faixas etárias dos nossos entrevistados, 3 encontram-se na faixa dos 20 anos, 1 na dos 30 e a grande maioria tem idade superior aos 45 anos; relativamente à situação face ao emprego, os 9 entrevistados encontram-se à procura de um novo emprego; são, ainda, indivíduos que se encontram numa situação de desemprego há menos de um ano (4 indivíduos) e indivíduos numa situação de desemprego de longa duração, cerca de 5. Uma última característica que envolve os nossos entrevistados diz respeito ao usufruto de prestações sociais. Apesar de a maioria da nossa população não usufruir qualquer tipo de prestação social, o conjunto dos nossos entrevistados não obedece aos mesmos critérios, uma vez que os indivíduos que não recebem qualquer prestação não se dirigem, com regularidade, ao GIP. Assim sendo, a população entrevistada é composta em grande parte por indivíduos que auferem Subsídio de Desemprego, cerca de 6. Alguns entrevistados não auferem qualquer tipo de subsídio, cerca de 2, e 1 recebe prestação social de RSI.

Posto isto, podemos referir que a escolha dos nossos entrevistados foi realizada intencionalmente, de forma a abarcar a heterogeneidade que caracteriza o universo populacional do nosso estudo, que são os utentes acompanhados pelo GIP.

A aplicação das entrevistas foi levada a cabo nas instalações da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, mais precisamente no Salão Nobre ou nas salas destinadas às ações de formação, local que se demonstrou bastante familiar para os entrevistados.

Os entrevistados foram contactados pessoalmente, nos momentos de atendimento em que se dirigiam ao GIP, e depois de aceitarem participar no estudo foram contactados por telefone para efetuar a marcação da mesma.

No que diz respeito ao tratamento da informação recolhida com recurso às entrevistas, esta foi alvo de tratamento através de uma análise de conteúdo baseada na construção de grelhas de análise que tiveram em conta um conjunto de dimensões e categorias, que podem ser consultadas em anexo²³.

Foi realizada a transcrição integral das 11 entrevistas, com a exceção de uma devido à não autorização para a sua gravação, este foi um processo moroso que envolveu várias horas de trabalho, uma vez que as entrevistas tinham uma duração compreendida entre 20 minutos a 1 hora, sendo que a sua maioria ultrapassa os 30 minutos de gravação.

²³Anexo VII, p.132
Anexo VIII, p.132

Relativamente às dificuldades sentidas na aplicação das entrevistas, estas dizem respeito aos atrasos dos utentes, à desmarcação das entrevistas e ainda, à fuga aos objetivos das questões. Mas, todos foram ultrapassados com facilidade.

No decurso da investigação foram acionadas mais duas técnicas de recolha de informação. A primeira diz respeito à análise documental, em termos bibliográficos e de documentos cedidos pela instituição, nomeadamente acerca das estratégias de combate ao desemprego implementados pela instituição e da legislação que estas envolvem.

Recorremos ainda à recolha secundária de dados, efetuando uma análise a um conjunto de dados estatísticos pré-existentes acerca do fenómeno do desemprego. Para tal, utilizamos como principais fontes de recolha dos dados estatísticos, as bases do EUROSTAT, INE, PORDATA e do IEFP e ainda algumas informações cedidas pela instituição.

A análise secundária de dados revela-se deveras importante, uma vez que permite uma “economia de tempo e dinheiro (...) ao investigador (...); a valorização de um importante e precioso material documental...” (Quivy; Campenhoudt, 2005:203).

As dificuldades sentidas na aplicação desta técnica reportam para a necessidade constante de atualização da informação estatística e legislativa.

A última técnica de recolha da informação acionada foi a observação participante “que se caracteriza pela presença continuada do observador no terreno ou junto do grupo a observar” (Almeida, 1995:210). Esta técnica garante o acesso a uma informação rica e profunda, permitindo ao investigador uma certa flexibilidade de seleção da informação a apreender, possibilitando mudar a sua estratégia de observação.

A prática da observação é acionada pelo investigador que “visa compreender as pessoas e as suas actividades no contexto de acção...” (Correia, 2009:31), tendo como objetivo ultrapassar a descrição pormenorizada dos acontecimentos, permitindo a concretização de uma análise indutiva e compreensiva dos fenómenos. Segundo Bojdan e Taylor a observação participante define-se como uma “investigação caracterizada por interações sociais intensas, entre o investigador e os sujeitos...” (Bojdan; Taylor Cit. por Correia, 2009:31), que envolve um contacto direto, frequente e prolongado do investigador com o terreno em estudo. Neste sentido, o observador deve adotar uma atitude confiante, pacífica, tranquilizadora, flexível e despojada de preconceitos, de forma a desenvolver um novo olhar sobre a realidade em observação.

Posto isto, podemos afirmar que na observação participante o observador permanece no seio do grupo que pretende estudar, observando de forma espontânea, como espectador, mobilizando a informação de acordo com o seu ponto de vista dos fenómenos. É uma técnica

que implica um processo longo de interação entre o investigador e o investigado, no qual o “pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado” (Valladares: 154), sendo que a presença prolongada no terreno gera confiança no seio da população estudada.

No caso do presente estudo, a técnica de observação participante foi levada a cabo nas instalações do GIP, decorrendo durante o período de estágio profissional, no horário de funcionamento do serviço. A recolha de informação foi realizada através um conjunto de anotações realizadas em diário de campo, anotações posteriormente sintetizadas numa grelha de observação²⁴ composta pelos seguintes itens: número de utentes, discriminação dos utentes tendo em conta o género, faixa etária, tipo de atendimentos realizados pelo serviço, atividades realizadas, e um último item que reúne informações relevantes para a investigação, que foram anotadas tendo em conta os objetivos da nossa investigação, nomeadamente as questões do apoio familiar, o usufruto de prestações sociais, a prática de procura ativa de emprego, as dinâmicas psicossociais do desemprego e ainda, outras questões relacionadas com a procura de formação e as consequências do desemprego no seio familiar.

A prática de observação participante neste estudo revelou-se uma técnica fulcral uma vez que, permitiu um contacto próximo com a realidade em estudo e com os seus protagonistas, o que se demonstrou de enorme utilidade no momento de seleção dos entrevistados, dado que a observação permitiu a criação de empatia com estes e o conhecimento das suas realidades.

²⁴ Anexo VI, p.131

Capítulo IV - Apresentação e análise dos resultados

No presente capítulo serão apresentados e discutidos os resultados a que chegamos com a presente investigação, resultados esses ancorados nas entrevistas realizadas aos utentes e aos técnicos, assim como na observação participante realizada em contexto de estágio.

Para uma melhor organização dos conteúdos abordados resolvemos subdividir o capítulo em dois eixos de análise, sendo que, no primeiro, serão abordadas as questões das dinâmicas institucionais e no segundo a realidade vivida pelos indivíduos desempregados.

1. Um olhar sobre o funcionamento institucional

A partir de 1980, com o surgimento das políticas de inserção, assiste-se à implementação de um novo modelo de organização da ação política desenvolvida, agora, numa lógica de territorialização da intervenção institucional. As lógicas centralizadas de intervenção social dão lugar a processos de territorialização e descentralização das atuações, transferidas para os poderes locais, exigindo-se a participação dos diferentes parceiros locais numa estrutura de parceria. Neste sentido, o Estado assume um papel de animador, ao passo que o território local apresenta-se como ator estratégico, desenvolvendo as suas intervenções seguindo uma estrutura de atuação reticular e interinstitucional, trabalhando em rede com as diferentes instituições que atuam no domínio social.

No caso particular da nossa investigação, realizada no GIP da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, foi possível denotar, através da prática da observação participante²⁵, a existência de enormes debilidades na intervenção dos diferentes parceiros locais, assistindo-se a uma falta de articulação entre as instituições locais e entre os diferentes serviços disponibilizados pela Junta de Freguesia, nomeadamente entre o Gabinete de Apoio Jurídico, o Gabinete de Ação Social e o Gabinete de Inserção Profissional. No entanto, é de ressaltar que pontualmente as técnicas quando tinham um utente em comum debatiam os problemas entre si, tentando definir as melhores estratégias para a sua resolução.

Na nossa visão, a intervenção institucional deve debruçar um olhar multidimensional sobre os fenómenos sociais, desenvolvendo uma organização multidimensional das respostas. Assim sendo, as estratégias de atuação devem debruçar-se sobre as necessidades dos utentes, atendendo à diversidade de dimensões presentes num processo de ativação, como é o caso do apoio ao nível emocional, financeiro, educacional, entre outros, com o intuito de combater os

²⁵ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Outras informações), p.133

diferentes *handicaps* que se colocam à plena inserção da população. Neste seguimento, as intervenções sociais e a conceção de programas de ativação devem ser desenvolvidas através da edificação de estratégias territorializadas, que respondam aos problemas locais, e que se desenvolvam através do envolvimento dos diferentes parceiros locais e da articulação entre os técnicos dos serviços, de forma a trabalharem em proximidade com os utentes e à implementação de estratégias de atuação de carácter multidimensional.

Um outro aspeto que foi possível denotar prende-se com a escassez de recursos humanos e a obsolescência dos recursos administrativos.

Do ponto de vista dos recursos humanos, os técnicos deparam-se com uma excessiva carga burocrática que impossibilita o desenvolvimento da sua atividade profissional, uma vez que não dispõem de tempo para dar resposta aos problemas com que se deparam diariamente.

A obsolescência dos recursos administrativos revela-se um outro entrave, impedindo o desenvolvimento de um trabalho articulado entre os diferentes serviços e a criação de estratégias de atuação entre eles, isto porque não existe um programa que possibilite o cruzamento de informação entre os serviços colocando em causa a coordenação institucional.

Com vista à criação de efetivos programas de inserção defendemos o envolvimento das diversas instituições locais para a edificação de parcerias e de projetos tendentes à resolução dos problemas. Neste sentido, as instâncias de poder local, nomeadamente as Juntas de Freguesia devem funcionar como mediadores das diferentes instituições que atuam a nível local, de forma a fomentar o envolvimento dos diferentes parceiros na conceção de políticas e de estratégias de atuação de carácter multidimensional.

Com o desenvolvimento do nosso estágio foi ainda possível identificar alguns aspetos relevantes ao nível do funcionamento institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e ainda, sobre os recursos humanos, nomeadamente as técnicas de ambos os serviços.

Ao nível do funcionamento institucional do IEFP deparamo-nos com a existência de um bloqueio institucional nas estratégias de resposta direcionadas para os setores do emprego e da formação.

No que diz respeito ao setor do emprego, o IEFP confronta-se com um cenário marcado por uma asfixia institucional impulsionada pelo crescimento avassalador do número de desempregados que se dirigem diariamente ao serviço. De acordo com os registos de observação²⁶, diariamente o IEFP depara-se com filas intermináveis de utentes que se dirigem

²⁶ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Outras informações), p.133

ao serviço para procurar propostas de emprego, esclarecer dúvidas sobre subsídios, fazer inscrição no serviço, etc.

Os técnicos, por sua vez veem-se envolvidos num processo de burocratização iminente caracterizado pela inserção de inscrições no sistema e resolução de questões relacionadas com as prestações sociais, não possuindo espaço para o desenvolvimento de estratégias de atuação.

O excesso de burocratização que envolve o sistema dificulta a atuação dos técnicos, estes encontram-se envolvidos numa imensa malha burocrática e num forte leque de exigências administrativas que não lhes possibilita dar resposta e atender de forma personalizada todos os utentes, aspeto que pode ser visualizado na tabela de análise das observações²⁷ quando os utentes se referem ao facto de o Centro de Emprego não conseguir dar resposta em termos de emprego, não proceder a um esclarecimento preciso dos procedimentos da procura ativa de emprego aos indivíduos que se encontram pela primeira vez desempregados (questão dos carimbos) e ainda, possuir um sistema de gestão das ofertas de emprego que não é atualizado, isto porque em muitos dos casos que acompanhamos, o encaminhamento para ofertas de emprego não se efetiva porque as ofertas já estão preenchidas e ainda se encontram disponíveis no sistema.

Ao nível das políticas ativas, nomeadamente as que se encontram direcionadas para o aumento da escolaridade, sendo elas os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA's), os Cursos de Educação e Formação para Jovens (CEF's) e os Cursos de Aprendizagem visualiza-se um desenquadramento das respostas formativas, isto porque no final do processo formativo os utentes não encontram emprego nas áreas de formação.

“(...) não há uma relação direta entre fazer uma formação e encontrar um emprego, (...) muitas pessoas que fizeram (...) cursos EFA's (...) não encontraram depois trabalho na área, (...) os cursos estão desfasados da realidade, (...)” (Ent. 10)

“ (...) acho que a formação (...) devia estar mais enquadrada, não concordo dar formação em áreas que o mercado de trabalho já esteja lotado com profissionais formados na área, neste caso estamos a contribuir para a taxa de desemprego, (...) agora devemos investir nas áreas em que realmente é necessário formar pessoas, investir (...) porque sabe-se que quando acabar a formação vai existir colocações para aquelas pessoas...” (Ent. 11)

No entanto, não podemos esquecer a importância destes ciclos formativos para o aumento dos níveis de escolaridade da população desempregada, uma vez que a grande

²⁷ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Procura ativa de emprego), p.133

maioria dos desempregados registados no IIEFP de Vila Nova de Gaia são indivíduos portadores de baixos níveis de escolaridade, sendo o grupo mais afetado pelo fenómeno do desemprego os detentores do 1º Ciclo do Ensino Básico.

“... acho que as formações vêm sempre colmatar um grande défice da sociedade (...) a falta de conhecimento (...)” (Ent. 11)

Desta forma, apesar do desenquadramento das ofertas formativas em termos de setores de empregabilidade não podemos descorar a importância destes cursos para colmatar um dos principais *handicaps* que afetam a população desempregada residente no concelho de Vila Nova de Gaia, a baixa escolaridade.

Ainda no âmbito da formação proporcionada pelo Centro de Emprego é notória a forte aposta na modalidade de formação modular (UFCD-Unidade de Formação de Curta Duração), uma vez que as formações direcionadas para o aumento da escolaridade se encontram congeladas. O IIEFP tem vindo a apostar no desenvolvimento de percursos formativos caracterizados por módulos de formação de curta duração direcionados para diversas áreas, como geriatria, ação educativa, informática, línguas, etc que permitem aos indivíduos adquirir alguns conhecimentos e colmatar algumas das suas falhas em termos formativos. Este tipo de ações permite aos desempregados manter uma ocupação e desenvolver ou adquirir alguns conhecimentos, construindo um percurso formativo solidificado numa determinada área que é um aspeto extremamente valorizado no momento da contratação.

A lógica assumida por detrás da formação modular prende-se com a criação de um percurso formativo direcionado para uma área, aspeto que, por vezes, em contexto real não ocorre porque os indivíduos frequentam estas ações de formação numa lógica de “carrossel”, isto é acabam uma formação numa área e começam outra numa área diferente, o que no final se repercutirá no desenvolvimento de um percurso formativo diversificado em termos de áreas de atuação, aspeto que não é tido em conta no momento da contratação porque as entidades empregadoras procuram pessoas especializadas numa determinada área.

“ (...)com a formação muita gente (...) ao frequentar um conjunto de formação (...) 4, 5 formações, quando vão há procura de um emprego por norma já conseguem ter esse acesso (...) só uma formação isolada... por norma isso nunca dá nada (...)” (Ent. 11)

Um outro aspeto relevante alusivo às políticas ativas de emprego refere-se às medidas implementadas que visam a reintegração socioprofissional dos indivíduos desempregados, nomeadamente o Contrato de Emprego Inserção e o Contrato Emprego Inserção (+).

Desde logo, este tipo de medidas encontra-se exclusivamente destinado para indivíduos que auferem o Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego (CEI) e o Rendimento Social de Inserção (CEI +) encontrando-se os indivíduos que não recebem qualquer tipo de prestação social excluídos destes programas, agravando-se as suas hipóteses de reinserção profissional. No entanto, deslocaremos a nossa atenção para os indivíduos abrangidos por este tipo de programas de inserção.

Os programas de reinserção profissional como os CEI têm como objetivo aumentar o nível de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho de indivíduos em situação de desemprego através do desenvolvimento de trabalho socialmente necessário, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou formação profissional. Este tipo de programas estimula o desenvolvimento das competências socioprofissionais dos indivíduos em situação de desemprego, proporcionando-lhes o contacto com o trabalho e os trabalhadores, de forma a evitar situações de isolamento, desmotivação e marginalização, e ainda, apoia o desenvolvimento de atividades úteis que respondam às necessidades locais ou regionais.

Num contacto com a realidade em estudo denota-se que estes programas ocupacionais fomentam a criação de laços ténues com o mercado de trabalho, assistindo-se a um aproveitamento, por parte das instituições, dos indivíduos inseridos nestes programas, que se caracterizam por ser uma mão-de-obra barata, flexível, sem perspectivas de futuro, trabalhando sem os direitos normais inerentes à condição de trabalhador, suprimindo as necessidades permanentes das instituições que deveriam impulsionar uma verdadeira contratação.

“Relativamente ao CEI e ao CEI (+), os CEI são importantes (...) tiram as pessoas de casa e criam rotinas e hábitos que elas tinham quando trabalhavam, mas a verdade é que as instituições só utilizam o CEI e nunca colocam ninguém, ou seja não criam postos de trabalho (...).” (Ent. 10)

Apesar de a realidade demonstrar este lado mais negro da medida não devemos esquecer que o Contrato de Emprego Inserção revela-se uma política importante que permite aos indivíduos desempregados retomar as suas rotinas profissionais, possibilitando uma atenuação dos impactos psicossociais impulsionadas pela situação de desemprego, nomeadamente a queda da autoestima, a desmotivação e os sentimentos de inutilidade, mesmo que a inserção no mercado de trabalho se efetive por um curto período de tempo.

Como forma de aliviar o funcionamento institucional do IEFP foram criados os GIP, que funcionam como uma descentralização do serviço proporcionado pelo Centro de Emprego e trabalham em proximidade com o poder local e a sua população.

Os GIP definem-se como um serviço que visa acolher, informar, orientar, apoiar e acompanhar indivíduos jovens e adultos, que vivenciam uma situação de desemprego, com o objetivo de definir ou desenvolver um processo de inserção ou reinserção profissional e ainda, apoiar as empresas na satisfação das suas necessidades, em estreita parceria com o IEFP. Em termos de estratégias de intervenção, o GIP desenvolve um trabalho importante com o intuito de incitar processos de reinserção profissional aos seus utentes. Para tal, desenvolve um conjunto de atividades como o apoio à procura ativa de emprego (apoio à consulta de ofertas de emprego, encaminhamento para ofertas de emprego), apoio na elaboração de técnicas de procura de emprego (currículos, candidaturas espontâneas), disponibiliza informações sobre as medidas ativas de emprego impulsionadas pelo IEFP, implementa ações de formação na freguesia, e um último aspeto, não menos importante, presta apoio psicológico aos utentes que se dirigem ao serviço.

“...implementar na freguesia formações, com o intuito das pessoas obterem uma maior escolaridade ou maior conhecimento numa área profissional, com o intuito de poderem fazer uma procura mais precisa (...) ou então para poder mudar de área (...)”

“Criamos também um clube de emprego (...) ajudamos as pessoas com técnicas de procura de emprego (...) a elaborar currículos, saber avaliar um anúncio, saber fazer uma pesquisa de entidades para poder fazer candidaturas espontâneas, ajudamos em todo o processo de procura de emprego (...) também ajudamos as pessoas com questões psicológicas, (...) porque infelizmente muita gente (...) vem para casa (...) psicologicamente deixam-se ir abaixo, então fazemos um acompanhamento no sentido de elevar a autoestima da pessoa e incentiva-la na procura de emprego porque existe, uma grande desmotivação e nós também estamos cá para apoiar as pessoas nesse sentido (...) portanto há que trabalhar todas essas questões psicossociais que são importantes no ato da procura de emprego.” (Ent. 11)

Posto isto, podemos afirmar que o GIP desempenha um papel importante no apoio à procura ativa de emprego, na elaboração de técnicas de procura de emprego, no aumento da escolaridade dos seus utentes que são encaminhados pelo serviço para ações de formação e por fim, desempenha um importante papel ao nível das questões psicossociais que envolvem a

situação de desemprego, como é o caso do isolamento social, da queda da autoestima e da desmotivação, proporcionando um apoio psicológico aos seus utentes.

O GIP da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro foi criado em 1998, ainda na designação de UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa) fazendo parte do conjunto de UNIVA's de primeira geração implementadas no concelho de Vila Nova de Gaia. As anteriores UNIVA's assumiam-se como uma etapa no processo global de reabilitação do indivíduo e, deste modo, contribuía para a resolução dos seus problemas de inserção ou reinserção profissional, desenvolvendo um trabalho em parceria com o Centro de Emprego.

Quando questionámos as técnicas do GIP sobre as especificidades de atuação deste face às anteriores UNIVA constatámos que as ações mobilizadas por ambas as instituições, assim como os seus objetivos são os mesmos, sendo que as únicas diferenças de atuação do GIP face à UNIVA estão relacionadas com o aumento do número de públicos, fruto do crescimento acentuado do fenómeno do desemprego, e com a função de captação de ofertas de emprego que é uma função que ganha maior visibilidade com o GIP, sendo exigido às técnicas a realização de uma aproximação ao terreno, de forma a contactar em proximidade com as empresas, divulgar o trabalho do GIP, efetivar a captação de ofertas, divulgar os programas do IEFEP ao nível de apoios para a contratação e os direcionados para a formação profissional.

“O GIP não nasceu com novas especificidades (...) é um prolongamento do que já existia (...) em termos de políticas de emprego (...) no GIP agora há mais a ideia de que temos de fazer mais o contacto com as empresas, que não havia tanto na UNIVA...” (Ent. 10)

“O GIP dá sempre uma continuidade ao trabalho da UNIVA, sempre apoiar o desempregado na procura de emprego (...) damos sempre acompanhamento não só no caso do desemprego mas também na mudança de emprego (...) as funções são praticamente as mesmas (...) o desemprego, neste momento, está com níveis mais elevados (...) o GIP acaba por ter mais tarefas (...) o público-alvo (...) é o mesmo, (...) jovens e pessoas com idade mais avançada, (...) a única diferença é mesmo os números de pessoas desempregadas é muito mais elevado que no tempo das UNIVA.” (Ent. 11)

No que diz respeito aos impactos das estratégias de atuação implementadas pelo GIP para reduzir o fenómeno do desemprego deparamo-nos com uma questão importante relacionada com os indicadores que devemos utilizar para medir essa eficácia dado que, o GIP apresenta uma diversidade de funções e a sua eficácia deve ser analisada tendo em conta essa

mesma diversidade. Assim sendo, se medirmos a eficácia do trabalho desenvolvido pelo GIP em termos de colocações no mercado de trabalho verificamos uma fraca permeabilidade do mercado de trabalho para absorver a grande massa de indivíduos desempregados, existindo mais procura do que ofertas de emprego disponíveis. O número de colocações em ofertas de emprego é reduzido e nem todos os utentes se enquadram nas ofertas disponíveis, apresentando um conjunto de *handicaps* que dificultam a sua reinserção profissional como é o caso dos baixos níveis de escolaridade, a resistência à mudança de área profissional, a falta de experiência profissional, a idade e a falta de ofertas de emprego. No entanto, quando existe um ajustamento entre a procura e a oferta disponível existe uma contratação.

“Neste momento há mais procura do que oferta (...) nós temos algumas colocações, a nível do serviço podemos dizer que nem todo o público-alvo que nos procura cá no serviço se enquadra naquele tipo de ofertas, mas por norma quando há um ajustamento entre a oferta e o candidato (...) eles costumam ficar, não temos grandes dificuldades...”; “em termos de entrave (...) a falta de oportunidade, não existe tantas ofertas, (...) a escolaridade (...) a falta de conhecimento (...) e também a vontade da pessoa (...) uma pessoa, às vezes, está resistente a mudar de área (...)” (Ent. 11)

Apesar do GIP efetivar um número reduzido de colocações no mercado de trabalho, o serviço desempenha um papel imprescindível no apoio à construção de técnicas de procura ativa de emprego como os currículos, cartas de apresentação e o envio de candidaturas espontâneas, instrumentos importantes para impulsionar a inserção ou reinserção dos utentes num mercado de trabalho caracterizado por um tecido empresarial onde predominam elevadas taxas de desemprego e os empregos existentes encontram-se direcionados para o setor dos serviços e escasseiam os empregos nas áreas da indústria e da construção.

“...o impacto (...) se for pelo número de pessoas que aprendem a fazer currículos, a fazer candidaturas espontâneas aí (...) podemos dizer que as pessoas, começam a fazer os currículos, aprendem como se faz uma candidatura, aprendem a procurar (...)” (Ent. 10)

“ (...) a partir das técnicas de procura emprego muita gente anda 2 anos há procura de um emprego, mas não tem as técnicas e os meios para isso(...) ajudamos, alteramos um currículo, elaboramos uma carta de apresentação, dicas que são um passaporte para a procura de emprego e por vezes as pessoas conseguem arranjar um emprego (...)” (Ent. 11)

Um outro aspeto que merece a nossa atenção prende-se com o papel importante que o serviço desempenha no combate ao isolamento social, característico da situação de desemprego, uma vez que muitos utentes recorrem ao serviço como forma de evitar o isolamento e desenvolver as suas redes de socialização.

“ (...) também ajuda as pessoas a não estar tão isoladas (...) vêm todas as semanas, saem de casa para vir ver as ofertas, conversamos um bocadinho (...) é uma forma das pessoas socializarem (...)” (Ent. 10)

Um último ponto relativo ao impacto das ações desenvolvidas pelo GIP na reinserção dos utentes que acompanha centra-se na sua capacidade de incentivo das pessoas para a frequência de formação, essas ações possibilitaram colmatar a baixa escolaridade de alguns utentes contribuindo para a sua reinserção profissional, e ainda combater o isolamento social permitindo o estabelecimento de rotinas, sendo que os utentes se sentem mais realizados porque têm uma ocupação.

“...a partir da formação já conseguimos integrar pessoas, ao frequentar um conjunto de formação (...) 4, 5 (...) quando vão há procura de um emprego por norma já conseguem ter esse acesso (...)” (Ent. 11)

“ (...) em termos de formação, (...) muita gente começou a fazê-las (...) saíram de casa, encontraram novas pessoas, voltaram a se relacionar (...) levou muita gente a aumentar a escolaridade, muita gente que achava que já não tinha capacidade para estudar (...) injetou-se ali um bocadinho de motivação e elas fizeram, isso acho que foi importante.” (Ent. 10)

Neste seguimento, podemos afirmar que o GIP apresenta-se como um serviço de extrema relevância no desenvolvimento de processos de retorno ao mercado de trabalho acompanhando os seus utentes numa lógica de proximidade, atuando para a resolução dos problemas locais e para a atenuação dos *handicaps* que afetam os indivíduos desempregados.

Debruçando o nosso olhar sobre o funcionamento institucional do GIP e recorrendo às observações realizadas em contexto de estágio, podemos apontar alguns aspetos menos positivos no funcionamento da instituição.

O GIP apresenta um conjunto de funções imprescindíveis para impulsionar processos de inserção ou reinserção profissional, caso estes sejam cumpridos e desenvolvidos em articulação com as instituições locais. No contacto com a realidade denotámos a existência de um prolongamento do processo de burocratização vivenciado no IEFP, uma vez que a animadora do serviço encontra-se sobrecarregada com as questões administrativas e

burocráticas que dificultam o desenvolvimento de estratégias de atuação para combater o desemprego. O IEFP impõe às animadoras do GIP um conjunto de exigências, nomeadamente em termos de objetivos quantitativos a cumprir que permitem aos técnicos apostar constantemente no desenvolvimento de estratégias para a inserção /reinserção dos utentes. No entanto, a colocação de tais objetivos impulsiona uma procura exacerbada pela concretização de metas, descoordenando o exercício da verdadeira atividade do GIP e o trabalho dos técnicos, estes veem-se asfixiados com a falta de tempo e sobrecarregados com as questões burocráticas.

“ (...) os objetivos são (...) são mais exigentes em termos quantitativos (...) o que é um contrassenso, porque se o mercado de trabalho ou o tecido empresarial não tem assim tantas ofertas (...)” (Ent. 10)

Neste sentido, o ideal seria não existir um rigor tão vincado para o cumprimento dos objetivos em termos quantitativos, mas sim um acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos GIP's, nomeadamente ao nível da eficácia das suas ações.

Uma outra constatação que foi possível observar é a falta de tempo sentida pelas técnicas para efetivar deslocalizações para o terreno, de forma a divulgar o serviço e as medidas de apoio ao emprego junto das empresas e proceder à captação de ofertas de emprego junto das entidades empregadoras, na medida em que o gabinete trabalha com as ofertas que as empresas lhes fazem chegar ao serviço e com as disponibilizadas pelo IEFP.

Se por um lado o IEFP impõe exigências aos técnicos que não permitem a sua deslocação para o terreno, por outro lado o número de desempregados é cada vez maior e o serviço exige que a técnica esteja no gabinete para tentar dar resposta a todos os utentes.

“ (...) o GIP (...) devia fazer mais o trabalho de ir (...) para fora do gabinete e ir (...) junto das empresas, ver quais são as necessidades (...), porque nós trabalhamos as ofertas que já temos são as próprias empresas que vêm ter connosco (...)”; “Ter mais tempo para fazer contactos com as empresas (...) as exigências das instituições não deixam que a gente esteja muito tempo lá fora (...) querem que atendámos as pessoas (...) ver as ofertas, (...) fazer currículos, fazer candidaturas espontâneas, para dar informações até às vezes sobre subsídios, sobre as apresentações quinzenais (...) falta-nos depois tempo para a outra parte que seria a mais importante (...) ir para a beira das empresas e ver quais são as necessidades.” (Ent. 10)

No presente capítulo umas das conclusões que podemos retirar da análise do funcionamento institucional é a existência de um bloqueio nas estratégias de resposta,

impulsionado pelo crescente número de desempregados, pela falta de articulação das instituições locais para o desenvolvimento de projetos, o excesso de burocratização e as exigências administrativas que são colocadas aos técnicos, que se veem a braços com a falta de tempo para criar estratégias de atuação local. Posto isto, deveríamos incentivar a criação de uma maior envolvimento das instituições locais e das empresas com potencial empregador, com o objetivo de numa lógica de parceria serem desenvolvidos projetos que visem a construção de percursos de inserção/reinserção da população desempregada, nunca descorando de um olhar multidimensional sobre os fenómenos.

2. O desemprego e as suas vivências

O presente ponto tem como finalidade apresentar alguns aspetos respeitantes à forma como os indivíduos entrevistados vivem a situação de desemprego, nomeadamente as estratégias impulsionadas pelos sujeitos com vista à sua reinserção profissional, aferir quais os impactos psicossociais impulsionados pela situação de desemprego e ainda, retratar quais as consequências do desemprego ao nível da família e das sociabilidades.

2.1 O caminho para a (re) inserção

Nas sociedades contemporâneas o trabalho apresenta-se como um pilar basilar para a integração social do indivíduo, constituindo um elemento estruturador da vida quotidiana, oferece um sentimento de pertença e define-se como uma fonte de identidade, reconhecimento, valor e dignidade.

Deste modo, iniciaremos a nossa análise com a apresentação do percurso profissional dos nossos entrevistados, onde serão tidas em conta dimensões como o início da vida ativa, o tempo de exercício da última profissão, o tipo de contrato de trabalho e as razões que impulsionaram o seu despedimento.

No que diz respeito ao percurso profissional, podemos referir que os nossos entrevistados apresentam um início de vida ativa precoce e os seus percursos profissionais foram marcados pela existência de longas carreiras profissionais desenvolvidas dentro de uma mesma área.

“Comecei a trabalhar com 14 anos (...) trabalhei sempre na construção civil (...)” (Ent.1)

“...tinha para aí 12 ou 13 anos (...) fui trabalhar para uma fábrica de, de botões (...) nessa fábrica trabalhei 29 anos (...)” (Ent.2)

“...aos 11 anos (...) fui para uma empresa (...) fiquei lá 27 anos (...)”
(Ent.7)

“Comecei a trabalhar com 11 anos, em calçado e trabalhei em calçado...a minha vida toda (...)” (Ent.8)

O fim deste longo percurso profissional encontra-se associado à falta de trabalho que originou o fecho permanente das entidades empregadoras ou a sua deslocalização em busca de mão-de-obra mais barata, assistindo-se a lógicas de flexibilização da produção.

“Falta de trabalho (...) não havia obras para construção (...) a empresa mudou-se para Moçambique (...)” (Ent.1)

“ (...) reestruturação da empresa (...) eles já tinham para onde ir para países onde (...) a mão- de-obra é mais barata (...)” (Ent. 2)

“Foi a fábrica que fechou (...)” (Ent. 3)

O retorno ao mercado de trabalho é caracterizado pela alternância entre períodos de atividade e inatividade, instalando-se a precarização das relações de trabalho, protagonizadas pela frequência de trabalhos temporários direcionados para diversos ramos profissionais.

“ (...) vim em 2003 para o desemprego (...) digo assim não! Tenho de fazer alguma coisa e então inscrevi-me nos programas ocupacionais e andei a trabalhar em duas escolas, (...) entretanto, inscrevi-me em empresas de trabalho temporário (...) andei a trabalhar (...) por muitos lados (...) e fui outra vez para o fundo de desemprego (...)” (Ent. 2)

“(...) andei à procura e apareceu-me um trabalho num lar (...) 6 meses depois (...) vim-me embora (...) fui para a fábrica dos vinhos, (...) fiquei lá 1 mês e daí (...) vim para o fundo de desemprego...” (Ent. 4)

“ (...) fiquei pelo desemprego (...) cheguei a ir fazer umas horas mas era só duas tardes por semana de limpeza, porque não consegui mais (...) agora tenho andado à procura mas não tem aparecido nada...” (Ent.7)

Através dos excertos apresentados anteriormente, podemos verificar que o retorno ao mercado de trabalho por parte dos nossos entrevistados assenta em lógicas de precariedade caracterizadas por contratos de trabalho de curta duração, fruto da inscrição em empresas de

trabalho temporário, ou até mesmo a inexistência de contratos de trabalho, como é o caso da entrevistada que trabalhou em limpezas.

Uma outra alternativa acionada para impulsionar o retorno ao mercado de trabalho passa pela inscrição em programas de reintegração profissional, como os Contrato Emprego Inserção.

O recurso a estas duas alternativas, inscrição em programas de inserção e em empresas de trabalho temporário, encontra-se associada à necessidade dos nossos entrevistados de retornar ao mercado de trabalho de forma, a encontrarem uma ocupação, pese embora o facto de estas alternativas não garantirem a reinserção profissional efetiva dos indivíduos, uma vez que se caracterizam por processos de rotatividade entre empregos precários.

A situação de desemprego impõe a necessidade de desenvolver um conjunto de ações com o objetivo de retornar ao mercado de trabalho. Como nos foi possível constatar com a realização das entrevistas, os nossos entrevistados desenvolvem um conjunto de práticas com o intuito de se reintegrarem no mercado de trabalho, as quais passaremos a apresentar.

No que se refere às ações desenvolvidas para voltar ao mercado de trabalho, verifica-se que os entrevistados procuram frequentemente emprego, desenvolvendo uma procura ativa de forma autónoma (recurso ao jornal, à internet, ao contacto com pessoas amigas e com as entidades empregadoras), mas também apoiada no serviço prestado pelo GIP.

“Costumo vir ao GIP (...) depois ando na rua a procurar, (...) uso os meus contactos de pessoas amigas, procuro no jornal (...)” (Ent.1)

“Eu procuro emprego por conta própria, vejo nos jornais, (...) e depois também venho aqui à Junta ver as ofertas (...)” (Ent. 3)

“Eu procuro na internet com a ajuda do meu filho (...), utilizo mais o jornal e inscrevi-me na Kelly, inscrevi-me na Manpower, ando a falar aqui e acolá para qualquer coisa que seja (...)” (Ent. 6)

Os indivíduos que auferem a prestação social de desemprego têm como um dos seus deveres exercer uma procura ativa de emprego através do recurso a carimbos que são solicitados junto das entidades empregadoras. Para estes indivíduos, a procura ativa de emprego com recurso aos carimbos revela-se um processo humilhante e penoso que se concretiza na obtenção de recusas ou pela solicitação de dinheiro para conseguir o carimbo, o que provoca um processo de desmotivação para a continuação da procura ativa de emprego. Estes aspetos podem ser comprovados através dos excertos apresentados de seguida.

“(...) eles ainda gozam com a cara das pessoas (...) agora quando não há tanto trabalho é que nos obrigam ainda a procurar mais e eu sinto-me muito revoltada com isto, porque eu acho que já trabalhei muito anos e não merecia estar a passar por isto...” (Ent. 2)

“... tenho de andar à procura, mas é uma chatice (...) às vezes gozam com as pessoas. Já me aconteceu não me darem o carimbo ou então pedirem-me dinheiro. É muito desanimante andar à procura e as pessoas não quererem nada, uma pessoa desanima...” (Ent. 3)

“Difícil porque muitas vezes já se recusam a carimbar (...) e há certas que até levam dinheiro, a mim já me aconteceu, é o cúmulo, quer dizer um desempregado vai pedir trabalho (...) e agora exigir dinheiro para lhe dar um carimbo...” (Ent. 6)

Quando confrontamos os entrevistados com a possibilidade de alteração das condições de acesso ao emprego para retornar ao mercado de trabalho denotamos que alguns dos entrevistados apresentam uma certa resistência à mudança de área profissional, assim como, à procura de emprego fora da área de residência, uma vez que o salário que iriam auferir não compensa as despesas em deslocações.

“...o salário mínimo eles também agora (...) não pagam mais do que isso, com descontos e tudo o que é que uma pessoa traz para casa”; “Ai não (...) eu agora já não tenho aquela, aquela agilidade como tinha para andar por aí (...)” (Ent. 2)

“Eu queria emprego na área do calçado, porque trabalhei muito tempo nessa área e é o que eu sei fazer (...) e não me vejo a fazer mais nada (...); “... procuro na área do Porto e Gaia, também para muito longe não porque o salário que as empresas oferecem não compensa (...)” (Ent. 3)

“ (...) para fora da residência (...) ia ganhar o quê?, um salário mínimo (...) mais valia estar em casa sem ganhar nenhum...” (Ent. 8)

No entanto, apesar de alguns entrevistados apresentarem alguma resistência à alteração das condições para aceder a um emprego, a grande maioria demonstra vontade de retornar ao mercado de trabalho, mesmo que esse retorno implique mudar de área profissional, ir trabalhar para fora da área de residência e auferir qualquer montante salarial. Estes aspetos podem ser explicados pela permanência duradoura dos entrevistados na situação de desemprego, isto porque ao verem-se sem alternativas os indivíduos baixam as suas

expectativas e concordam com qualquer possibilidade que lhes seja imposta, devido à falta de recursos económicos.

“O salário olhe é o que vier agora. Nem que fosse pouco, olhe eu já estou por tudo (...) eu queria era encontrar um emprego...” (Ent. 4)

“As questões do salário (...) eu neste momento até estou numa situação de... não exigir nada (...) qualquer salário até chegava (...); “...a primeira que me aparecer estou disponível (...) estou disposta a tudo...” (Ent. 6)

No decorrer das entrevistas realizadas colocamos como questão a possibilidade de os indivíduos suspenderem o Subsídio de Desemprego para retornar ao mercado de trabalho.

Relativamente a este ponto, podemos referir que os entrevistados demonstram uma grande vontade de regressar ao mercado de trabalho, colocando como hipótese a suspensão da prestação social, uma vez que a sua prioridade é ter um emprego. No entanto, a suspensão da prestação social de desemprego encontra-se dependente do montante salarial a auferir que deve ser superior ao valor monetário da prestação social ou pelo menos o valor do salário mínimo nacional, estas são as exigências apresentadas pelos nossos entrevistados para retornar ao mercado de trabalho.

“Se me derem trabalho eu deito o fundo de desemprego abaixo (...), mas menos que o fundo de desemprego não, para isso deixo-me estar em casa (...) já não digo muito mas pelo menos o salário mínimo...” (Ent. 1)

“Isso é o que eu tenho procurado... já suspendi muitas vezes (...) nos trabalhos temporários ...” (Ent. 2)

“Se aparecesse alguma coisa que gostasse e que valesse a pena (...) depende do emprego que aparecer, o salário tinha de compensar.” (Ent. 9)

No caso da procura ativa de emprego, uma das realidades que podemos constatar com a análise das entrevistas prende-se com o fracasso na concretização de um emprego. A procura de emprego efetiva-se sem resultados, aspeto que despoleta nos indivíduos o surgimento de atitudes de desmotivação e desânimo, originando uma diminuição dos esforços aplicados na procura de emprego.

A procura de emprego efetua-se através do contacto direto com as empresas, resposta a anúncios via telefone, envio de currículos por email, para os quais não obtêm nenhuma resposta e ainda, deslocações para entrevistas de emprego as quais, não se concretizam em contratações. O envio constante de currículos sem obter qualquer tipo de resposta e a

promessa das entidades empregadoras contactarem após a realização da entrevista e esse contacto não se efetivar, ficando o desempregado a aguardar, desencadeia um processo de desmotivação e de desânimo que compromete a continuação da procura de emprego.

“Procuro mas, já chega a um ponto que dá para baixar os braços, (...), uma pessoa vai procurar trabalho, pronto é marcada uma entrevista, passa uma semana passa duas nem um telefonema, olhe não foi aceite foi aceite, nada, (...) não dizem nada (...)” (Ent.1)

“...envio currículos mas até agora nada...” (Ent. 2)

“Eu até desanimo, não tenho respostas nenhuma, vou a algumas entrevistas e depois dizem, que ligam e nada, espero, espero e nada, eles gozam com as pessoas que querem emprego...” (Ent. 3)

“Sim respondo, mas praticamente a resposta é sempre a mesma, ligamos para si se for selecionado, basicamente é isso. E raramente me dizem alguma coisa depois.” (Ent. 5)

“estou sem expectativa nenhuma, a gente procura mas leva sempre o não, não tenho esperança nenhuma de arranjar em qualquer lado...” (Ent. 9)

A escassez de ofertas de emprego é outro dos aspetos mencionados pelos nossos entrevistados no decorrer das entrevistas. A falta de ofertas de trabalho é uma realidade patente no dia a dia dos desempregados, o mercado de trabalho não tem capacidade para absorver a grande massa de indivíduos desempregados, sendo que, muitas vezes, quando os indivíduos respondem a uma oferta de emprego o lugar outrora disponível já se encontra ocupado.

“... quando aparece eu respondo, eu vou logo mas...quase sempre está ocupado (...)” (Ent. 7)

“...não vejo assim grande...grande oferta de emprego, não se vê como se via antigamente” (Ent. 2)

Relativamente às dificuldades sentidas no momento da procura de emprego, os nossos entrevistados salientam diversos aspetos, como a falta de experiência profissional, a baixa escolaridade, a escassez de ofertas de emprego, o desconhecimento de como se constroem técnicas de procura de emprego (currículos), a aparência física, a concorrência entre indivíduos pela busca de um lugar e por fim, a dificuldade que se destaca em todas as entrevistas diz respeito à idade, sendo esta a maior dificuldade para a reinserção no mercado

de trabalho, isto porque segundo as palavras de um entrevistado as entidades empregadoras consideram um indivíduo com 30 anos uma pessoa velha para trabalhar.

“ (...) eu acho que é a idade (...) a todas as entrevistas que eu vou a primeira coisa que pergunta é a idade e eu disse 28 e eles ahhh até aos 30, dos 30 para cima já me consideram velho para trabalhar (...)” (Ent.1)

“... as ofertas têm que ter muita experiência e eu não tenho aquela experiência...” (Ent. 2)

“ (...)eu ligo diretamente às empresas, não sei fazer currículos (...)”
(Ent. 3)

“A dificuldade (...) é a escolaridade... talvez... esteja um bocadinho limitada por causa disso e não encontrar emprego dentro da minha área também.”; “...dizem logo que não tenho hipóteses, perguntam se eu tenho o 9º, eu digo que não (...)” (Ent. 4)

“ (...) a maior dificuldade (...) quando vou a uma entrevista (...) é ter de competir com os que estão comigo (...) costuma ser muita gente e é sempre difícil nós no meio de tantos sermos os melhores...” (Ent. 5)

“...Ui imensas, (...) a boa aparência (...) é muito difícil para quem realmente quer trabalhar só que não vai com o cabelinho pintado ou esticadinho ou com os olhos pintados, já não serve...” (Ent. 6)

“...as dificuldades é (...) a idade se até para fazer os carimbos (...) recusam-se...” (Ent. 8)

Apesar das dificuldades sentidas na procura de emprego, os nossos entrevistados esforçam-se para colmatar alguns dos *handicaps* que se impõe como limitação à sua reinserção profissional. Desta forma, a frequência de ações de formação, nomeadamente cursos EFA ou CEF são uma prática acionada pelos nossos entrevistados para combater um dos fortes *handicaps* que se impõe à sua reintegração profissional, a baixa escolaridade.

Para alguns dos entrevistados a frequência de ações de formação é colocada de parte salientando, que a prioridade é arranjar um emprego, pese embora o facto de não descartarem que o investimento em formação poderia permitir um melhor acesso ao mercado de trabalho, mas, neste momento, a frequência de formação não se revela uma opção, a prioridade é conseguir um emprego. Todavia, não devemos esquecer que alguns dos entrevistados não acreditam nos potenciais de integração impulsionados pelo investimento em formação,

afirmando que esta não terá qualquer fruto, sendo a sua frequência encarada como uma perda de tempo.

“Não costumo frequentar formação (...) não tenho paciência neste momento para isso(...)o que me preocupa mais é arranjar trabalho...” (Ent. 1)

“Não isso não eu quero é trabalhar, agora formação isso não é para mim não tenho paciência para isso...” (Ent. 3)

“Formações por aquilo que me informei não dão em nada, para que é que eu vou ‘tar a gastar o meu tempo se posso andar à procura de trabalho (...) neste momento é a minha prioridade não é a formação (...)” (Ent. 6)

A baixa escolaridade é um dos entraves que dificulta a inserção profissional dos nossos entrevistados. Neste sentido, ao longo da sua vida, alguns deles sentiram a necessidade de frequentar cursos de formação que permitissem combater esta vulnerabilidade, com vista a aumentar a sua escolaridade.

“...andei a tirar um curso de 50 horas de computadores (...) andei a tirar um curso de longa duração um EFA de cozinha, tirar o 9º ano, (...) andei na cruz vermelha a tirar o 6º ano, (...) depois disso já tirei um de 50 horas de (...) auxiliar de educação (...)” (Ent. 2)

“Andei a tirar a 4ª classe, num curso de alfabetização (...)” (Ent. 4)

O facto de se encontrarem numa situação de desemprego e não conseguirem perspetivar uma integração profissional impulsionou os nossos entrevistados a frequentar ações de formação, nomeadamente Unidades de Formação de Curta Duração, como forma de evitar o isolamento social, definir rotinas e manter uma ocupação evitando situações de desmotivação e frustração.

“...por enquanto encontro-me a fazer formações enquanto não aparece alguma coisa, (...) pelo menos estou ocupada.” (Ent. 7)

“...já fiz vários cursos na área da geriatria, já fiz de informática, fiz 3 ou 4 de geriatria e agora estou à espera que apareça mais.” (Ent. 9)

A frequência de formação por parte dos indivíduos desempregados pode ser impulsionada por diversas razões. Para além de permitir atenuar um dos principais *handicaps* que afeta esta população, a baixa escolaridade, as principais razões apontadas pelos nossos entrevistados prendem-se com o gosto por aprender e aumentar os conhecimentos em

determinadas áreas, mas principalmente com a necessidade de obterem uma ocupação, de forma a evitar o isolamento social que se apresenta como uma realidade que os afeta, uma vez que se deparam com uma fragilização dos seus suportes de sociabilidade, devido à quebra de rotinas e ao afastamento das relações sociais impulsionadas pelas relações de trabalho. Deste modo, a frequência de ações de formação permite a ativação das rotinas diárias, impulsiona a existência de uma ocupação e a manutenção das relações sociais, enquanto o indivíduo não encontra hipóteses para retornar ao mercado de trabalho.

“O que me levou... é não ter que fazer e não ver perspectivas de... trabalho e quer-se dizer para não estar...para não estar tão frustrada em casa e obrigar-me a sair de casa ...” (Ent. 2)

“...o gosto por aprender, o gosto de estar ocupada porque não estou a trabalhar (...) para me sentir ocupada...” (Ent. 7)

“Passar tempo e ter algum conhecimento...” (Ent. 8)

“... por estar em casa porque uma pessoa que está habituada a trabalhar toda a vida e agora está metida em casa, a gente assim vai e aprende sempre qualquer coisa e ajuda-nos a passar o tempo.” (Ent. 9)

No que diz respeito ao impacto da formação na reinserção profissional dos entrevistados denotamos que estas apenas serviram para aumentar conhecimentos e colmatar as vulnerabilidades ao nível da formação, não se materializando na inserção profissional nas áreas de formação. No entanto, em alguns casos, existe uma perspetiva de que no futuro a aposta na formação dará os seus frutos, uma vez terminadas as formações, os entrevistados sentem-se capazes de desenvolver uma atividade profissional nessas áreas.

“Em nada porque uma pessoa não arranja emprego, não se vê emprego (...) mesmo com as formações (...) embora ajude, era bom que uma pessoa mal acabasse o curso tivesse logo emprego (...)” (Ent. 2)

“Neste momento nada, (...) ainda não consegui nada, mas acho que tem sido bom porque eu tenho aprendido muito e acho que se começar a fazer um trabalho na área daquilo que tenho tido acho que vou ter bom êxito.” (Ent. 7)

“Para já nada. Eu aqui há uns anos quando estive desempregada também estive a fazer um curso de assistente à infância (...) na altura enviei para aí 30 currículos (...) e não obtive resposta de nenhum, por isso não tenho fé que desta vez seja diferente...” (Ent. 9)

Posto isto, podemos referir que a frequência de formação por parte dos nossos entrevistados tem como objetivo combater um dos *handicaps* que dificultam a procura ativa de emprego, nomeadamente a baixa escolaridade, e combater algumas consequências psicossociais despoletadas pela situação de desemprego, nomeadamente as questões da desmotivação, da quebra de autoestima e o isolamento social, isto porque os indivíduos ao frequentarem as ações de formação sentem-se mais motivados, têm uma ocupação, são-lhes impostas rotinas e retomam as suas redes de sociabilidades.

Apesar destes aspetos positivos apontados à frequência da formação, não podemos esquecer que os seus impactos em termos de reinserção profissional não se fazem sentir no momento do término das formações, isto porque os utentes não conseguem encontrar um posto de trabalho na área da sua formação, assistindo-se à implementação de lógicas de “carrossel” onde, no final das formações, os indivíduos voltam a retomar o processo inicial, inscrever-se noutra formação.

Como foi possível ver anteriormente, os nossos entrevistados realizam uma procura de emprego assente numa estratégia autónoma, através dos jornais, da internet, da deslocação às entidades empregadoras e ainda, de forma apoiada recorrendo aos serviços disponibilizados pelo GIP.

Em termos de serviços mais utilizados no GIP, os utentes revelam que recorrem ao serviço, principalmente, para consultar ofertas de emprego e ter apoio no envio de candidaturas espontâneas. Contudo, existem outros serviços que são solicitados pelos nossos utentes como a inscrição em formação, inscrição em programas que facilitem a reintegração profissional como é o caso dos CEI. Recorrendo aos registos de observação²⁸ podemos ainda acrescentar que os utentes do GIP recorrem ao serviço para esclarecer dúvidas relativas aos subsídios, às apresentações quinzenais e ainda, solicitar a emissão de declarações para os mais variados efeitos evitando o deslocamento ao Centro de Emprego.

“...os serviços que eu utilizo aqui... é ver as ofertas de emprego, tento responder a todas que estão dentro dos meus parâmetros e também...quero acompanhar o programa CEI +, para ver se há mais ofertas se eu posso concorrer, para abrir mais opções.” (Ent. 5)

“ (...) informações sobre o subsídio, venho cá consultar as ofertas de emprego (...) e inscrever-me em formação.” (Ent. 7)

²⁸ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Atividades desenvolvidas), p.133

“(...) a doutora todos os 15 dias mostra-nos as ofertas que tem e manda os currículos, já tenho-me inscrito em formação também...” (Ent. 9)

Neste sentido, podemos referir que o GIP desempenha um importante papel no apoio à procura ativa de emprego, disponibilizando um conjunto de serviços imprescindíveis como a afixação de ofertas de emprego, apoio à construção de técnicas de procura de emprego (currículos, candidaturas espontâneas), esclarecimento de dúvidas sobre diversas questões, disponibilização de informações acerca das medidas disponíveis de apoio à contratação e encaminhamento dos utentes para ações de formação, sendo um serviço que atua em proximidade com a população, não obrigando os desempregados a deslocarem-se ao Centro de Emprego sempre que necessitam de resolver alguma destas questões.

“É um trabalho interessante, é bom eles terem aqui as ofertas, assim não preciso de ir ao centro de emprego, é mais perto vir aqui (...) também para o esclarecimento de dúvidas.” (Ent. 3)

“... eu acho que foi a melhor coisa que apareceu, para mim foi prontos pelo menos ajuda melhor a pessoa para conseguir arranjar um emprego, muitas as vezes não se consegue porque é as próprias empresas que não recebem as pessoas, umas é porque a idade é muita, prontos ...mas acho que se empenham muito bem em nos ajudar...” (Ent. 7)

“acho importante porque assim temos onde procurar e é uma ajuda para a gente se mexer não é, porque a gente em casa sozinha não se desenrasca...” (Ent. 9)

Um outro aspeto mencionado pelos nossos entrevistados, relativamente à importância do serviço, diz respeito ao papel do GIP como meio de combate ao isolamento social, uma vez que alguns dos utentes recorrem ao serviço como forma de manter as suas redes de sociabilidade e sair um pouco de casa.

“Eu também venho ao GIP para socializar, para sair um bocado de casa e vir conversar um bocadinho.” (Ent. 5)

Apesar do importante papel desempenhado pelo GIP no apoio aos indivíduos desempregados, devemos salientar, uma vez mais, a ausência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados.

No GIP, o processo de ativação dos utentes é desenvolvido apenas na vertente do emprego, desenvolvendo-se ações que atenuem os *handicaps* relacionados com esta dimensão, nomeadamente ao nível da educação e do apoio à procura de emprego.

Assumindo que o desemprego se constitui como um fenómeno multidimensional, que despoleta na vida dos sujeitos um conjunto de impactos nos mais diversos níveis (emocional, financeiro, social, familiar, etc), a construção de estratégias de atuação deveria ter em conta a multiplicidade de necessidades que se colocam a estes indivíduos, desenvolvendo-se um processo de ativação que atenda à multidimensionalidade do fenómeno, acionando, para tal, uma estratégia que envolva uma articulação entre os técnicos dos diversos serviços com vista à resolução ou atenuação dos principais problemas que se colocam à plena inserção desta população.

No fim deste primeiro ponto, que aborda as questões das práticas acionadas pelos entrevistados para retornar ao mercado de trabalho, podemos tecer algumas conclusões.

No que diz respeito ao percurso profissional dos nossos inquiridos, este é caracterizado pela existência de longas carreiras profissionais desenvolvidas na mesma área, tendo este sido iniciado numa idade precoce.

Após o despedimento, relacionado com o fim do período de contrato e com a deslocalização das empresas, os nossos entrevistados vivenciaram um retorno ao mercado de trabalho definido por lógicas de precariedade, impulsionadas pela frequência de trabalhos temporários, aspeto que não confere estabilidade ao indivíduo.

As práticas acionadas para o retorno ao mercado de trabalho exprimem uma procura ativa de emprego realizada de forma autónoma e apoiada no GIP, sendo caracterizada pelo envio de currículos sem qualquer resposta, o que impulsiona o surgimento de situações de desmotivação e desânimo, aspeto que se repercute na quebra do investimento na procura de emprego.

O retorno ao mercado de trabalho apresenta-se como a grande prioridade dos nossos entrevistados, mesmo que esse aspeto implique a alteração das condições mínimas de acesso ao emprego (procura fora de área de residência e noutras áreas profissionais) ou a suspensão do Subsídio de Desemprego (sempre dependendo do montante salarial a auferir). Não esquecendo que os indivíduos que se encontram à procura de emprego há um longo período de tempo são mais permeáveis a aceitar qualquer condição para retornar o mais rápido possível ao mercado de trabalho.

Devemos ainda referir que, os nossos entrevistados possuem algumas características que dificultam a sua reentrada no mercado de trabalho, como é o caso da baixa escolaridade e

serem indivíduos em plena idade ativa. No entanto, não devemos esquecer que a falta de ofertas de emprego é um dos aspetos mais evidenciados, demonstrando o carácter estrutural do desemprego no nosso país, uma vez que o mercado de trabalho não possui capacidade para absorver a grande parte dos indivíduos que se encontram numa situação de desemprego.

Por fim, não devemos esquecer que o GIP desempenha um papel importante no apoio aos indivíduos desempregados, no entanto, a sua atuação caracteriza-se pela ausência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados, aspeto que dificulta a concretização de processos de ativação que atenuem a diversidade de *handicaps* que afetam esta população.

2.2 O desemprego e os impactos psicossociais

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho é um elemento fulcral na vida do indivíduo desempenhando um conjunto de funções para a sua estruturação, entre as quais destacamos a função económica, que permite a sobrevivência do sujeito e a realização de trocas com a sociedade, a criação de rotinas, uma vez que permite ao indivíduo estruturar o seu tempo, permite a criação de relações interpessoais e por fim, constitui um elemento fundamental para a construção da identidade. Um indivíduo que se encontre em situação de desemprego assiste a uma privação das funções exercidas pelo trabalho, desencadeando-se um processo de desvalorização social marcado pela perda de prestígio social, instabilidade, diminuição da confiança, desmoralização, sentimento de inferioridade e isolamento social.

O guião de estruturação das entrevistas apresentava uma categoria composta por questões direcionadas para a desestruturação psicológica provocada pela situação de desemprego. Neste ponto, aferimos qual a reação dos entrevistados face à perda de emprego e podemos referir que, apesar de para alguns dos nossos entrevistados a situação de desemprego ser uma realidade esperada, o impacto com a realidade vivida no mercado de trabalho (falta de ofertas de emprego) transformou a situação num processo doloroso. Posto isto, o impacto com a situação de desemprego caracteriza-se como um processo doloroso, vivenciado com uma enorme tristeza devido à desestruturação temporal e quebra das rotinas diárias.

“Eu já estava à espera, não havia trabalho, (...). Quando vim para o fundo de desemprego vim naturalmente (...), pensei que arranja-se trabalho mas,... depois de estar no fundo de desemprego, agora é que se vê qual é a situação do país, (...)” (Ent.1)

“(...) foi uma tristeza uma angústia muito grande, porque já viu uma pessoa estar habituada àquele ritmo de vida e de um momento para o outro (...) senti-me desamparada mesmo.” (Ent. 2)

“Ao início foi muito mau eu nem queria acreditar, depois de 30 anos a trabalhar (...) e vir assim embora foi um choque muito grande, porque eu estava habituado a trabalhar e a ter as minhas rotinas e de um momento para o outro vi-me desamparado, foi horrível. Fiquei muito em baixo, a minha autoestima foi ao fundo mesmo. Agora tenho andado à procura e não aparece nada uma pessoa tem vontade de desistir (...)” (Ent. 3)

“Ai chorei, eu chorei tanto (...) foi um choque (...) é complicado é muito complicado. Ver-se assim de repente sem fazer nada (...) ainda hoje não acredito custa-me...” (Ent. 6)

A situação de desemprego é vivenciada pelos indivíduos como uma situação penosa, acarretando o surgimento de um conjunto de sentimentos como a humilhação, instabilidade e a tristeza, que originam uma crise de identidade.

O trabalho ocupa um lugar central na construção da nossa identidade, sendo que a perda de emprego e as baixas perspetivas de retorno ao mercado de trabalho, apesar dos esforços acionados para tal, provocam o surgimento de questões como a frustração, a desmotivação, o desânimo e o desencorajamento, impulsionando uma diminuição das ações desenvolvidas para a reintegração no mercado de trabalho.

“Desanimada, senti-me no fundo do poço, fiquei mesmo muito em baixo. Estava habituada a sair de manhã, a sair às 7 da manhã (...) e estou desanimada, custou-me muito, muito...” (Ent. 4)

“Eu quando fiquei desempregado, (...) estava com esperança, como tinha muita experiência na restauração conseguiria facilmente encontrar alguma coisa, mas não consegui, (...) andava diariamente a ver o jornal (...) aí senti-me frustrado e triste também.” (Ent. 5)

“Desanimei, disse para mim acabou! Fiquei com a certeza que nunca mais na vida ia arranjar emprego e é o que está a acontecer porque nunca recebi resposta de lado nenhum...” (Ent. 9)

A falta de expectativas de retorno ao mercado de trabalho e a permanência duradoura na situação de desemprego pode desencadear um conjunto de consequências avassaladoras como é o caso do “desemprego desencorajado” em que vendo as suas ações para retornar ao mercado de trabalho fracassadas, o indivíduo desiste de encontrar uma ocupação profissional

ou ainda, situações limite de potencial suicídio como podemos comprovar através da citação abaixo transcrita.

“...uma colega nossa, (...) viu que não tinha perspectivas de vida (...) o fundo de desemprego dela estava-se a acabar e ela então disse: “se entretanto eu não arranjar trabalho, dou cabo da minha vida” e é que fez mesmo isso (...) subiu a um 6º andar (...) e atirou-se lá baixo...” (Ent. 2)

O trabalho é encarado pela sociedade como o elemento base para a integração social, uma vez que oferece ao indivíduo um sentimento de pertença, estrutura a sua vida quotidiana, revelando-se uma fonte de identidade, reconhecimento, valor e dignidade. Ao depararem-se com a situação de desemprego, os indivíduos assistem à degradação do seu estatuto social e consequentemente, à detioração da sua identidade, diminuindo a imagem que têm de si (autoestima) e o seu valor para os outros, surgindo um conjunto de sentimentos como a humilhação, inutilidade, culpabilização, entre outros.

Com a aplicação das entrevistas foi possível verificar que a situação de desemprego acarretou um conjunto de impactos psicossociais, que se agravam com a permanência dos indivíduos na situação de desemprego e pela não concretização de um emprego, apesar dos muitos esforços acionados para retornar ao mercado de trabalho. Do conjunto de consequências psicossociais apresentadas pelos nossos entrevistados destacámos as seguintes: a tristeza, a angústia face ao futuro, o stress, a depressão, a queda da autoestima, o desespero, a desmotivação, o desânimo, as fracas perspectivas futuras em termos de emprego, o sentimento de inutilidade e a insegurança.

“...neste momento sinto-me uma pessoa muito desanimada, revoltada e muito nervosa, porque quero arranjar trabalho e não consigo (...) uma pessoa começa a chegar a um ponto começa a pensar: será que eu já não sou útil para trabalhar?, com a idade que tenho?, mas o mais revoltante é que eu quero trabalhar e não me dão trabalho (...)” (Ent.1)

“... sinto-me uma pessoa (...) abandonada (...) é muito angustiante uma pessoa ver-se assim...muito desmotivada às vezes não me apetece sair de casa e não falar com ninguém (...). Tenho a autoestima muito em baixo (...) sinto-me muito angustiada.” (Ent. 2)

“Fiquei muito desanimado e desesperado porque estava habituado a trabalhar, comecei a ficar angustiado sem saber o que fazer (...) sinto-me desmotivado e desanimado (...) procuro e não aparece nada (...) sinto-me muito angustiado e inseguro porque não sei o futuro.” (Ent. 3)

As questões do desânimo e da desmotivação são uma realidade que afeta os nossos entrevistados devido ao fracasso do esforço acionado na procura de emprego. Os nossos entrevistados revelam uma enorme vontade de se manterem ativos e ocupados, sendo que, para tal, frequentam formações para se sentirem realizados, uma vez que não possuem nenhuma atividade profissional.

“... sinto-me é com ansiedade de me ocupar (...) eu quero estar num sítio onde me sinta realizada (...)” (Ent. 7)

“fiquei desanimada e como me meti nos cursos isso levou-me a sair de casa e conviver com as pessoas ... e isso aí fez-me esquecer o resto, porque senão entrava em parafuso.” (Ent. 8)

Neste sentido, podemos referir que a frequência de ações de formação permite atenuar o aparecimento das consequências psicossociais como as questões da desmotivação, os sentimentos de inutilidade e o isolamento social, porque permitem ao indivíduo ter uma ocupação, criar rotinas e sentir-se útil.

Ainda relativamente a este ponto, e recorrendo às observações²⁹ realizadas, podemos referir que os indivíduos atribuem uma enorme importância ao facto de terem um emprego, sendo, a necessidade de ter uma ocupação mais relevante do que o próprio salário.

Apesar dos sentimentos de desmotivação, desânimo, inutilidade e baixa autoestima imperarem no seio da nossa população assistimos a uma continuação da procura de emprego, embora essa procura não se revele tão ativa nos desempregados de longa duração.

2.3 Retrato dos impactos do desemprego na família e nas sociabilidades

A situação de desemprego acarreta um conjunto de consequências a diferentes níveis da vida dos indivíduos, nomeadamente a nível individual, social e grupal.

Neste ponto serão apresentadas as principais consequências vivenciadas pelos nossos entrevistados quer ao nível da família, que no campo das suas relações sociais.

A nível familiar, a situação de desemprego despoleta o surgimento de diversos impactos que abarcam questões como a degradação do nível de vida, fruto da perda de remuneração, a diminuição das despesas, a desorganização dos laços familiares e ainda, o surgimento de relações conflituosas, aspetos que pode culminar num processo de

²⁹ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Dinâmicas Psicossociais), p.133

desestruturação familiar caracterizado pelo enfraquecimento ou, até mesmo, pela rutura dos laços afetivos entre os membros de um agregado familiar.

Num primeiro momento, questionámos os nossos entrevistados acerca da sua principal fonte de rendimento, sendo que na maior parte dos casos o rendimento provém do Subsídio de Desemprego, existindo alguns indivíduos que não auferem qualquer tipo de prestação social, sendo a sua sobrevivência assegurada pelo rendimento do cônjuge. Em termos de rendimento denotámos que as famílias dos nossos entrevistados vivenciam situações de graves dificuldades económicas, produto do baixo valor dos subsídios ou da sua inexistência.

“o ordenado da minha mulher juntamente com o que eu ganho no fundo de desemprego.” (Ent.1)

“A minha principal fonte de rendimento é o subsídio de desemprego (...)” (Ent. 2)

“...não recebo desde novembro (...) sobrevivo com o ordenado do meu marido que está muito, muito apertadinho (...)” (Ent. 4)

“Nenhuma é o meu marido a trabalhar só, a trabalhar e mal porque ele trabalha na construção civil (...) e então a firma está mesmo muito, muito mal (...) vivo só com o ordenado do meu marido.” (Ent. 7)

Pese embora, o baixo valor das prestações sociais auferidas estas continuam a ser a única forma de sustento de alguns agregados, revelando-se o apoio mais importante para os indivíduos que se encontram numa situação de desemprego.

A entrada na situação de desemprego provoca alterações na forma como os agregados gerem o seu rendimento. Os baixos montantes das prestações sociais colocam os agregados em graves dificuldades financeiras, permitindo-lhes apenas colmatar as despesas básicas para a sua sobrevivência. Neste sentido, podemos referir que os indivíduos desempregados veem-se obrigados a desenvolver uma gestão rigorosa do seu rendimento e a reduzir algumas das suas práticas quotidianas.

“(...) agora com o fundo de desemprego não chega para eu pagar as minhas despesas, a minha casa , água, luz, condomínio tenho filhos não chega, ou há de ser para comer ou para pagar as despesas e estou a ficar com dificuldades na minha vida financeira...” (Entr.1)

“... já ganhei mais do que o que ganho agora, já levei uma vida muito mais equilibrada do que o que levo agora, porque... o dinheiro que a gente ganha não dá para...para ir a um café, não dá para uma pessoa andar a sair

de casa, andar em passeios nem nada, não dá para nada... é só mesmo para levar a vida equilibrada, (...) não é fácil viver com 300 euros (...) (Ent. 2)

“... o dinheiro não chega quase para nada, eu a trabalhar (...) tinha uma via mais equilibrada agora com o que ganho pelo fundo de desemprego é só para as despesas... o subsídio é só para a casa e para o carro, o da minha mulher é para o resto das despesas mais nada, alimentação.” (Ent. 3)

“É muito apertadinho (...) eu chego a meio do mês não tenho 1 cêntimo (...)” (Ent. 4)

“Agora já não vou comer fora, ir ao cinema, essas coisas acabaram-se o dinheiro é mesmo só para as despesas necessárias e mais nada...” (Ent.9)

Com o intuito de colmatar as dificuldades económicas, alguns entrevistados revelam que recorrem à economia informal desenvolvendo os designados “biscates” para fazer face aos baixos montantes do rendimento familiar e cobrir algumas das despesas básicas.

“Ficou tudo mais apertado, tenho de contar os tostões todos (...) não tenho tanto poder de compra (...) e o que eu tenho é dos pequenos biscates que eu faço (...)” (Ent. 5)

“O meu marido está desempregado há muito tempo (...) faz umas biscatadas aqui e ali e o que vier prontos já ajuda.” (Ent. 6)

As graves dificuldades económicas vivenciadas pelos agregados familiares impulsionaram o recurso a outro tipo apoios sociais como é o caso das ajudas alimentares e a comparticipação da renda da habitação.

“... difícil (...) já tive de pedir ajuda para a alimentação e para a renda da casa, estou á espera de resposta (...) até lá (...) tenho ajuda da minha família (...)” (Ent. 6)

O recurso aos apoios sociais revela-se uma necessidade, que deriva da falta de rendimento dos agregados para colmatar todas as despesas e garantir a sua sobrevivência.

Para os indivíduos que não auferem qualquer tipo de prestação social de desemprego as dificuldades económicas são ainda mais evidentes, sendo a sua sobrevivência assegurada pelo rendimento do cônjuge.

Com o decorrer das entrevistas foi possível denotar que apesar da necessidade de recorrer a outro tipo de ajudas sociais, alguns dos nossos entrevistados sentem vergonha de

efetivar esse pedido como é o caso da entrevistada nº 7 que afirma preferir passar fome do que pedir o RSI, considerando ter capacidade para garantir o seu sustento.

“...e eu também sou franca tenho vergonha de pedir, às vezes as doutoras dizem para pedir ajuda o RSI, mas eu não sou capaz porque acho que é uma coisa que não me pertence, não sou capaz é isso e viver de esmola não é comigo...eu tenho vergonha disso não consigo (...) porque eu acho que tenho o direito de me defender com os meus próprios meios...” (Ent. 7)

Uma outra consequência impulsionada pela situação de desemprego diz respeito ao surgimento de relações conflituosas entre os cônjuges. O agravamento da situação financeira, devido à queda dos rendimentos, origina tensões no seio das relações familiares, estas saem prejudicadas pela ocorrência de um maior número de discussões.

“...a nível da relação familiar passei uma fase má com a minha mulher porque estou no fundo de desemprego e as despesas aparecem e as contas para pagar e o dinheiro que uma pessoa ganha no fundo de desemprego não chega e depois há sempre discussões...” (Ent.1)

“Ao início foi um bocado complicado, porque eu estava habituado a trabalhar e quando fiquei sem trabalho, estar sempre em casa foi muito complicado... discutia muito com a minha mulher, (...)” (Ent. 3)

“...tinha muitas discussões com a minha ex-namorada (...) tudo por causa do desemprego.” (Ent. 5)

O agravamento das discussões no seio de um agregado familiar pode provocar a degradação dos laços familiares e, em último caso, a desestruturação.

“(...) Fui expulso de casa... por isso é que agora estou a viver sozinho, (...) foi a principal consequência do desemprego (...)” (Ent. 5)

Apesar das consequências negativas apresentadas anteriormente, a família continua a desempenhar um papel importante no apoio aos seus membros que se encontram numa situação de desemprego, prestando um importante auxílio na procura ativa de emprego, aspeto que pode ser comprovado pelas observações³⁰ e pelas entrevistas realizadas.

“A minha filha manda-me (...) os currículos e também preocupa-se comigo...” (Ent. 2)

³⁰ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Apoio familiar), p.133

Apesar de a família constituir uma fonte de apoio na situação de desemprego, por vezes exerce pressão para que o indivíduo retorne o mais rápido possível ao mercado de trabalho. Esta situação ocorre com maior frequência no início da situação de desemprego e agrava-se com o surgimento das dificuldades económicas.

“Sim, às vezes faz pressão (...) porque...até eu próprio não posso condená-la porque sente-se um bocado aflita a trabalhar e (...) vê as coisas a aparecer e sabe que o dinheiro não chega para pagar as contas, (...) ela sabe que eu procuro mas não tenho sucesso (...)” (Ent.1)

“Ao início fazia mais pressão porque não estavam habituados a ver-me em casa, mas agora já é normal e sabem como o país está (...)” (Ent. 3)

No final deste ponto, onde foram abordadas as principais consequências do desemprego sentidas pelos nossos entrevistados no seio dos seus agregados familiares, podemos referir que a situação de desemprego impulsiona o surgimento de um conjunto de impactos familiares que derivam, sobretudo, da quebra dos rendimentos, entre os quais destacamos, o agravamento das discussões familiares, a desestruturação dos laços familiares, o surgimento de dificuldades económicas, a quebra das práticas quotidianas, o exercício de uma gestão mais rigorosa dos rendimentos, o recurso a apoios sociais e o exercício de pressão para o retorno ao mercado de trabalho. Apesar deste conjunto de consequências negativas, não podemos deixar de salientar o importante papel que a família desempenha no apoio aos seus membros desempregados quer ao nível do auxílio na procura de emprego, quer ao nível material, financeiro e emocional.

Depois de abordarmos os impactos da situação de desemprego ao nível da família é chegado o momento de analisarmos os seus impactos nas sociabilidades.

O domínio das relações sociais constituiu um elemento fundamental para que o indivíduo se considere incluído na sociedade, destacando-se a importância atribuída às redes de sociabilidade (família, amigos e vizinhos). A rutura com a atividade produtiva pode provocar uma fragilização dos laços sociais e das redes de sociabilidade, culminando numa situação de isolamento social, que constitui uma realidade que afeta os indivíduos que vivenciam uma situação de desemprego.

No caso específico dos nossos entrevistados denotámos que a expulsão dos circuitos produtivos impulsionou o surgimento de situações de isolamento social fruto da vulnerabilização dos laços relacionais e das sociabilidades, aspetos que podem ser comprovados através dos seguintes excertos das entrevistas.

“...Isolo-me mais agora porque não me apetece sair (...) como uma pessoa não tem dinheiro olhe meto-me em casa.” (Ent.2)

“Isolo-me, (...) tenho dias que nem posso ouvir os carros (...) tudo me chateia (...)” (Ent. 6)

“(...) eu sempre me senti uma pessoa muito ativa (...) com o desemprego eu senti uma diferença muito grande...não mantenho as mesmas relações, estou um bocado mais afastada (...) deles prontos, eu comecei a perder amigos (...) isolo-me, isolo-me mais, muito mais (...)” (Ent. 7)

“Não criou relações com ninguém, a única coisa que criou foi eu ficar mais isolada, estou mais em casa, de resto ...” (Ent. 8)

Pese embora, o isolamento social seja uma realidade que afeta os nossos entrevistados, não podemos deixar de salientar que em alguns casos a situação de desemprego não provocou qualquer alteração nas relações sociais dos indivíduos, assistindo-se pelo contrário a uma intensificação das relações sociais.

“(...) as minhas relações continuam a ser as mesmas (...); (...) desde que fui para o fundo de desemprego (...) convivo mais com uma ou outra pessoa que não convivia muito antes ...” (Ent. 1)

“Mantenho as minhas relações (...) continuo a relacionar-me com as pessoas como me costumava relacionar (...); vou mais agora desde que fiquei desempregado tenho mais tempo, ao fim de semana é sempre reunimo-nos todos e falamos um bocadinho.” (Ent.3)

“...As relações com amigos não mudou, continua tudo na mesma. Pelo contrário acho que agora até sou mais sociável, dedico mais tempo às pessoas agora. Tenho mais tempo agora estou desempregado...” (Ent. 5)

Para os nossos entrevistados, a manutenção das redes de sociabilidade (família, amigos e vizinho) são um aspeto importante para os indivíduos que se encontram desempregados. Estas apresentam-se como um fator mediador dos efeitos negativos provocados pelo desemprego, sendo uma fonte de apoio ao bem-estar do indivíduo.

Neste sentido, as redes de sociabilidade constituem um apoio importante para os nossos entrevistados em termos emocionais e no auxílio à procura de emprego, ao mesmo tempo que atenuam os impactos psicossociais derivados da situação de desemprego, como é o caso da queda da autoestima e da desmotivação, prevenindo situações de isolamento social.

“Os meus familiares dão-me muito apoio (...) é muito importante para quem está assim (...) ao sábado à noite é reunião de família (...) tenho uma cunhada (...) que vem todos os dias a minha casa conversar connosco para nós não nos sentirmos sós (...)” (Ent. 6)

“As relações com os outros são muito importantes em qualquer altura, então no desemprego é ainda mais importante para não nos sentirmos desamparados, são muito importantes, tanto a nível psicológico como financeiro...” (Ent. 3)

“... se precisar de alguma coisa... se eles tiverem alguma informação sobre trabalho, (...) eu vou,(...) tenho sempre bons contactos com os amigos e os vizinhos.” (Ent. 4)

“Agora a nível emocional é muito importante o convívio é sempre muito bom, seja com quem for amigos, família...” (Ent. 8)

Quando questionámos os nossos entrevistados sobre o tipo de apoio proveniente das suas redes de sociabilidade contatamos que os familiares, vizinho e amigos são uma importante fonte de suporte emocional, material, financeiro e ainda, auxiliam os indivíduos na procura de emprego, aspetos que podemos constatar através das seguintes citações.

“...a minha mãe ainda me vai ajudando (...) de vez em quando ainda me aparece lá com uma saquita de compras e assim (...); A minha filha manda-me (...) os currículos e também preocupa-se comigo...” (Ent. 2)

“... apoio só recebo da minha família, mais da minha mãe que me (...) trás coisas para comer e assim (...) os amigos é mais para desabafar, é um apoio mais psicológico dão-me força quando estou mais em baixo e dizem para eu não desistir (...)” (Ent. 3)

“Dos amigos não, dos familiares recebo da minha mãe, ela ajuda (...) dá-me coisas, comida (...); Os vizinhos e amigos é só se conhecerem alguém que precise para trabalho.” (Ent. 4)

“Dos familiares, sobretudo alimentos (...) uma palavra amiga (...) os meus familiares é que são os meus verdadeiros amigos (...) angariam sempre roupas para os miúdos...” (Ent. 6)

Posto isto, podemos referir que a existência de redes de sociabilidade fundadas nas relações sociais que se estabelecem ao longo da vida com amigos, vizinhos e familiares constituem um fator determinante na inserção social do indivíduo. Nas situações de

desemprego a existência de fortes redes de sociabilidade assumem uma importância redobrada, uma vez que constituem uma almofada perante as consequências negativas impulsionadas pela vivência do desemprego, como é o caso das questões psicossociais. Perante a vulnerabilização dos laços relacionais e das sociabilidades originadas pela expulsão dos circuitos produtivos, a manutenção das redes de sociabilidade permite combater o isolamento social, realidade que afeta os indivíduos desempregados, e atenuar os impactos emocionais e financeiros, dado que a família e os amigos constituem uma fonte de apoio emocional, material, financeiro, e ainda apoiam na procura de emprego.

Ao longo das páginas anteriores tornou-se visível a importância que o trabalho apresenta nas sociedades contemporâneas, uma vez que constitui uma peça basilar na estruturação da vida dos indivíduos. Neste sentido, a exclusão da esfera produtiva aparece como uma situação penosa que impulsiona o surgimento de sentimentos como humilhação, insegurança, instabilidade, desmotivação, desânimo e desencorajamento, sendo a falta de emprego encarada como uma ameaça à identidade do sujeito.

Com a aplicação das entrevistas foi-nos possível denotar que a falta de emprego constitui a dificuldade prioritária que os entrevistados querem ver resolvida na sua vida.

“(...) dificuldade neste momento é não ter trabalho (...)” (Ent. 1)

“Olhe era poder levar uma vida equilibrada (...). Um emprego faz muita falta...” (Ent. 2)

“Arranjar um emprego, (...) era o que eu queria ...” (Ent. 3)

“Olhe era o trabalho e mais nenhuma, eu queria mesmo era arranjar um emprego...” (Ent. 7)

Em termos de perspetivas futuras é visível a existência de uma falta de perspetivas. Os nossos entrevistados revelam ter um sentimento de incerteza face ao futuro, não possuindo qualquer tipo de perspetivas de retorno ao mercado de trabalho, uma vez que a procura ativa de emprego se caracteriza por uma busca incessante por um posto de trabalho sem esta dar quaisquer frutos. Ainda relativamente a este ponto denota-se que os indivíduos que auferem a prestação social de desemprego perspetivam que o seu final não seja acompanhado pela obtenção de um posto de trabalho, não havendo qualquer hipótese que não seja o recurso ao Subsídio Social de Desemprego ou ao RSI, de forma a garantir a sua sobrevivência, aspeto que pode ser verificado através das observações³¹ realizadas.

³¹ Anexo IX: Grelha de análise das observações (categoria- Usufruto de prestações sociais), p.133

“...sinceramente não tenho...da maneira que a situação do desemprego está (...) eu não estou a ver muitas expectativas para o futuro.” (Ent. 2)

“Neste momento não sei, eu vejo isto tão mau, eu procuro, procuro e não encontro (...). O que eu queria era um emprego mas não sei (...) acho que vai acabar o subsídio de desemprego e eu ainda não vou ter emprego, como isto está, vai ser de certeza...” (Ent. 3)

“... arranjasse trabalho (...) as esperanças estão a ficar muito fraquinhas (...) dá para desanimar um bocado...” (Ent. 4)

“Nenhumas, ... continuar com o desemprego se o governo não mo tirar e meter a pré reforma (...) acho que vou ficar desempregada até acabar o subsídio...” (Ent. 8)

Como forma de conclusão das entrevistas realizadas colocámos ainda como questão o que deveria o Estado fazer para diminuir o fenómeno do desemprego e para ajudar os desempregados. Neste ponto, os nossos entrevistados desenvolveram uma resposta unânime defendendo que o Estado deveria diminuir os impostos, criar mais postos de trabalho e conceder mais apoio aos empresários, que se encontram em dificuldade ou que pretendem abrir novas empresas, de forma a impedir o fecho das empresas ou até mesmo a sua deslocalização.

Relativamente às ajudas aos indivíduos que se encontram desempregados é clara a ideia de que não devem ser feitas tantas alterações aos montantes das políticas sociais, que por si só já apresentam um valor reduzido, colocando em causa a sobrevivência dos indivíduos.

Capítulo V - Reflexões sobre o estágio

1. Recomendações e propostas de intervenção

A realização de um estágio profissional revelou-se uma experiência enriquecedora, permitindo enriquecer o nosso trabalho de investigação e um estabelecer contacto próximo com o papel profissional de um Sociólogo. No seio de uma instituição, um Sociólogo apresenta-se como uma mais-valia devido à sua capacidade de análise das necessidades, participação na definição de estratégias de intervenção e bagagem teórica que possui permitindo-lhes desenvolver um olhar crítico e reflexivo sobre os fenómenos sociais, assim como a utilização de um conjunto de competências e saberes que devem ser mobilizados de acordo com as situações concretas.

A concretização do estágio no GIP da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro permitiu-nos a realização da presente investigação desenvolvendo-se um contacto em proximidade com a realidade em estudo e os seus protagonistas, nos seus contextos de atuação e proporcionou um contacto próximo com o exercício da atividade profissional do Sociólogo e o desenvolvimento de um trabalho articulado com os diversos atores sociais, como o IEFP, os Centros de Formação e outros projetos implementados na freguesia de Oliveira do Douro como é o caso do programa “Escolhas”.

No decorrer do exercício do nosso estágio foram sentidas algumas dificuldades que despoletaram a construção de algumas propostas de intervenção, de forma a melhorar as estratégias de intervenção do GIP no seio da sua população.

Uma das primeiras dificuldades sentidas prende-se com a falta de tempo para proceder a um acompanhamento mais próximo dos utentes e efetivar deslocações para o terreno, de forma a divulgar o serviço do GIP e as medidas de apoio ao emprego junto das empresas e proceder à captação de ofertas de emprego junto das entidades empregadoras. Neste sentido, seria relevante proceder a um reforço técnico constituindo uma equipa de cariz multidisciplinar, com vista ao desenvolvimento de estratégias de atuação multidisciplinares, dado que a atuação do GIP apenas se debruça sobre a vertente do emprego e da formação. E ainda, incentivar a criação de uma maior envolvimento das instituições locais e das empresas com potencial empregador, com o objetivo de numa lógica de parceria serem desenvolvidos projetos que visem a construção de percursos de inserção/reinserção para os desempregados.

Um outro aspeto que merece ser realçado prende-se com o contrato de objetivos assinado entre o GIP e o IEFP onde estão reunidas, em termos quantitativos, as atividades a serem desenvolvidas pelo GIP. Se por um lado, este contrato apresenta um lado positivo

porque permite aos técnicos apostar constantemente no desenvolvimento de estratégias para a inserção /reinserção dos utentes, por outro lado, a existência de objetivos a cumprir apresenta um lado negativo, uma vez que os objetivos são contratualizados em termos quantitativos e podem levar a uma procura exacerbada pela concretização de metas, descoordenando o trabalho dos técnicos e o exercício da verdadeira atividade do GIP. Neste sentido, o ideal seria não existir um rigor tão vincado para o cumprimento dos objetivos em termos quantitativos, mas sim um acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos GIP, nomeadamente ao nível da eficácia das suas ações.

2. Avaliação da prática profissional

A realização de um estágio no GIP permitiu criar um contacto próximo com a realidade em estudo e uma aproximação à atividade profissional de um Sociólogo. Apesar disso, não podemos descorar a importância da manutenção durante o período de estágio de um contacto frequente com o Professor orientador, nomeado pela Faculdade de Letras, para o esclarecimento de dúvidas, debate de questões importantes para o avanço da investigação, definição de estratégias de trabalho e discussão aspetos teóricos e metodológicos.

Nas primeiras semanas, de forma a facilitar a nossa integração na instituição, desempenhamos um papel de observador, com o objetivo de conhecer as dinâmicas de funcionamento institucional. Para combater as primeiras dificuldades sentidas, derivadas do primeiro contacto profissional com a atividade de um Sociólogo, recorremos aos contributos e conselhos apresentados pelos conferencistas das aulas de Práticas Profissionais da Sociologia que nos alertaram para as dificuldades sentidas na entrada para o mercado de trabalho.

A realização do estágio profissional permitiu a aquisição de novos conhecimentos, relacionados com as atividades do GIP e enriquecer competências aprendidas no decorrer da formação académica, nomeadamente as de diagnóstico, análise, planeamento e intervenção, assim como permitiu a aquisição de capacidades para a resolução de problemas emergentes em contexto de estágio, permitindo a construção de um saber profissional assente na autonomia técnica e no sentido de responsabilidade, sem nunca esquecer o acompanhamento e a supervisão da técnica responsável pelo GIP.

Considerações finais

Após o término da nossa investigação é chegado o momento de tecer algumas conclusões, refletindo sobre o trabalho desenvolvido.

Ao longo de todo o relatório, o nosso principal objetivo foi compreender os impactos do desemprego na vida quotidiana e nas dinâmicas institucionais. Para tal, elaboramos um conjunto de objetivos e hipóteses que se definiram como um fio condutor para a investigação.

A concretização dos objetivos propostos só se tornou possível através da realização de um estágio profissional no GIP da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, aspeto que proporcionou uma enorme aproximação à realidade em estudo, permitindo tomar conhecimento acerca do funcionamento institucional e das suas debilidades, assim como contactar com os indivíduos que vivenciam uma situação de desemprego. Posto isto, começaremos por refletir sobre o impacto do desemprego no funcionamento institucional.

Ao nível da intervenção social, as estratégias de atuação requerem o desenvolvimento de uma articulação entre os diferentes parceiros locais, assistindo-se a uma territorialização e descentralização das atuações, outrora desenvolvidas numa lógica de centralização e generalização das respostas a todo o território não atendendo às especificidades locais.

Com a realização do nosso estágio foi possível denotar a existência de enormes debilidades nas intervenções realizadas pelos parceiros locais, assistindo-se a uma falta de articulação entre as instituições da freguesia e entre os serviços a cargo da Junta de Freguesia, ao nível jurídico, da ação social e do emprego, o que se repercute numa ausência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados. Neste sentido, a intervenção institucional deverá debruçar um olhar multidimensional sobre os fenómenos, de forma a proceder a uma organização multidimensional das respostas, atendendo à diversidade de dimensões que devem ser acionadas num processo de ativação, como é o caso das questões emocionais, financeiras, educacionais, familiares, etc.

A escassez de recursos humanos e a obsolescência dos recursos administrativos são outro dos aspetos que dificultam o desenvolvimento de um trabalho institucional assente em lógicas de parceria, isto porque os técnicos encontram-se sobrecarregados a nível burocrático e não possuem tempo para o desenvolvimento de estratégias conjuntas.

Ao nível do funcionamento do IEPF foi possível constatar a existência de um bloqueio institucional nas estratégias de resposta ao desemprego, uma vez que o crescimento avassalador do número de desempregados despoletou o surgimento de uma asfixia institucional e a implementação de atuações excessivamente burocratizadas, isto porque os

técnicos veem-se a braços com a constante inserção de inscrições no sistema e esclarecimento de dúvidas, não possuindo tempo para a criação de estratégias de atuação.

Ao nível das políticas ativas de emprego, como é o caso das políticas de formação e de reinserção profissional, que deveriam despoletar a atenuação do fenómeno do desemprego, assiste-se a um desenquadramento das respostas formativas, uma vez que é notória a descoincidência entre a área de formação e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, não podemos esquecer o importante papel dos CEF's, EFA's e Cursos de Aprendizagem para a atenuação de um dos principais *handicaps* que dificultam a inserção dos desempregados do concelho de Vila Nova de Gaia, a baixa escolaridade. As políticas direcionadas para reinserção profissional, como os Contratos de Emprego Inserção revelam-se uma alternativa que permite contornar os efeitos psicossociais impulsionados pela situação de desemprego, mas caracterizam-se por uma criação de laços ténues com o mercado de trabalho e pelo aproveitamento da mão-de-obra inserida nestes programas, que é utilizada para colmatar necessidades permanentes das instituições, que deveriam obrigar a uma contratação efetiva.

Neste sentido, o IEFP deveria efetuar um controlo minucioso às instituições que aderem a estes programas de inserção, desenvolvendo um processo de diagnóstico, onde fossem tidas em conta as verdadeiras necessidades da instituição em termos de recursos humanos, efetuar uma seleção dos desempregados adequada, em termos de formação e experiência profissional, para suprir essas necessidades, com o intuito de evitar situações de desajustamento da mão-de-obra, e proceder a um acompanhamento regular da instituição e dos desempregados inseridos nestes programa, de forma a incentivar a sua futura contratação.

Em termos das respostas formativas deveríamos assistir à realização de um diagnóstico aos níveis de empregabilidade existente no mercado de trabalho, de forma a apostar nas áreas formativas com maior capacidade de inserção profissional.

Relativamente ao funcionamento do GIP, este constitui um serviço importante no apoio à procura de emprego, no entanto o seu funcionamento institucional é marcado pelo prolongamento do processo de burocratização vigente no IEFP, isto porque os técnicos não dispõem de tempo para o desenvolvimento de estratégias de atuação e para o exercício efetivo de uma das principais funções do GIP, a captação de ofertas de emprego, dado que existe uma preocupação excessiva pela concretização dos objetivos quantitativos impostos pelo IEFP.

A falta de permeabilidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho é observada através do número reduzido de colocações efetivadas pelo serviço, sendo o número de ofertas de emprego reduzidas para a grande malha de indivíduos desempregados. No entanto, não devemos esquecer que não é apenas a falta de ofertas que dificulta o trabalho do

GIP em termos de colocações de utentes no mercado de trabalho, estes reúnem um conjunto de *handicaps* que dificultam a sua inserção, comprovando-se a H2 que afirmava: “Os utentes do GIP deparam-se com um conjunto de dificuldades que complicam a sua reinserção profissional, como é o caso da baixa escolaridade, a idade, a falta de experiência profissional e a escassez de ofertas de emprego”.

Apesar deste facto, devemos salientar a importância do trabalho do GIP. Este serviço é imprescindível para apoiar os utentes no processo de construção de instrumentos preponderantes para a inserção no mercado de trabalho, como são o exemplo das técnicas de procura de emprego *Curriculum Vitae*, Cartas de Apresentação, Candidaturas Espontâneas, no incentivo à frequência de formação profissional com o intuito de atenuar a baixa escolaridade dos utentes e ainda, proporciona um apoio psicológico aos seus utentes. Os aspetos referidos anteriormente permitem comprovar a H3: “O GIP desempenha um papel importante no apoio às práticas desenvolvidas pelos utentes para retornarem ao mercado de trabalho”.

Ainda relativamente ao funcionamento do GIP, devemos salientar a ausência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados, uma vez que a sua atuação apenas se foca na vertente do emprego e não tem em conta a multiplicidade dos impactos que o fenómeno do desemprego despoleta na vida dos sujeitos.

Posto isto, defendemos que o sucesso de um processo de ativação com vista à reinserção de uma população deve ser precedido de um diagnóstico aos projetos de vidas dos indivíduos, de forma a conhecer as suas necessidades e refletir sobre a estratégia mais adequada para colmatar as lacunas, tendo em conta os recursos existente. Neste sentido é indispensável debruçar um olhar multidimensional sobre os fenómenos, com vista detetar a origem dos problemas e os seus impactos nas mais diversas dimensões, para a definição de soluções diversificadas e adequadas a cada sujeito, sendo a variável tempo um dos aspetos menos importantes em todo este processo.

No final deste primeiro conjunto de conclusões relativas aos impactos do desemprego no funcionamento institucional podemos constatar a confirmação da H4: “O funcionamento institucional caracteriza-se pela existência de um bloqueio nas estratégias de combate ao desemprego, aspeto impulsionado pelo excesso de burocratização, pelo número crescente de desempregados, por exigências administrativas impostas aos técnicos e pela falta de articulação das instituições locais”, e pela inexistência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados.

Com o desenvolver da nossa investigação foi possível estabelecer um contacto próximo com os utentes que frequentam o GIP e conhecer os impactos que o desemprego despoletou na sua vida quotidiana.

Apesar dos nossos utentes terem iniciado o seu percurso profissional numa idade precoce e terem desenvolvido longas carreiras profissionais, o desemprego tornou-se uma das realidades presentes no seu percurso profissional, incitado pela falta de trabalho e pela deslocalização das empresas onde trabalhavam.

O caminho percorrido pelos nossos utentes para a reinserção profissional é atravessado pela alternância entre períodos de atividade e inatividade, e por lógicas de precarização das relações de trabalho fruto da frequência rotativa de trabalhos temporários.

A necessidade de retorno ao mercado de trabalho, com o intuito de ter uma ocupação é a prioridade da grande parte dos nossos entrevistados, sendo que estes efetuam uma procura ativa de emprego autonomamente e com o apoio do GIP. No entanto, dessa procura ativa de emprego não se concretizam quaisquer resultados, apesar do contacto constante com as empresas e envio de candidaturas espontâneas, aspeto que provoca o surgimento de um processo de desmotivação e desânimo que incita uma diminuição dos esforços para o retorno ao mercado de trabalho.

Os indivíduos que auferem prestação social de desemprego têm como dever efetuar uma procura ativa de emprego frequente através do recurso aos designados carimbos, processo que se apresenta como uma humilhação para os nossos entrevistados, isto porque se deparam diariamente com recusas e exigências monetárias para a sua aquisição, o que provoca uma desmotivação na continuação da sua procura.

No que respeita, à alteração das condições de acesso ao emprego os nossos entrevistados revelam uma forte vontade de regressar ao mercado de trabalho, mesmo que esse regresso implique ter um emprego fora da área de residência ou noutro ramo profissional, sendo estes aspetos mais vinculados para os indivíduos que se encontram numa situação de desemprego de longa duração, uma vez que apresentam baixas expectativas para retornar ao mercado de trabalho.

A reinserção no mercado de trabalho por parte dos nossos utentes apresenta-se como um processo dificultado pela predominância de um conjunto de *handicaps* que caracterizam os nossos entrevistados, entre os quais destacamos a baixa escolaridade, a falta de experiência profissional, a escassez de ofertas de emprego, a idade, o desconhecimento sobre a construção de técnicas de procura de emprego e a aparência. Estes aspetos impõem-se como obstáculos à inserção profissional dos nossos utentes. A atenuação destes *handicaps* representa um dos

passos importantes para impulsionar a reinserção destes utentes, para tal o GIP encaminha-os para ações de formação com o intuito de colmatar uma das grandes falhas que afeta esta população, a baixa escolaridade.

A falta de perspetivas de um rápido retorno ao mercado de trabalho impulsiona a frequência de formação. No entanto, esta não se assume como a principal prioridade dos nossos utentes, a formação é frequentada por estes com o objetivo de evitar o isolamento social, a desmotivação, definir rotinas e ter uma ocupação, desenvolvendo-se esta atividade a par de uma procura ativa de emprego, confirmando-se a H1: “Os indivíduos ao se encontrarem numa situação de desemprego investem na sua formação e procuram ativamente emprego, com vista a terem uma ocupação e a retornarem rapidamente ao mercado de trabalho”.

O GIP desempenha um papel importante em todo este processo, uma vez que apoia os utentes na procura de emprego (disponibiliza a consulta e encaminha os utentes para ofertas), auxilia na construção de técnicas de procura de emprego (currículos e candidaturas espontâneas), esclarece dúvidas sobre subsídios, medidas ativas de emprego e sobre formação. Todavia, devemos ressaltar mais uma vez a ausência de uma estratégia multidisciplinar no tratamento do desemprego e na abordagem aos desempregados, isto porque a atuação do GIP foca apenas a vertente do emprego descorando a diversidade de dimensões sobre as quais o desemprego despoleta impacto, como a dimensão psicológica, relacional, familiar, económica, etc.

Em termos de impactos psicossociais, o desemprego é vivenciado como uma situação dolorosa impulsionando a diminuição do prestígio social, a instabilidade, a diminuição da confiança, desmoralização, sentimento de inferioridade, isolamento social, tristeza, desestruturação temporal, diminuição das rotinas diárias, humilhação, crise de identidade, baixas perspetivas futuras, desânimo, desencorajamento e diminuição da autoestima, impactos que sofrem um agravamento com a permanência prolongada do indivíduo na situação de desemprego e provocam uma diminuição dos esforços para retornar ao mercado de trabalho, comprovando-se a H5: “As consequências psicossociais do desemprego intensificam-se com o aumento da permanência do indivíduo na situação de desemprego, devido ao fracasso dos esforços acionados para o retorno ao mercado de trabalho”.

Relativamente aos impactos do desemprego ao nível familiar é notória a ocorrência de uma degradação do nível de vida dos nossos utentes, estes veem-se mergulhados em situações de graves dificuldades económicas, originadas pelo corte de remuneração e pelo baixo montante das prestações sociais de desemprego, que impõe a redução das práticas

quotidianas, o recurso a outro tipo de apoios sociais (aspeto encarado como uma vergonha social) e à economia informal (biscates), de forma a fazer face às dificuldades financeiras, confirmando-se a H6.

O agravamento das discussões familiares é outra das consequências impulsionadas pela situação de desemprego, assistindo-se em alguns casos à degradação dos laços familiares e consequente desestruturação familiar. Apesar destes aspetos, a família continua a fornecer um importante apoio aos indivíduos que se encontram numa situação de desemprego, assumindo-se como uma fonte de apoio ao nível material, financeiro e na procura de emprego.

A rutura com a atividade produtiva provoca uma fragilização dos laços sociais e das redes de sociabilidade, provocando o surgimento de situações de isolamento social (H7), pese embora alguns dos nossos entrevistados terem revelado que a situação de desemprego impulsionou uma intensificação das relações.

Numa situação de desemprego a manutenção das redes de sociabilidade (amigos, familiares, vizinhos) constitui um aspeto mediador dos efeitos negativos provocados pela situação de desemprego, uma vez que estes se apresentam como uma fonte de apoio financeiro, material, e emocional, confirmando a hipótese 8 por nós lançada.

Como pudemos ver ao longo das páginas anteriores, o fenómeno do desemprego impulsiona o surgimento de impactos não só na vida quotidiana dos indivíduos, mas também no funcionamento das instituições que trabalham este fenómeno. Com este estudo, tentamos refletir sobre estas questões com o intuito de dar a conhecer esta realidade e possibilitar a abertura de novos horizontes de pesquisa para o desenvolvimento de futuras investigações, funcionando este estudo como complemento a outros já existentes dentro da mesma temática.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de. (coord.) (1995). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Universidade aberta. ISBN 978-972-674-137-4.

ARGOLO, João; ARAÚJO, Maria. (2004). O impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores. *RAC*, vol.8, nº4, pp. 161-182.

BECK, Ulrich. (1998). *La Sociedad del Riesgo: hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. ISBN 84-493-0406-7.

BECK, Ulrich. (2000). *Un nuevo mundo feliz: la precariedade del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. ISBN 84-493-0968-9.

CAPUCHA, Luís. (1998). *Grupos desfavorecidos face ao emprego: tipologia e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa: Observatório do emprego e formação profissional. ISBN 972-732-331-6.

CASTEL, Robert. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat*. Paris: Fayard. ISBN 2-213-59406-6.

CASTEL, Robert. (2003). *L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé*. France: La republique des idees, seuil. ISBN 2-02-062349-8.

CASTEL, Robert. (2009). *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Édition du Seuil. ISBN 78-2-02-051042-4.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, vol.13, nº2, pp. 30-36.

COSTA, Alfredo Bruto da [et al]. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-989-616-253-5.

CRUZ, Marla Gabriela Pereira. (2009). *O impacto do desemprego aos níveis da depressão, auto-estima e desânimo-aprendido estudo comparativo numa amostra de empregos e desempregados*. Porto: Ed. Do Autor. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia do Trabalho e das Organizações.

DEMAZIÈRE, Didier. (2006). *Sociologie des chômeurs*. Paris : Éditions la Découverte. ISBN 2-7071-4892-X.

DIAS, Daniella Alexandra Amaral Sousa. (2010a). *O Desemprego no concelho de Paços de Ferreira*. Porto: Ed. Do Autor. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia.

DIAS, Maria Carolina Carvalho. (2010b). *Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção: trajetórias sociais e processos de inclusão*. Porto: Ed. Do Autor. Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia.

DIOGO, Fernando. (2007). *Pobreza, Trabalho e Identidade*. Lisboa: Celta Editora. ISBN 978-972-774-247-9.

DUARTE, Ana Maria. (1998). Vivências de desemprego e transformações dos modos de vida dos operários mineiros. *Sociologia- Revista da Faculdade de Letras*, vol.8, pp. 247-317.

ESPING-ANDERSEN Gösta. (1999). *Les trois mondes de l'état-providence*. Paris: Presses Universitaires de France. ISBN 2-13-050117-6.

ESTRAMIANA, José Luís Álvaro. (1992). *Desempleo y bienestar psicológico*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A, ISBN 84-323-0747-5.

GONÇALVES, Carlos Manuel. (2005). Evoluções recentes do Desemprego em Portugal. *Sociologia- Revista da Faculdade de Letras*, série I, vol.15, pp.125-164.

GONÇALVES, Carlos Manuel. (2008). Dinâmicas do Mercado de Trabalho na Região Norte. *Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade*. Porto: Faculdade de Letras, pp.1-95.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. (2005). *O inquérito: teoria e prática*, 4º ed. Oeiras: Celta Editora. ISBN:972-774-120-7.

HÉBERT, Michelle Lessard; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-9295-75-1.

IEFP. (2010). Gabinetes de Inserção Profissional: Regulamento. Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

IEFP (2011). Concelhos: Estatísticas mensais. Dezembro de 2011.

IEFP (2012). Situação do mercado de Emprego: Relatório anual 2011. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. ISSN 0874 - 2979.

IEFP (2012). Estatísticas Mensais. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. ISSN: 0873 – 9846.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P (2012). Guia Prático: Subsídio de Desemprego, ISS,I.P.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P (2012). Guia Prático: Subsídio Social de Desemprego, ISS,I.P.

JAHODA, M. (1987). *Empleo y desempleo: un análisis socio-psicológica*. Madrid: Ediciones Morata. ISBN 87-7112-314-2.

KOVÁCS, Ilona. (2005). *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-227-0.

LOISIN, Laurence. (2006). *L’expérience vécue du chômage au Portugal*. Paris: L’Harmattan. ISBN 2-296-01161-6.

MIRANDA, Otília Maria Correia. (2001). *Vulnerabilidade à exclusão social em contexto de precariedade de emprego. Análise dos inscritos na UNIVA da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro*. Porto: Ed. Do Autor. Seminário de investigação: Regionalização e Poder Local- O desenvolvimento democrático.

PAUGAM, Sergem. (1996). *L'exclusion, l'état des savoir*. Paris :La Découverte. ISBN 2-7071-2540-4.

PAUGAM, Sergem. (1991). *La desqualification sociale : essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris : Presses Universitaires de France. ISBN 2-13-043226-3.

PARENTE, Cristina. (2008). Estrutura empresarial: perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra. *Região Norte de Portugal: mudanças e continuidades na contemporaneidade*. Porto: Faculdade de Letras, pp.1-63.

PINHEIRO, Letícia; MONTEIRO, Janine. (2007). Reflectindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol.10, nº2, pp. 35-45.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*, 2.^a ed. revista e aumentada. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-275-1.

REBELO, Glória. (2004). *Flexibilidade e precariedade do trabalho. Análise e diagnóstico*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia. ISBN 972-9119-46-5.

RODRIGUES, Eduardo Vítor. (2008). O desenvolvimento da Região Norte. *Geografia-Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol.2, série II, pp. 169-174.

RODRIGUES, Eduardo Vítor. (2010a). *Escassos Caminhos : os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1056-7.

RODRIGUES, Eduardo Vítor. (2010b). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia*, vol. XX, pp. 191-230.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira da Ciências Sociais*, vol.22, nº 63, pp.153-155.

VALLES, Miguel S. (2002). *Entrevistas cualitativas*. Coleção Cuadernos Metodológicos, nº32. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. ISBN: 84-7476-342-8.

Outras fontes

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL nº 9/2008/A. **D.R. I Série.** Nº 88 (7 Mai. 2008), p. 2498.

DESPACHO CONJUNTO nº 1083/2000. **D.R. II Série.** Nº 268 (20 Nov. 2000), p. 8770-18775.

DESPACHO CONJUNTO nº 453/2004. **D.R. II Série,** Nº 175 (27 Jul. 2004), p. 11296-11307.

PORTARIA nº 817/2007. **D.R. I Série.** Nº 144 (27 Jul. 2007), p. 4823-4831.

PORTARIA nº 230/2008. **D.R. I Série.** Nº 48 (7 Mar. 2008), p. 1456-1470.

PORTARIA nº 1497/2008. **D.R. I Série.** Nº 245 (19 Dez. 2008), p. 8960-8967.

PORTARIA nº 128/2009. **D.R. I Série.** Nº 21 (30 Jan. 2009), p. 645-649.

PORTARIA nº 129/2009. **D.R. I Série.** Nº21 (30 Jan. 2009), p. 649-652.

PORTARIA nº 985/2009. **D.R. I Série.** Nº 172 (4 Set. 2009), p. 5991-5996.

PORTARIA nº 294/2010. **D.R. I Série.** Nº 105 (31 Mai. 2010), p. 1877-1879.

PORTARIA nº 681/2010. **D.R. I Série.** Nº 156 (12 Ago. 2010), p. 3426-3427.

PORTARIA nº 711/2010. **D.R. I Série.** Nº 159 (17 Ago. 2010),p. 3551-3552.

PORTARIA nº 58/2011. **D.R. I Série.** Nº 20 (28 Jan. 2011), p. 595-602.

PORTARIA nº 92/2011. **D.R. I Série.** Nº 41 (28 Fev. 2011), p. 1217-1221.

PORTARIA nº 164/2011. **D.R. I Série.** Nº 76 (18 Abr. 2011), p.2335.

PORTARIA nº 283/2011. **D.R. I Série.** Nº 204 (24 Out. 2011), p. 4695-4712.

PORTARIA nº 45/2012. **D.R. I Série.** Nº 31 (13 Fev. 2012), p. 730-732.

PORTARIA nº 95/2012. **D.R. I Série.** Nº 68 (4 Abr. 2012), p. 1725-1726.

PORTARIA nº 229/2012. **D.R. I Série.** Nº 150 (3 Ago. 2012), p. 4088-4089.

PORTARIA nº 309/2012. **D.R.I Série.** Nº 195 (9 Out. 2012), p. 5607-5608.

PORTARIA nº 3-B/2013. **D.R.I Série.** Nº 3 (4 Jan. 2013), p. 36(5)- 36(9).

PORTARIA nº 65-A/2013. **D.R.I Série.** Nº 31 (13 Fev. 2013), p. 790 (2)-790 (5).

PORTARIA nº 106/2013. **D.R. I Série.** Nº 52 (14 Mar. 2013), p. 1623-1626.

PORTARIA nº 120/2013. **D.R.I Série.** Nº 60 (26 Mar. 2013), p. 1870-1876.

Recursos eletrónicos

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> [consultado em 11 de março de 2013].

http://www.iefp.pt/apoios/entidades_sem_fins_lucrativos/Paginas/EntidadesSemFinsLucrativos.aspx [consultado em 12 de março de 2013].

<http://www.iefp.pt/formacao/Paginas/Home.aspx> [consultado em 20 de janeiro de 2013].

<http://www.iefp.pt/emprego/Documents/Gabinetes%20de%20Inser%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20-%20GIP/GIP%20Lista%20Site%20DR%20Norte.pdf> [consultado em 09 de fevereiro de 2013].

<http://www.iefp.pt/formacao/Legislacao/Paginas/Legislacao.aspx> [consultado em 13 de fevereiro de 2013].

<http://observatorio-das-esigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&lang=pt&id=100> [consultado em 27 de outubro de 2012]

www.pordata.pt [consultado em 12 de março de 2013]

<http://www.cases.pt/> [consultado em 12 de março de 2013].

Anexos

Anexo I – Dados de caracterização do desemprego

Tabela 1- Taxa de desemprego anual, (2002-2011)

GEO/Tempo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27 países)	8,9	9,1	9,3	9,0	8,3	7,2	7,1	9,0	9,7	9,7
Bélgica	7,5	8,2	8,4	8,5	8,3	7,5	7,0	7,9	8,3	7,2
Bulgária	18,2	13,7	12,1	10,1	9,0	6,9	5,6	6,8	10,3	11,3
República Checa	7,3	7,8	8,3	7,9	7,1	5,3	4,4	6,7	7,3	6,7
Dinamarca	4,6	5,4	5,5	4,8	3,9	3,8	3,4	6,0	7,5	7,6
Alemanha	8,7	9,8	10,5	11,3	10,3	8,7	7,5	7,8	7,1	5,9
Estónia	10,3	10,1	9,7	7,9	5,9	4,6	5,5	13,8	16,9	12,5
Irlanda	4,5	4,6	4,5	4,4	4,5	4,6	6,3	11,9	13,7	14,4
Grécia	10,3	9,7	10,5	9,9	8,9	8,3	7,7	9,5	12,6	17,7
Espanha	11,4	11,4	10,9	9,2	8,5	8,3	11,3	18,0	20,1	21,7
França	8,3	8,9	9,3	9,3	9,2	8,4	7,8	9,5	9,7	9,6
Itália	8,5	8,4	8,0	7,7	6,8	6,1	6,7	7,8	8,4	8,4
Chipre	3,6	4,2	4,7	5,5	4,7	4,1	3,8	5,5	6,4	7,9
Látvia	12,8	11,3	11,2	9,6	7,3	6,5	8,0	18,2	19,8	16,2
Lituânia	13,8	12,4	11,4	8,3	5,6	4,3	5,8	13,7	17,8	15,4
Luxemburgo	2,6	3,8	5,0	4,6	4,6	4,2	4,9	5,1	4,6	4,8
Hungria	5,6	5,8	6,1	7,2	7,5	7,4	7,8	10,0	11,2	10,9
Malta	7,4	7,7	7,2	7,3	6,9	6,5	6,0	6,9	6,9	6,5
Holanda	3,1	4,2	5,1	5,3	4,4	3,6	3,1	3,7	4,5	4,4
Áustria	4,2	4,3	4,9	5,2	4,8	4,4	3,8	4,8	4,4	4,2
Polónia	20,0	19,7	19,0	17,8	13,9	9,6	7,1	8,2	9,6	9,7
Portugal	5,7	7,1	7,5	8,6	8,6	8,9	8,5	10,6	12,0	12,9
Roménia	7,5	6,8	8,0	7,2	7,3	6,4	5,8	6,9	7,3	7,4
Eslovénia	6,3	6,7	6,3	6,5	6,0	4,9	4,4	5,9	7,3	8,2
Eslováquia	18,8	17,7	18,4	16,4	13,5	11,2	9,6	12,1	14,5	13,6
Finlândia	9,1	9,0	8,8	8,4	7,7	6,9	6,4	8,2	8,4	7,8
Suécia	6,0	6,6	7,4	7,7	7,1	6,1	6,2	8,3	8,4	7,5
Reino Unido	5,1	5,0	4,7	4,8	5,4	5,3	5,6	7,6	7,8	8,0
Croácia	14,8	14,2	13,7	12,7	11,2	9,0	8,4	9,1	11,8	13,5
Turquia	:	:	:	9,2	8,7	8,8	9,7	12,5	10,7	8,8
Noruega	3,7	4,2	4,3	4,5	3,4	2,5	2,5	3,2	3,6	3,3
Estados Unidos	5,8	6,0	5,5	5,1	4,6	4,6	5,8	9,3	9,6	8,9
Japão	5,4	5,3	4,7	4,4	4,1	3,9	4,0	5,1	5,1	4,6

Fonte: Eurostat, Taxa de desemprego-2011

Tabela 2- Taxa de desemprego mensal, 2012

	Jan 2012	Jul 2012	Aug 2012	Sep 2012	Oct 2012	Nov 2012	Dec 2012	Jan 2013
EA17	10.8	11.4	11.5	11.6	11.7	11.8	11.8	11.9
EU27	10.1	10.5	10.5	10.6	10.7	10.7	10.7	10.8
BE	7.1	7.4	7.4	7.3	7.4	7.4	7.4	7.4
BG	11.9	12.4	12.3	12.2	12.3	12.4	12.3	12.4
CZ	8.7	7.0	7.1	6.8	7.1	7.5	7.1	7.0
DK	7.4	7.6	7.4	7.3	7.3	7.4	7.4	7.4
DE ⁷	5.8	5.4	5.4	5.4	5.4	5.4	5.3	5.3
EE	11.1*	10.1	10.0	9.7	9.7	9.9	9.9	:
IE	15.1	14.8	14.8	14.8	14.7	14.7	14.7	14.7
EL	20.8**	25.0	25.6	26.0	26.6	27.0	:	:
ES	23.6	25.3	25.5	25.7	26.0	26.2	26.1	26.2
FR	10.0	10.3	10.3	10.3	10.4	10.4	10.5	10.6
IT ⁵	9.6	10.6	10.6	10.9	11.2	11.2	11.3	11.7
CY	9.9	12.2	12.4	13.0	13.9	14.1	14.6	14.7
LV ⁶	15.5***	14.4	14.4	14.4	14.4	14.4	14.4	:
LT	13.7	13.0	13.0	13.0	13.1	13.2	13.3	13.3
LU	4.9	5.0	5.0	5.0	5.0	5.1	5.2	5.3
HU	10.9*	10.7	10.7	10.8	10.9	10.9	11.1	:
MT	6.2	6.6	6.7	6.7	6.9	6.9	6.8	7.0
NL	5.0	5.3	5.3	5.4	5.5	5.6	5.8	6.0
AT ⁷	4.0	4.5	4.5	4.5	4.5	4.5	4.7	4.9
PL	9.9	10.1	10.2	10.3	10.3	10.4	10.4	10.6
PT	14.7	15.9	16.2	16.4	16.8	17.0	17.3	17.6
RO	7.4	7.0	6.9	6.9	6.8	6.7	6.7	6.6
SI	8.3	9.2	9.4	9.6	9.9	9.9	10.0	10.2
SK	13.7	14.1	14.1	14.0	14.2	14.5	14.7	14.9
FI ⁷	7.6	7.7	7.8	7.8	7.7	7.7	7.7	7.9
SE	7.9	7.9	8.1	8.1	8.0	8.4	8.0	8.0
UK	8.3**	7.8	7.8	7.8	7.8	7.7	:	:
IS	6.5*	5.8	5.7	5.6	5.4	5.4	5.4	:
NO	3.3**	3.1	3.1	3.1	3.3	3.5	:	:
US	8.3	8.3	8.1	7.8	7.9	7.8	7.8	7.9
JP	4.5*	4.3	4.2	4.2	4.2	4.1	4.2	:

Source: Eurostat

: Data not available

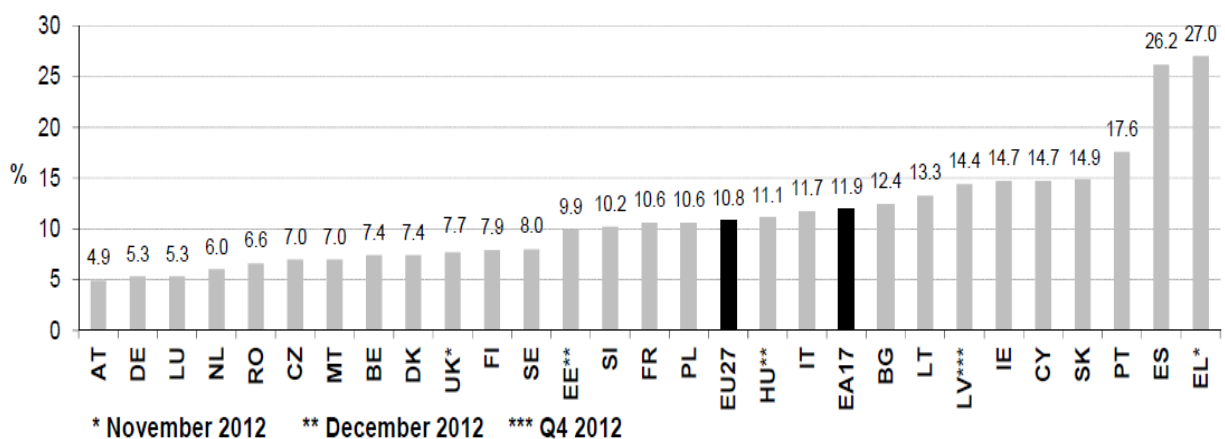
* December 2011

** November 2011

*** Q4 2011

Fonte: Eurostat, News release euro indicators- Março de 2013

Gráfico 1- Taxa de desemprego na zona euro, janeiro de 2013



Fonte: Eurostat, News release euro indicators- Março de 2013

Tabela 3- Desemprego Registrado por Concelho (Região Norte), segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação face à Procura de Emprego, 2012

Região	Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Norte	ALFÂNDEGA DA FÉ	113	166	172	107	33	246	279
	ALIJO	382	396	399	379	104	674	778
	AMARANTE	2 132	2 907	2 565	2 474	697	4 342	5 039
	AMARES	697	808	868	637	160	1 345	1 505
	ARCOS DE VALDEVIEZ	511	664	660	515	174	1 001	1 175
	ARMAMAR	212	261	259	214	97	376	473
	AROUCA	422	569	597	394	96	895	991
	BAIÃO	864	1 199	980	1 083	335	1 728	2 063
	BARCELOS	3 615	3 492	4 173	2 934	723	6 384	7 107
	BOTICAS	162	149	138	173	57	254	311
	BRAGA	7 000	7 693	8 559	6 134	1 315	13 378	14 693
	BRAGANÇA	1 048	1 158	1 427	779	300	1 906	2 206
	CABECEIRAS DE BASTO	627	885	760	752	246	1 266	1 512
	CAMINHA	426	555	550	431	81	900	981
	CARRAZEDA DE ANSIÃES	136	185	180	141	58	263	321
	CASTELO DE PAIVA	663	945	699	909	113	1 495	1 608
	CELORICO DE BASTO	807	880	892	795	259	1 428	1 687
	CHAVES	1 273	1 387	1 402	1 258	394	2 266	2 660
	CINFÃES	1 018	972	954	1 036	246	1 744	1 990
	ESPINHO	1 541	1 763	1 394	1 910	317	2 987	3 304
	ESPOSENDE	930	1 023	1 204	749	182	1 771	1 963
	FAFE	2 103	2 236	2 267	2 072	609	3 730	4 339
	FELGUEIRAS	1 547	1 663	1 804	1 406	408	2 802	3 210
	FREIXO ESPADA À CINTA	113	148	113	148	47	214	261
	GONDOMAR	8 229	8 245	8 571	7 903	1 278	15 196	16 474
	GUIMARÃES	6 637	7 418	6 774	7 281	1 197	12 858	14 055
	LAMEGO	1 314	1 581	1 333	1 562	424	2 471	2 895
	LOUSADA	1 901	1 771	1 982	1 690	257	3 415	3 672
	MACEDO DE CAVALEIROS	457	541	587	411	116	882	998
	MAIA	5 281	5 764	5 968	5 077	687	10 358	11 045
	MARCO DE CANAVESES	2 335	2 669	2 761	2 243	690	4 314	5 004
	MATOSINHOS	6 595	6 287	7 271	5 611	703	12 179	12 882
	MELGAÇO	105	151	182	74	49	207	256
	MESÃO FRIO	205	290	243	252	111	384	495
	MIRANDA DO DOURO	139	193	185	147	52	280	332
	MIRANDELA	841	1 001	1 138	704	286	1 556	1 842
	MOGADOURO	200	316	297	219	78	438	516
	MOIMENTA DA BEIRA	309	461	399	371	132	638	770
	MONÇÃO	332	383	473	242	102	613	715
	MONDIM DE BASTO	211	322	270	263	78	455	533
	MONTALEGRE	173	184	177	180	61	296	357
	MURÇA	181	177	178	180	46	312	358
	OLIVEIRA DE AZEITEIS	1 507	1 826	1 969	1 364	250	3 083	3 333
	PAÇOS DE FERREIRA	2 928	2 205	2 638	2 495	355	4 778	5 133
	PAREDES	4 110	3 969	4 140	3 939	624	7 455	8 079
	PAREDES DE COURA	298	342	425	215	47	593	640
	PENAFIEL	3 003	2 713	3 079	2 637	508	5 208	5 716
	PENEDONO	58	90	85	63	21	127	148
	PESO DA RÉGUA	696	630	775	551	184	1 142	1 326
	PONTE DA BARCA	352	433	439	346	129	656	785
	PONTE DE LIMA	1 187	1 253	1 368	1 072	242	2 198	2 440
	PORTO	10 009	9 514	10 416	9 107	1 515	18 008	19 523

Região	Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Norte	PÓVOA DE LANHOSO	780	763	928	615	142	1 401	1 543
	PÓVOA DE VARZIM	2 189	2 551	2 617	2 123	444	4 296	4 740
	RESENDE	454	599	472	581	209	844	1 053
	RIBEIRA DE PENA	202	271	240	233	81	392	473
	SABROSA	186	226	225	187	49	363	412
	SANTA MARIA DA FEIRA	4 594	5 578	5 195	4 977	779	9 393	10 172
	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	221	247	242	226	56	412	468
	SANTO TIRSO	3 513	4 157	3 345	4 325	747	6 923	7 670
	SÃO JOÃO DA MADEIRA	599	746	920	425	101	1 244	1 345
	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	171	236	215	192	66	341	407
	SERNANCELHE	154	185	186	153	64	275	339
	TABUAÇO	254	303	281	276	81	476	557
	TAROUCA	287	380	350	317	79	588	667
	TERRAS DE BOURO	213	324	368	169	48	489	537
	TORRE DE MONCORVO	178	255	222	211	65	368	433
	TROFA	1 855	2 411	2 082	2 184	358	3 908	4 266
	VALE DE CAMBRA	325	515	513	327	80	760	840
	VALENÇA	442	461	595	308	83	820	903
	VALONGO	4 551	4 830	5 073	4 308	803	8 578	9 381
	VALPAÇOS	368	534	353	549	175	727	902
	VIANA DO CASTELO	2 513	2 990	3 075	2 428	550	4 953	5 503
	VIEIRA DO MINHO	445	538	540	443	114	869	983
	VILA DO CONDE	2 597	3 150	3 099	2 648	487	5 260	5 747
	VILA FLOR	190	221	233	178	57	354	411
	VILA NOVA DE CERVEIRA	236	217	302	151	45	408	453
	VILA NOVA DE FAMALICÃO	5 221	5 773	5 876	5 118	941	10 053	10 994
	VILA NOVA DE FOZ COA	137	203	186	154	78	262	340
	VILA NOVA DE GAIA	15 999	17 350	14 928	18 421	2 721	30 628	33 349
	VILA POUCA DE AGUIAR	370	395	366	399	108	657	765
	VILA REAL	1 681	1 812	2 107	1 386	408	3 085	3 493
	VILA VERDE	1 453	1 625	1 805	1 273	335	2 743	3 078
	VIMIOSO	79	98	96	81	22	155	177
	VINHAI	177	231	209	199	61	347	408
	VIZELA	911	1 110	1 002	1 019	171	1 850	2 021
	Total Norte	141 480	154 118	155 385	140 213	27 881	267 717	295 598

Fonte: IEFP, Concelhos Estatísticas Mensais-Dezembro 2012

Tabela 4- Desemprego Registrado por Concelho (Região Norte), segundo o Grupo Etário (dezembro 2012)

Região	Concelho	Grupo Etário < 25 Anos	Grupo Etário 25 - 34 Anos	Grupo Etário 35 - 54 Anos	Grupo Etário 55 Anos e +	Total
Norte	ALFÂNDEGA DA FÉ	55	50	123	71	279
	ALIJO	97	201	335	145	778
	AMARANTE	702	1 020	2 583	950	5 039
	AMARES	200	348	697	260	1 505
	ARCOS DE VALDEVEZ	210	259	495	211	1 175
	ARMAMAR	104	91	212	66	473
	AROUCA	191	220	424	156	991
	BAIÃO	329	415	978	341	2 063
	BARCELOS	1 086	1 353	3 126	1 542	7 107
	BOTICAS	41	57	128	67	311
	BRAGA	1 734	3 670	6 651	2 638	14 693
	BRAGANÇA	328	654	918	308	2 208
	CABECEIRAS DE BASTO	305	330	684	193	1 512
	CAMINHA	107	255	458	161	981
	CARRAZEDA DE ANSIÃES	51	70	150	50	321
	CASTELO DE PAIVA	178	317	844	260	1 608
	CELORICO DE BASTO	275	380	600	252	1 687
	CHAVES	351	673	1 124	512	2 660
	CINFÃES	251	403	951	385	1 990
	ESPINHO	426	659	1 589	630	3 304
	ESPOSENDE	294	449	840	370	1 953
	FAFE	661	886	1 771	1 041	4 339
	FELGUEIRAS	577	618	1 285	730	3 210
	FREIXO ESPADA À CINTA	31	58	124	48	261
	GONDOMAR	2 088	3 585	8 157	2 644	16 474
	GUIMARÃES	1 685	2 388	6 380	3 602	14 055
	LAMEGO	397	664	1 327	467	2 855
	LOUSADA	478	755	1 750	709	3 692
	MACEDO DE CAVALEIROS	124	218	442	214	998
	MAIA	1 145	2 418	5 685	1 817	11 045
	MARCO DE CANAVESES	799	1 040	2 400	765	5 004
	MATOSINHOS	1 264	2 882	6 190	2 598	12 834
	MELGAÇO	51	79	98	28	256
	MESÃO FRIO	79	115	230	71	495
	MIRANDA DO DOURO	43	108	131	50	332
	MIRANDELA	258	472	798	314	1 842
	MOGADOURO	74	114	230	98	516
	MOIMENTA DA BEIRA	107	207	318	138	770
	MONÇÃO	114	191	285	125	715
	MÓNDIM DE BASTO	60	114	238	69	533
	MONTALEGRE	45	79	163	70	357
	MURÇA	51	79	162	66	358
	OLIVEIRA DE AZEITEIS	480	728	1 475	650	3 333
	PAÇOS DE FERREIRA	632	920	2 582	1 019	5 133
	PAREDES	1 079	1 620	4 053	1 327	8 079
	PAREDES DE COURA	101	138	293	108	640
	PENAFIEL	823	1 255	2 677	981	5 716
	PENEDONO	17	41	70	20	148
	PESO DA RÉGUA	180	294	637	215	1 326
	PONTE DA BARCA	140	184	362	100	786
	PONTE DE LIMA	325	512	1 155	448	2 440
	PORTO	2 028	4 582	9 482	3 451	19 523
	PÓVOA DE Lanhoso	193	330	725	295	1 543
	PÓVOA DE VARZIM	664	1 076	2 109	891	4 740
	RESENDE	174	225	528	128	1 055
	RIBEIRA DE PENA	79	94	194	106	473
	SABROSA	55	105	171	81	412

Região	Concelho	Grupo Etário < 25 Anos	Grupo Etário 25 - 34 Anos	Grupo Etário 35 - 54 Anos	Grupo Etário 55 Anos e +	Total
Norte	SANTA MARIA DA FEIRA	1 405	1 958	4 841	1 968	10 172
	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	53	106	220	89	468
	SANTO TIRSO	951	1 374	3 809	1 736	7 670
	SÃO JOÃO DA MADEIRA	209	337	595	204	1 345
	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	54	107	173	73	407
	SERNANCELHE	70	81	151	37	339
	TABUAÇO	87	117	239	114	557
	TAROUCÁ	102	146	322	97	667
	TERRAS DE BOURO	76	120	255	86	537
	TORRE DE MONCORVO	46	69	201	117	433
	TROFA	568	786	2 120	792	4 266
	VALE DE CAMBRA	136	240	331	133	840
	VALENÇA	133	220	405	145	903
	VALONGO	1 315	2 113	4 576	1 377	9 381
	VALPAÇOS	151	163	385	203	902
	VIANA DO CASTELO	699	1 304	2 491	1 009	5 503
	VIEIRA DO MINHO	129	184	473	197	983
	VILA DO CONDE	782	1 160	2 705	1 100	5 747
	VILA FLOR	51	90	189	81	411
	VILA NOVA DE CERVEIRA	79	97	200	77	453
	VILA NOVA DE FAMALICÃO	1 360	2 045	5 240	2 349	10 994
	VILA NOVA DE FOZ COA	51	95	139	55	340
	VILA NOVA DE GAIA	4 039	6 713	16 796	5 801	33 349
	VILA POUCA DE AGUIAR	91	159	341	174	765
	VILA REAL	453	966	1 516	558	3 493
	VILA VERDE	462	700	1 438	478	3 078
	VIMIOSO	28	44	76	29	177
	VINHAIS	49	98	178	83	408
	VIZELA	247	303	948	523	2 021
	Total Norte	38 313	62 863	139 648	54 774	295 598

Fonte: IEFP, Concelhos Estatísticas Mensais-Dezembro 2012

Tabela 5- Desemprego Registrado por Concelho (Região Norte), segundo o Níveis de Escolaridade (Dez. 2012)

Região	Concelho	Nível Escolar: ≠ 1º CICLO EB	1º CICLO EB	2º CICLO EB	3º CICLO EB	SECUNDÁRIO	Nível Escolar: SUPERIOR	Total
Norte	ALFÂNDEGA DA FÉ	19	82	40	65	48	25	279
	ALLIÓ	35	244	154	128	140	79	778
	AMARANTE	327	1 548	788	925	924	551	5 039
	AMARES	95	372	240	309	283	208	1 505
	ARCOS DE VALDEVEZ	80	280	178	275	239	143	1 175
	ARMAMAR	41	104	69	109	99	51	473
	AROUCA	58	202	208	208	205	132	991
	BAIÃO	174	892	323	448	314	112	2 063
	BARCELOS	235	2 071	1 245	1 281	1 454	841	7 107
	BOTICAS	28	115	58	40	44	28	311
	BRAGA	874	3 049	2 081	2 987	3 422	2 520	14 893
	BRAGANÇA	121	294	253	482	533	543	2 296
	CABECEIRAS DE BASTO	73	317	248	387	345	182	1 512
	CAMINHA	19	138	133	291	250	152	981
	CARRAZEDA DE ANSIÃES	28	92	35	80	59	49	321
	CASTELO DE PAIVA	81	408	484	353	237	85	1 608
	CELORICO DE BASTO	75	499	348	329	314	122	1 687
	CHAVES	109	608	440	448	659	398	2 660
	CINFÃES	141	724	429	309	298	91	1 990
	ESPINHO	214	844	587	874	832	353	3 304
	ESPOSENDE	40	374	325	448	452	318	1 953
	FAFE	198	1 468	771	744	845	515	4 339
	FELQUEIRAS	128	1 151	347	487	683	414	3 210
	FREIXO ESPADA À CINTA	45	79	40	82	24	11	281
	GONDOMAR	737	3 627	3 171	3 598	3 524	1 517	18 474
	GUIMARÃES	500	5 189	2 253	2 475	2 298	1 372	14 055
	LAMEGO	208	748	488	573	575	309	2 893
	LOUSADA	280	1 303	709	847	498	257	3 672
	MACEDO DE CAVALheiros	85	253	158	159	185	158	998
	MAIA	365	2 181	1 525	2 437	2 871	1 678	11 045
	MARCO DE CANAVESES	320	1 479	981	1 058	848	338	5 004
	MATOSINHOS	365	2 915	2 104	2 512	3 072	1 914	12 882
	MELGAÇO	8	32	27	52	89	48	256
	MESÃO FRIO	48	184	81	93	84	25	495
	MIRANDA DO DOURO	21	45	35	78	84	71	332
	MIRANDELA	118	382	340	342	414	238	1 842
	MOGADOUR	43	98	53	128	118	78	518
	MOIMENTA DA BEIRA	63	214	179	115	117	82	770
	MONÇÃO	28	108	90	141	228	122	715
	MONDIM DE BASTO	34	148	84	112	117	38	533
	MONTALEGRE	28	108	62	48	55	58	357
	MURÇA	8	107	75	54	53	81	358
	OLIVEIRA DE AZEITEIS	175	717	688	694	647	414	3 333
	PAÇOS DE FERREIRA	319	2 058	1 143	694	615	304	5 133
	PAREDES	581	2 788	1 887	1 389	1 205	491	8 079
	PAREDES DE COURA	19	139	108	198	125	51	640
	PENAFIEL	325	1 698	1 041	1 108	1 111	433	5 718
	PENEDONÓ	18	34	18	28	35	17	148
	PESO DA RÉGUA	87	393	215	238	269	124	1 326
	PONTE DA BARCA	38	180	97	199	178	93	785
	PONTE DE LIMA	97	591	461	545	482	294	2 440
	PORTO	697	3 758	3 198	3 882	4 581	3 427	19 523
	PÓVOA DE Lanhoso	58	521	280	251	288	145	1 543
	PÓVOA DE VArzim	173	1 107	844	889	1 123	604	4 740
	RESENDE	103	294	184	218	181	75	1 053
	RIBEIRA DE PENA	65	111	82	120	78	39	473
	SABROSA	30	118	54	74	98	40	412

Região	Concelho	Nível Escolar. < 1º CICLO EB	Nível Escolar. 1º CICLO EB	Nível Escolar. 2º CICLO EB	Nível Escolar. 3º CICLO EB	Nível Escolar. SECUNDÁRIO	Nível Escolar. SUPERIOR	Total
Norte	SANTA MARIA DA FEIRA	498	2 694	2 011	1 885	1 930	1 154	10 172
	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	40	189	87	65	63	44	468
	SANTO TIRSO	281	2 782	1 528	1 223	1 212	664	7 670
	SÃO JOÃO DA MADEIRA	34	213	242	266	357	233	1 345
	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	34	118	84	61	64	46	407
	SERNANCELHE	14	77	52	78	100	18	339
	TABUAÇO	48	158	94	125	95	37	557
	TAROUCA	38	178	124	146	132	49	667
	TERRAS DE BOURO	16	107	112	150	115	37	537
	TORRE DE MONCORVO	39	118	69	84	81	42	433
	TROFA	153	1 258	875	830	800	350	4 266
	VALE DE CAMBRA	45	130	131	150	184	200	840
	VALENÇA	57	153	166	212	229	86	903
	VALONGO	304	2 234	1 771	2 081	2 081	930	9 381
	VALPAÇOS	103	306	147	89	168	89	902
	VIANA DO CASTELO	189	874	891	1 441	1 177	931	5 503
	VIEIRA DO MINHO	39	325	221	171	138	89	983
	VILA DO CONDE	193	1 381	1 044	1 303	1 155	671	5 747
	VILA FLOR	33	113	83	69	76	37	411
	VILA NOVA DE CERVEIRA	14	65	77	117	137	43	453
	VILA NOVA DE FAMALICÃO	471	3 028	2 082	2 047	2 231	1 135	10 994
	VILA NOVA DE FOZ COA	22	76	55	76	68	43	340
	VILA NOVA DE GAIA	1 384	8 270	6 095	6 789	7 294	3 557	33 349
	VILA POUCA DE AGUIAR	43	246	124	140	137	75	765
	VILA REAL	100	726	411	587	881	788	3 493
	VILA VERDE	146	710	573	680	607	362	3 078
	VIMIOSO	14	33	40	34	35	21	177
	VINHAI	22	98	83	77	75	53	408
	VIZELA	116	802	331	307	289	176	2 021
Total Norte		13 432	77 061	51 834	58 173	60 380	34 718	295 598

Fonte: IEF, Concelhos Estatísticas Mensais-Dezembro 2012

Anexo II – Dados de caracterização dos utentes e das atividades do GIP

Tabela 6 – Caracterização sociodemográfica dos utentes acompanhados pelo GIP no 2.º, 3.º e 4.º trimestre de 2012

Grupos etários	Situação perante o trabalho	<6.º Ano		≥6.º Ano e <9.º Ano		≥9.º Ano e <12.º Ano		≥12.º Ano		Sub-Totais	Género		Totais etários
		H	M	H	M	H	M	H	M		H	M	
16-23 anos	1.º Emprego	0	0	0	1	0	0	9	14	24	9	15	42
	Novo Emprego	2	0	3	0	4	3	1	5	18	10	8	
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
24-30 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	0	1	7	8	1	7	47
	Novo Emprego	0	0	3	2	3	6	5	17	36	11	25	
	Outros	0	0	0	0	0	2	0	1	3	0	3	
31-54 anos	1.º Emprego	0	1	0	0	0	1	0	0	2	0	2	93
	Novo Emprego	7	7	6	12	7	17	12	17	85	32	53	
	Outros	0	0	0	1	2	2	0	1	6	2	4	
> 55 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
	Novo Emprego	4	4	1	0	2	2	0	0	13	7	6	
	Outros	1	2	0	0	0	1	0	0	4	1	3	
Sub-Total		14	14	13	16	18	34	28	62	Total Global	73	126	199

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 7 – Atividades desenvolvidas pelo GIP de acordo com os objetivos contratualizados, para o ano 2012

Atividades	Objetivos Contratualizados	Trimestre/Ano				
		1.º	2.º	3.º	4.º	Total
Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo (número de desempregados a abranger)	240		27	282	105	414
Sessões de apoio à procura de emprego (número de desempregados a abranger)	240		0	142	105	247
Receção e registo de ofertas de emprego.	45		0	2	15	17
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego.	250		18	62	112	192
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	22		0	2	8	10
Integração de desempregados em ações de formação.	500		11	120	97	228
Atividade do Livre Serviço de Emprego/Informação, através de sessões/reuniões de atendimento individual e/ou coletivo, a desenvolver nas instalações do Centro de Emprego. (número de desempregados a abranger)	1100		0	431	811	1.242

Fonte: Informações cedidas pela organização acolhedora

“Remar contra a maré”

O Desemprego: Impactos na vida quotidiana e no funcionamento institucional

Tabela 8 - Género

	Frequências	Percentagem
Feminino	127	63.5
Masculino	73	36.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 9 - Localidade de residência

	Frequências	Percentagem
Avintes	2	1
Campanhã	1	0.5
Canidelo	2	1
Mafamude	2	1
Oliveira do Douro	189	94.5
Perosinho	1	0.5
Sandim	1	0.5
Valongo	1	0.5
Vilar de Andorinho	1	0.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 10 - Estado Civil

	Frequência	Percentagem
Solteiro	99	49.5
Casado	83	41.5
Separado/Divorciado	15	7.5
União de facto	2	1
Viúvo	1	0.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 11 - Faixa etária

	Frequências	Percentagem
18-24 Anos	45	22.5
25-34 Anos	65	32.5
35-44 Anos	46	23
45-54 Anos	30	15
55-64 Anos	13	6.5
> 65 Anos	1	0.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 12 - Nível de escolaridade

	Frequências	Percentagem
Não sabe ler nem escrever	3	1.5
1º Ciclo do Ensino Básico (4ºano)	25	12.5
2º Ciclo do Ensino Básico (6ºano)	26	13
3º Ciclo do Ensino Básico (9ºano)	56	28
Ensino Secundário	48	24
Licenciatura	33	16.5
Mestrado	9	4.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 13 - Situação face ao emprego

	Frequências	Percentagem
1º Emprego	35	17.5
À procura de novo emprego	165	82.5
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 14 - Tipo de desemprego

	Frequências	Percentagem
Desempregado (-1ano)	122	61
Desempregado de Longa Duração (+1ano)	78	39
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 15 - Tipo de prestação social recebida

	Frequências	Percentagem
Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego	46	23
Rendimento Social de Inserção	26	13
Nenhuma	128	64
Total	200	100

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 16 - Última profissão

	Frequências	%		Frequências	%
Administrativa	40	20	Distribuidor de bebidas	1	0.5
Advogado	1	0.5	Distribuidor de publicidade	2	1
Ajudante de camionista	1	0.5	Educadora de Infância	2	1.0
Ajudante de cozinha	9	4.5	Educadora Social	1	0.5
Ajudante de servente	1	0.5	Eletricista	1	0.5
Animador sociocultural	2	1	Embalador	2	1.0
Armador de ferro	1	0.5	Empregado de armazém	3	1.5
Assistente de vendas	1	0.5	Empregado de mesa/balcão	14	7
Assistente dentária	1	0.5	Enfermeira	1	0.5
Assistente familiar e à comunidade	1	0.5	Engomadeira	2	1.0
Auxiliar de ação educativa	12	6	Estafeta	1	0.5
Auxiliar de limpezas	21	10.5	Estofador	3	1.5
Auxiliar de serviços gerais	4	2	Formador	5	2.5
Bate chapas	1	0.5	Fotógrafo	2	1.0
Caixeiro	1	0.5	Gestor de comunicação, marketing e eventos	1	0.5
Camionista	1	0.5	Gestor desportivo	1	0.5
Cantoneiro	2	1	Guia turístico	2	1
Carpinteiro/Marceneiro	4	2	Instrutor de condução	1	0.5
Controlador alimentar	1	0.5	Motorista	5	2.5
Controlador de produção	1	0.5	Operador de caixa	7	3.5
Cortador de madeira	1	0.5	Operador de máquinas	1	0.5
Costureira	1	0.5	Operadora de charcutaria e frescos	1	0.5
Designer gráfico	1	0.5	Operário fabril	7	3.5
Diretor/Gerente de restauração	2	1	Porteiro/Vigilante	1	0.5
Serralheiro	2	1	Professora do 1º ciclo	2	1.0
Soldador	1	0.5	Psicóloga	5	2.5
Taqueiro	1	0.5	Técnico comercial	2	1
Técnico de manutenção	1	0.5	Técnico de computadores	3	1.5
			Vigilante	1	0.5
Total	200	100			

Fonte: Informação cedida pela organização acolhedora

Tabela 17 – Caracterização sociodemográfica dos utentes acompanhados pelo GIP no 1º trimestre de 2013

Grupos etários	Situação perante o trabalho	<6.º Ano		≥6.º Ano e <9.º Ano		≥9.º Ano e <12.º Ano		≥12.º Ano		Sub-Totais	Género		Totais etários
		H	M	H	M	H	M	H	M		H	M	
16-23 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	1	2	0	3	2	1	6
	Novo Emprego	0	0	2	0	0	0	1	0	3	3	0	
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
24-30 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Novo Emprego	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	3	
	Outros	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	0	
31-54 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
	Novo Emprego	0	3	0	2	1	4	1	3	14	2	12	
	Outros	0	3	1	3	0	9	1	1	18	2	16	
> 55 anos	1.º Emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Novo Emprego	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	
	Outros	0	2	0	1	1	0	0	0	4	1	3	
Sub-Total		1	8	3	6	4	14	5	7	Total Global	13	35	48

Fonte: Informações cedidas pela organização acolhedora

Tabela 18 – Atividades desenvolvidas, no 1º Trimestre de 2013, pelo GIP de acordo com os objetivos contratualizados, para o ano 2012

Atividades	Objetivos Contratualizados	Trimestre/Ano
		1.º/2013
Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional, de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo. (número de desempregados a abranger)	240	40
Sessões de apoio à procura de emprego. (número de desempregados a abranger)	240	40
Receção e registo/inserção de ofertas de emprego.	45	24
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego.	250	84
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	22	4
Integração de desempregados em ações de formação.	500	88
Animação do Livre Serviço de Emprego/Informação, através de sessões/reuniões de atendimento individual e/ou coletivo, a desenvolver nas instalações do Centro de Emprego. (número de desempregados a abranger)	1100	464

Fonte: Informações cedidas pela organização acolhedora

Anexo III – Guião de entrevista aplicado aos utentes do GIP

<u>Entrevistador:</u>	
<u>Data:</u>	<u>Duração:</u>
<u>Local:</u>	
<u>Entrevistado:</u>	

- **Percurso profissional**

1. Com que idade começou a trabalhar e quais as profissões que já teve?
2. Durante quanto tempo esteve a trabalhar na sua última profissão e qual era o tipo de contrato de trabalho?
3. Quais as razões que levaram ao seu despedimento?
4. Até que ponto estaria disposto a mudar as suas condições mínimas de acesso ao emprego para voltar ao mercado de trabalho?

- **Práticas desenvolvidas para a (re) inserção profissional**

5. Que tipo de ações realiza para voltar ao mercado de trabalho?
6. Conhece o GIP, em termos de serviços que presta? Que tipo de serviços utiliza do GIP?
7. Costuma responder frequentemente a ofertas de emprego? Qual é o feedback em termos de respostas?
8. Costuma frequentar ações de formação? Se sim, o que é que o levou a frequentar a formação?
9. Em que é que a formação contribuiu para a sua (re) inserção profissional?
10. Qual é a sua opinião em relação ao trabalho de acompanhamento desenvolvido pelo GIP?
11. Quais as maiores dificuldades que sente quando procura emprego? Porque é que acha que não consegue um emprego?

- **Impactos familiares**

12. Qual é o seu principal rendimento? Está a receber algum tipo de apoio social do Estado ou de outra instituição? Se sim, qual?
13. Estaria disposto a abdicar ou a suspender a prestação social para voltar ao mercado de trabalho? Se sim, em que condições?
14. Quais os efeitos do desemprego ao nível da gestão do seu rendimento?
15. Quais as principais consequências do desemprego ao nível da relação familiar?

- **Sociabilidades**

16. O facto de estar desempregado provocou alguma alteração nas suas relações com os outros (vizinhos, amigos e familiares). Mantém as suas relações ou existiram algumas alterações? Quais?

17. Considera as relações sociais com amigos, vizinhos e familiares um aspeto importante na situação de desemprego? Porquê?
18. Recebe algum tipo de apoio dos amigos e familiares desde que ficou desempregado?

- **Desestruturação psicológica**

19. Qual a sua reação quando soube que tinha perdido o emprego? O que é que sentiu?
20. Que tipo de sentimentos surgiram na sua vida com a situação de desemprego?

- **Questões conclusivas**

21. Quais são as suas perspetivas para o futuro? Quanto tempo pensa ficar desempregado?
22. Quais as duas principais dificuldades que gostaria de ver resolvidas na sua vida?
23. O que acha que o Estado deveria fazer para diminuir o fenómeno do desemprego? E para ajudar os desempregados?

Caracterização dos entrevistados:

- Sexo;
- Idade;
- Escolaridade;
- Localidade de residência.
- Última profissão;
- Tempo de desemprego;
- Prestação social.

Obrigado pela sua disponibilidade

Anexo IV – Guião de entrevista aplicado aos técnicos do GIP

Entrevistador:

Data:

Duração:

Local:

Entrevistado:

- **Percurso profissional**

1. Há quanto tempo exerce funções no GIP?

- **Práticas institucionais**

2. Quais as ações mobilizadas pela instituição para combater o fenómeno do desemprego?
3. Quais as principais alterações implementadas pelo GIP em relação às anteriores UNIVA?
4. Como evoluíram as políticas de emprego ao longo dos anos?

- **(Re)inserção profissional**

5. Qual o impacto das ações desenvolvidas pelo GIP na (re) inserção dos utentes que acompanha?
6. Qual a sua opinião em relação ao trabalho do GIP e à eficácia das suas ações?
7. Na sua opinião quais são os principais entraves que se colocam na inserção profissional dos utentes do GIP?
8. Considera as medidas implementadas pelo IEFP adequadas para colmatar esses entraves?
9. Qual é a sua opinião sobre essas medidas?

- **Questões conclusivas**

10. Na sua opinião o que deveria ser alterado para melhorar o funcionamento do GIP?
11. O que acha que o Estado deveria fazer para diminuir o fenómeno do desemprego?

Caracterização dos entrevistados:

- Sexo;
- Idade;
- Escolaridade;
- Localidade de residência;
- Tempo de funções no GIP.

Obrigado pela sua disponibilidade

Anexo V – Tabela de caracterização dos entrevistados

	Sexo	Idade	Escolaridade	Residência	Última profissão	Duração desemprego	Prest. Social	Tempo funções no GIP
Utentes								
1	Masc.	28	6º ano	Oliveira do Douro	Armador de ferro	6 meses	Sub. de Desemprego	—
2	Fem.	54	9º ano	Oliveira do Douro	Ajudante de cozinha	2 anos	Sub. de Desemprego	—
3	Masc.	47	6º ano	Oliveira do Douro	Operário fabril (empresa de calçado)	2 anos	Sub. De Desemprego	—
4	Fem.	45	4º ano (incompleto)	Oliveira do Douro	Operária fabril (Empresa de vinhos)	2 anos e meio	Nenhuma	—
5	Masc.	24	9º ano	Oliveira do Douro	Barman	2 anos	RSI	—
6	Fem.	38	6º ano	Oliveira do Douro	Embaladora	5 meses	Sub. de Desemprego	—
7	Fem.	51	9º ano	Oliveira do Douro	(tecedeira) Operária fabril	13 anos	Nenhuma	—
8	Fem.	57	4º ano	Oliveira do Douro	Auxiliar de limpezas	8 meses	Sub. de desemprego	—
9	Fem.	58	6º ano	Oliveira do Douro	Repositora	8 meses	Sub. de desemprego	—
Técnicos								
10	Fem.	36	Licenciatura	Pedroso	—	—	—	8 anos
11	Fem.	31	Licenciatura	Vilar de Andorinho	—	—	—	5 anos

Anexo VI – Grelha de registo das observações

Observação nº:

Data:

Local:

Categorias de observação	Registos
Nº de Utentes	
Género dos utentes	
Faixas etárias dos utentes	
Atividades desenvolvidas	
Informações relevantes tese:	
• Apoio familiar	
• Usufruto de prestações sociais	
• Procura ativa de emprego	
• Dinâmicas psicossociais	
• Formação	
• Consequências do desemprego no seio familiar	
• Outras informações	

Anexo VII - Categorias de análise das entrevistas aos utentes

Dimensões	Categorias
Percurso profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Idade início vida ativa; • Percurso profissional (nº profissões e descrição das mesmas); • Tempo exercício na última profissão; • Tipo de contrato; • Razões do despedimento; • Alteração das condições de acesso ao mercado de trabalho (mudança de ramo profissional, salário, mudar de área de residência).
Práticas para (re) inserção profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Ações realizadas para voltar ao mercado de trabalho; • GIP (Conhecimento do serviço); • Tipo de serviços utilizados do GIP; • Procura ativa de emprego (carimbos, frequência da procura, feedback de respostas); • Frequência de formação (áreas, nº de formações); • Razões para a frequência de formação (dinheiro, aumento da escolaridade); • Impactos da formação na (re) inserção profissional; • Opinião sobre o GIP; • Dificuldades na procura de emprego.
Impactos familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de rendimento; • Tipo apoio social (Prestação social ou outras); • Disponibilidade para a suspensão da prestação (risco); • Consequências na gestão do rendimento; • Consequências nas relações familiares; • Organização familiar (papéis sociais).
Sociabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças relações sociais (isolamento social); • Redes sociabilidades (apoio); • Tipo de apoio (família e amigos).
Desestruturação psicológica	<ul style="list-style-type: none"> • Reação face à perda de emprego; • Dimensão psicossocial (identidade, autoestima, desmotivação, angústia, desespero, instabilidade, desânimo, vergonha social, culpabilização).
Questões encerramento	<ul style="list-style-type: none"> • Perspetivas futuras; • Dificuldades que gostava de resolver; • Papel do Estado na diminuição do desemprego.

Anexo VIII - Categorias de análise das entrevistas aos técnicos

Dimensões	Categorias
Percurso profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de funções no GIP
Práticas institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ações mobilizadas pelo GIP; • Especificidade de atuação do GIP face às UNIVA; • Evolução das políticas de emprego.
(Re) inserção profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos das ações na (re)inserção dos utentes; • Entraves à inserção profissional dos utentes; • Adequação das medidas face aos entraves.
Questões conclusivas	<ul style="list-style-type: none"> • Ações para melhorar o funcionamento do GIP; • Papel do Estado para diminuir o desemprego.

Anexo IX – Análise dos registos da observação

Categorias de observação	Registos
Características dos utentes	<ul style="list-style-type: none"> • O público que se dirige ao GIP é maioritariamente do género feminino, facto explicado pela maior incidência do desemprego na população feminina; • Em termos da caracterização dos utentes ao nível da sua faixa etária, ao longo das observações verifica-se a presença de indivíduos de todas as faixas etárias. Sendo, que os atendimentos incidem, sobretudo, na população em plena idade ativa e nos jovens que buscam no serviço apoio à procura ativa de emprego e informações sobre formação; • No que respeita à escolaridade dos utentes denota-se a existência de indivíduos com baixos níveis de escolaridade o que se coloca, desde logo, como um entrave à sua reinserção profissional.
Atividades desenvolvidas	<p>Durante a realização do estágio foram realizadas as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afixação de ofertas de emprego; • Apoio à consulta de ofertas de emprego (site net emprego); • Encaminhamento para oferta de emprego; • Apoio na procura de informações acerca de formação; • Registo de sessões realizadas no IIEFP (convocatórias); • Registo das atividades do GIP (sessão coletiva); • Inscrição de utentes em formação (formação modular, EFA, CEF, cursos de aprendizagem); • Inscrição no serviço para procura de emprego (GIP); • Apoio à construção de <i>curriculum vitae</i>; • Apoio à elaboração de candidaturas espontâneas; • Apresentação quinzenal (registo de comparência - não é feito no GIP, mas na secretaria da junta de freguesia); • Análise de listas de utentes para convocar para formação; • Arquivo de papéis; • Inserção de dados do inquérito no excel; • Análise de documentos da instituição; • Construção de uma base de SPSS para a caracterização dos utentes do GIP; • Esclarecimento de dúvidas relativas às prestações de Subsídio de Desemprego; • Receção de propostas de formação (entidade formadora vai ao GIP); • Sessão de divulgação das atividades do GIP • Realização de 2 sessões de divulgação de cursos de aprendizagem;

	<ul style="list-style-type: none"> • Inscrição de utentes no programa CEI e CEI(+); • Apoio à criação de email para envio de candidaturas espontâneas; • Realização de entrevistas para a tese; • Dar informações sobre as políticas de emprego; • Preparação de uma feira de emprego.
<p>Análise: Em termos das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio profissional, estas estão relacionadas com a diversidade de tarefas realizadas pela técnica do GIP. O atendimento dos utentes e apoio à situação de desempregado são as funções do GIP.</p> <p>No decorrer do estágio profissional foram implementados alguns conhecimentos adquiridos ao longo da nossa formação académica. Para além dos conhecimentos teóricos indispensáveis para a compreensão da realidade em estudo, permitindo-nos afincar uma visão acerca da realidade social, os conhecimentos práticos, nomeadamente ao nível do manuseamento do SPSS foram de enorme utilidade para a construção de uma base de caracterização dos utentes.</p>	
Apoio familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Família tem um papel de apoio ao desempregado na procura ativa de emprego, nomeadamente no acompanhamento do utente; • Apoio familiar no GIP, na solicitação de informações sobre ofertas de emprego; • Família fez pressão por não conseguir arranjar emprego, teve de sair de casa. Amigos e vizinhos são um grande suporte, dão ajuda económica – Utente (M); • Família grande apoio do ponto de vista económico; • Fim da prestação do Subsídio de Desemprego a família ajuda na sobrevivência enquanto não tem o tempo para recorrer ao RSI- Utente (F).
<p>Análise: A família apresenta-se como uma principal fonte de apoio para os utentes que frequentam o GIP.</p> <p>Ao nível das ajudas, a família apoia os seus membros desempregados do ponto de vista financeiro, material e emocional, auxilia na procura de emprego e acompanha os utentes ao serviço.</p> <p>Pese embora o facto, existem casos em que a família exerce uma forte pressão sobre os seus membros desempregados, para que estes retornem ao mercado de trabalho.</p>	
Usufruto de prestações sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma certa acomodação às medidas como o Subsídio de Desemprego- Técnica; • Recusa em aderir à prestação de RSI- Utente; • Risco de perder casa porque a prestação do Subsídio de Desemprego terminou, demonstração de uma atitude de desespero- Utente (F); • Realização de biscates como forma de complemento ao RSI que apresenta um valor baixo - Utente (M); • Muitos utentes recorrem ao GIP quando chega ao fim a prestação social de desemprego; • Perda de prestação do Subsídio de Desemprego, risco de ficar desalojado e ameaça de suicídio- Utente (M); • Enquanto recebem Subsídio de Desemprego, os utentes aproveitam o tempo para frequentar formação, de forma a aumentar a escolaridade; • Neste momento os programas de inserção profissional estão direcionados para indivíduos que recebem prestação de desemprego ou RSI (Contrato emprego inserção, contrato emprego inserção mais), quem não

	<p>recebe qual quer ajuda tem enormes dificuldades de se inserir profissionalmente- Técnica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fim do Subsídio de Desemprego utentes recorrem Subsídio Social de Desemprego ou ao RSI, porque não têm meio de sustento; • Agregado familiar em situação de desemprego, a viver apenas com o Subsídio de Desemprego; • Prestação social do RSI é uma prestação com valor muito baixo, não chega para a sobrevivência, enorme desespero porque o dinheiro não chega e não consegue arranjar emprego-Utente (F); • Não quer investir na formação enquanto estiver a receber a prestação de Subsídio de Desemprego- Utente (M); • Quero é trabalho não quero estar a receber o RSI, não quero estar a receber apoios do Estado- Utente (M); • Fim Subsídio Social de Desemprego, tempo de esperar dois meses para pedir RSI, não sabe como sobreviver esses dois meses-Utente (F); • Não compensa cortar a prestação do RSI depois para reativar a prestação demora meio ano, não vale a pena suspender-Utente (F); • Alguns indivíduos só procuram emprego após acabar o Subsídio de Desemprego- Utente (M). • Subsídio de Desemprego é algum mas não dá para suportar todas as despesas- Utente (M); • Técnicos do Centro de Emprego não explicam bem o que é que as pessoas têm de fazer quando iniciam o usufruto do Subsídio de Desemprego, como é o caso da procura ativa (carimbos) e a apresentação quinzenal. • O GIP tem um importante papel para esclarecer dúvidas acerca do Subsídio de Desemprego.
<p>Análise: Segundo a técnica do serviço existe uma certa acomodação à prestação social de desemprego, até porque muitos dos utentes só recorrem ao serviço quando acaba a prestação e iniciam a sua procura efetiva de emprego nesse momento.</p> <p>No final do usufruto da prestação social de desemprego a realidade mais recorrente é o recurso ao Subsídio Social de Desemprego ou ao RSI, no entanto no caso deste último existe alguma resistência por parte dos utentes em recorrer a esta ajuda social.</p> <p>Quando de concretiza o recurso ao RSI denota-se a existência de um tempo de espera de 2 meses entre o término da prestação de desemprego e a colocação dos papéis, tempo onde se acumulam dívidas, uma vez que até lá os utentes não possuem capital económico para sobreviver.</p> <p>O valor das prestações auferidas pelos utentes apresentam um valor deveras reduzido o que coloca graves impactos ao nível da sobrevivência dos agregados familiares, o que despoleta a realização de biscates por parte dos utentes para colmatar as dificuldades de sobrevivência.</p> <p>O fim do tempo de usufruto das prestações sociais é encarado pela maioria dos utentes com muito desespero.</p> <p>Durante o tempo de permanência do subsídio, alguns utentes aproveitam o tempo para combater alguns dos handicaps que se apresentam como entraves à sua reinserção profissional, como é o caso do aumento da escolaridade através da frequência de ações de formação.</p> <p>No atual momento, os programas de reinserção impulsionados pelo Estado encontram-se direcionados para indivíduos que auferem Subsídio de Desemprego ou RSI, o que implica que quem não recebe nenhum deste tipo de apoio do Estado veja as suas capacidades de reinserção profissional reduzidas.</p> <p>Os técnicos disponíveis no Centro de Emprego não explicam de forma clara os procedimentos para os indivíduos que entram pela primeira vez no Subsídio de Desemprego, implicando que estes tenham de procurar ajuda num serviço de proximidade como é o caso dos GIP.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de ofertas de emprego para profissões onde já não existem indivíduos habilitados para tal (formação

<p>Procura ativa de emprego</p>	<p>específica de bate chapas) -Técnica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de muitos desempregados com uma profissão não definida, o que dificulta a sua inserção- Técnica; • Desempregados com profissão definida não aceitam ofertas de emprego porque o que vão ganhar não compensa, ganham mais a fazer biscates – Técnica; • Pessoas não aceitam as ofertas de emprego para longe porque o salário na maior parte das vezes não compensa, preferem estar a receber o Subsídio de Desemprego que tem, muitas vezes, um valor maior do que o salário que iriam receber -Técnica; • Procura perto de área de residência devido à existência de filhos; • Persistência na procura ativa de emprego, apesar de não conseguir uma colocação- Utente (F); • Envio de currículos em resposta a proposta de emprego não obtêm resposta, nem mesmo quando chega à entrevista, após esta não recebem resposta a dizer que não ficaram com o lugar- Utente (F); • Forte desmotivação opta pela formação; • Não arranjam emprego pelo Centro de Emprego, nunca têm resposta aos anúncios, anúncios estão desatualizados, pessoas vão para lá e o emprego já está ocupado – Utente (M); • Quando respondem oferta ela já não está ativa –Utente (F); • Emigração posta como opção para conseguir um emprego já que no nosso país já não se consegue nada – Utente (M); • Existência de muitas ofertas disponibilizadas por empresas de trabalho temporário, não garante estabilidade aos indivíduos; • Empregadores cobram para carimbar a procura ativa de emprego-Utente (F); • Humilhante andar à procura de carimbos- Utente (F); • Técnicos deveriam ter um sistema para aceder diretamente às ofertas, porque têm de estar sempre a ligar para o CE; • Ofertas por vezes pouco explícitas não se sabem muito bem para que é; • O facto de estar há muito tempo desempregada as pessoas pensam que já não sabemos trabalhar- Utente (F); • Colocam as mesmas ofertas mas mudam o valor do salário- Utente (H); • Pedem sempre com experiência, não têm paciência agora para ensinar nem que seja um dia- Utente (F); • Exigem que façamos mais do que as tarefas relacionadas com o emprego a que nos candidatamos- Utente (F).
<p>Análise: As ofertas de emprego disponibilizadas pelo IEFPP referem-se a profissões muito específicas não existindo indivíduos capacitados para tal.</p> <p>O Centro de Emprego não consegue dar resposta ao enorme número de desempregados, sendo que muitas vezes as ofertas já se encontram desatualizadas.</p> <p>Muitos desempregados não possuem uma profissão muito definida o que coloca graves problemas na sua reinserção profissional, ou até mesmo são indivíduos que já se encontram há bastante tempo desempregados.</p> <p>A suspensão do Subsídio de Desemprego, por vezes não é opção porque os salários oferecidos apresentam um valor inferior ao subsídio de desemprego, ou então ganham mais</p>	

<p>a fazer biscates,</p> <p>A procura de emprego é feita maioritariamente na área de residência, devido ao baixo poder económico para deslocações.</p> <p>Os utentes não obtêm qualquer resposta aos currículos que enviam, nem às entrevistas a que se deslocam, no entanto continuam a procurar ativamente emprego.</p> <p>Verifica-se a existência de muitas ofertas de emprego disponibilizadas por empresas de trabalho temporário.</p> <p>O processo de procura ativa de emprego através dos carimbos revela-se um processo penoso e humilhante para os indivíduos desempregados, até porque as empresas chegam a cobrar para disponibilizar um carimbo.</p> <p>A falta de experiência profissional em determinadas áreas é outro dos entraves que se colocam à inserção dos utentes do GIP.</p> <p>Nos anúncios, por vezes a descrição do emprego não aparece de forma explícita e as entidades empregadoras exigem muito mais tarefas do que as especificadas no anúncio.</p>	
<p>Dinâmicas psicossociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma colocação de um utente nas águas de gaia (felicidade na obtenção do emprego; importância de ter uma ocupação – Utente (M); • Necessidade de ter uma ocupação é mais importante do que ter um salário- Utente (M); • Em alguns dias surgem sentimentos de inutilidade e queda da autoestima, mas o importante é nunca perder a esperança e ser persistente- Utente (F); • Desânimo face à não colocação num emprego- Utente (M); • Utente cansada de fazer formação – Utente (F); • Trabalhar em trabalhos temporários é muito humilhante- Utente (F); • Ansiedade e pânico pelo fim da prestação do Subsídio de Desemprego- Utente (F); • Denota-se uma falta de iniciativa e de uma forte desmotivação para procura emprego porque os indivíduos já estão desempregados há vários anos; • Dificuldade de conseguir formandos para constituir uma turma e avançar com a formação; • Andar a saltar de emprego em emprego agravou a saúde, é muito desgastante, origem de fobia, stress e medo de arriscar em emprego com muitas responsabilidades e fora do ramo de trabalho- Utente (F); • Descontos durante 40 anos e agora chegou ao fim a prestação do Subsídio de Desemprego, fortemente desmotivado, tristeza e desesperado-Utente (M); • Desespero tão grande que se mostra agressivo com a técnica, como se coubesse a esta resolver o problema- Utente (M); • Forte saudade do emprego, saudades do que fazia e dos colegas de trabalho-Utente (F); • Muito difícil estar em casa sem fazer nada depois de passar tanto tempo a trabalhar- Utente (F); • Sucessão de trabalhos precários trabalham e não recebem provoca muito desânimo- Utente (F).
<p>Análise: Os nossos utentes revelam uma enorme importância de ter uma ocupação, uma vez que estar desempregado em um processo muito doloroso para quem passou grande parte da sua vida a trabalhar.</p> <p>Durante o processo de desemprego os utentes são invadidos por uma conjunto de consequência psicossociais que dificultam a sua reinserção profissional, como é o caso dos sentimentos de inutilidade, a queda da autoestima, o desânimo pela persistência na procura de emprego e a sua não obtenção, ansiedade e incerteza face ao futuro, pânico.</p>	

Denota-se em alguns utentes uma falta de iniciativa e de uma forte desmotivação para procura emprego porque os indivíduos já estão desempregados há vários anos. Após um longo período de trabalho contínuo os utentes sujeitam-se aos trabalhos temporários, que se revelam fortemente humilhantes, desanimante e stressante	
Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Não ter escolaridade pelo menos o 9º ano é um entrave à colocação num emprego- Utente (M); • Formação não dá frutos (realização de um estágio não se efetiva numa colocação o que é muito desmotivante); • Idade constitui um entrave à inserção dos indivíduos em formação para dar equivalência escolar (12º ano); • Indivíduos procuram formação como forma de ocuparem o tempo permite o estabelecimento de uma rotina; • Formação modular muito procurada, muitos dos formandos frequentam pela quantidade monetária, apesar do valor da bolsa ser baixo- Técnica. • Desenquadramento das respostas formativas; • Existência de pouca formação para dar equivalência ao 9º ano-Técnica; • Dificuldade de encontrar formandos - Técnica; • Escolaridade baixa é um forte entrave à inserção profissional, e no momento não existem programas para aumentar a escolaridade. • Padrões exigem experiência profissional, apesar de ter formação na área do emprego pretendido se não tiver experiência não consegue o emprego- Utente (M); • Formação não é um opção eu quero é trabalho- Utente (F).
<p>Análise: A baixa escolaridade dos utentes é um forte entrave para a sua inserção profissional e no momento atual existem muito poucas ofertas formativas para aumentar a escolaridade.</p> <p>A formação modular é frequentada pelos utentes como forma de ter uma ocupação e estabelecer rotinas, e ainda por questões monetárias.</p> <p>A formação encontra-se desajustada da realidade, uma vez que os indivíduos frequentam formação e depois não retornam ao mercado de trabalho, porque não encontram emprego na área ou não têm experiência profissional.</p> <p>Para alguns utentes a frequência de formação não é encarada como uma possibilidade, uma vez que a prioridade é encontrar um emprego.</p>	
Consequências do desemprego no seio familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Situação familiar com vários indivíduos do agregado em situação de desemprego- Utente (M); • Família faz pressão psicológica, enorme risco de rutura conjugal ao ponto de ter de sair de casa- Utente (M); • Desemprego levou a rutura conjugal- Utente (M); • Casal desempregado, idade grande entrave (60 anos) correm o risco de perder a casa. Surgem sentimentos suicidas e grande desânimo; • Desemprego ficou sem carros e bens, não recebe subsídio porque não fazia descontos para a segurança social- Utente (M); • Agregado que vive apenas com o subsídio de desemprego, cónjuge situação de desemprego- Utente (M); • Retirar o filho do infantário, está em casa a cuidar do filho.
<p>Análise: A situação de desemprego despoleta o surgimento de consequências familiares entre as quais destacamos as fortes dificuldades económicas, rutura conjugal, risco de perda de bens devido ao baixo valor das prestações sociais, ou até mesmo à sua não existência devido à não realização de descontos.</p>	

<p>Verifica-se que alguns agregados familiares apresentam ambos os cônjuges em situação de desemprego. A família exerce enorme pressão psicológica para o retorno ao mercado de trabalho.</p>	
<p>Outras informações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de muito trabalho administrativo; • Apresentação quinzenal: pouco contacto com a técnica, procedimento rápido de registo; • Empresas cobram aos desempregados para carimbar a procura ativa de emprego; • Idade é outro entrave à inserção no mercado de trabalho- Utente (M); • Ida às empresas para divulgar as formações e os programas não ocorre porque não tem tempo, mas era um aspeto importante para as animadoras do GIP fazerem, não o fazem porque não têm tempo- Técnica; • Não existe uma articulação no funcionamento dos serviços da junta; • IEFP coloca às técnicas enormes exigências administrativas que não dão espaço de manobra há técnicas para o desenvolvimento de estratégias de reinserção; • Muitas pessoas continuam a trabalhar mesmo recebendo o subsídio de desemprego- Técnica; • Uma das principais ações é aumentar a escolaridade dos utentes com pouca escolaridade; • Vários casos de desemprego de longa duração; • Medidas de emprego 2009: estágios profissionais, contrato emprego inserção e contrato emprego inserção (+), cursos de aprendizagem para dar equivalência escolar 12º ano; • Plano de atividades da Junta de Freguesia (reúne informações sobre os serviços prestados pela junta); • Entidades empregadoras ocultam as verdadeiras condições de trabalho (colocam o salário e o horário a part-time, mas depois o horário não é a part-time mas o salário mantém-se) - Utente (F); • Empresas quando precisam de alguém para um posto de trabalho enviam a oferta, técnica não tem tempo disponível para se dirigir às empresas e procurar as ofertas de emprego e apresentar o serviço do GIP ou as medidas de apoio ao emprego; • Lutas endogeneizadas entre os indivíduos que recebem apoio social do Estado, se ele recebe eu também tenho direito. • Desde as 5 horas à porta do Centro de Emprego, uma fila interminável- Utente (F); • POC's agora com a designação de CEI e CEI(+); • A partir de 1 de abril nova legislação sobre CNO-RVCC; • Para alguns utentes ir ao GIP é uma forma de sair de casa, uma forma de combater o isolamento social- Técnica; • Ir ao GIP como forma de manter as sociabilidades- Técnica; • SIGAE- sistema interno do Centro de Emprego • Início de atividade do GIP foi em 1999, ainda era UNIVA

Análise: Ao nível do trabalho desenvolvido pelo GIP denota-se a existência de muito trabalho administrativo, a técnica tem falta de tempo para efetivar a captação de ofertas de emprego junto das empresas, divulgar o serviço e apresentar as medidas de apoio ao emprego.

Idade é um forte entrave à inserção profissional dos utentes.

Entidades empregadoras cobram dinheiro para passar os carimbos, muitos dos indivíduos continuam a trabalhar mesmo recebendo o subsídio de desemprego.

Uma das realidades prende-se com a existência de inúmeros casos de desemprego de longa duração.

Existência de Lutas endogeneizadas entre os indivíduos que recebem apoio social do Estado.

Ida ao GIP é uma forma de manter as sociabilidades, estabelecer rotinas e evitar o isolamento social.